



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 066

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i>	Durval Amaral
<i>PTB</i>	Carlos Simões
<i>PFL</i>	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i>	Ademar Traiano
<i>PMDB</i>	Antonio Anibelli
<i>PPB</i>	Duílio Genari
<i>PT</i>	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i>	Neivo Beraldin
<i>PSL</i>	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i>	Chico Noroeste
<i>PPS</i>	Waldir Leite
<i>PSB</i>	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE SETEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 1470/2003-OE

Curitiba, 26.08.2003.

Senhor Presidente:

Na qualidade de relator nos autos de Agravo Regimental Cível nº 140898-4/01, de Curitiba, em que figura

como agravante Delmo Raul Passoni, comunico a V. Exa. que revoguei a medida liminar anteriormente concedida às fls. 3374 *usque* 3381 no referido agravo.

Atenciosamente,

(a) **CELSO ROTOLI DE MACEDO**
Desembargador Relator

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL Nº 140.898-4/01
DE CURITIBA - ÓRGÃO ESPECIAL**

Agravante: Delmo Raul Passoni

Relator: Des. Celso Rotoli de Macedo

Vistos.

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Delmo Raul Passoni, em face da decisão que indeferiu liminar em Mandado de Segurança, por não vislumbrar na espécie, a situação prevista no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51.

Concedida a liminar pretendida pelo Agravante fls. 3374/3381, requereu o Estado do Paraná, a reconsideração da decisão que suspendeu os efeitos do decreto interventivo.

Desta feita, após juízo cognitivo mais apurado, com aprofundados estudos e reflexões da matéria controvertida, é de se concluir não estar presente um dos pressupostos autorizadores ao deferimento da liminar, a saber, **aparência do bom direito**.

Explica-se, no que concerne a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para tomar as contas referentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundef, é indubitavelmente da Corte de Contas Estadual, na medida em que, não restou demonstrado haver complementação pela União na composição do Fundo, afastada inegavelmente, a competência federal para tomar as contas.

Inexistindo complementação da União, restam os recursos provenientes do erário estadual e municipal, a que interessa, a Lei nº 9424/96 em seu artigo 11, distribui a competência para fiscalizar a utilização dos recursos inerentes ao Fundef, onde se encontram alocados os Tribunais de Contas dos Estados, afirmando-se por derradeiro, ser plenamente competente o Tribunal de Contas do Estado para exercer a competente fiscalização.

Neste sentido, o v. Acórdão nº 14.195, citado na decisão de fl. 3378, fora refinado pelo acórdão nº 14.566, que concedeu efeitos infringentes aos embargos declaratórios, firmando a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

“Pedido de Providências - Câmara Municipal - Prefeito - Indícios de uso indevido de verbas oriundas do Fundef - Declinação da competência ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob o fundamento de que a prestação de contas se dá no sodalício contábil da União -

Equívoco - Atribuição de efeito infringente aos embargos de declaração - Competência estadual para conhecer e julgar a matéria objeto da controvérsia. Se o controle das verbas destinadas ao Fundef, aqui no Paraná, se dá perante o Tribunal de Contas do Estado, diante da inexistência de complementação de verba da União, a competência para o processo e julgamento da lide é deste Tribunal de Justiça, pelo que é de se atribuir aos presentes embargos da declaração, efeitos infringentes, modificando-se, em consequência, a decisão embargada, para reconhecer-se a competência da Justiça Estadual para conhecer e decidir a controvérsia". (Acórdão nº 14.566, 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Oto Sponholz, Julg. 15/08/2002).

Superado o embate acerca da competência fiscalizadora da Corte de Contas Estadual, passa-se a ponderar acerca da possibilidade do TCE, em recomendar a intervenção do Estado em Município.

A afirmação de possibilidade, surge da Constituição Estadual, pois à espécie, aplica-se a exegese do artigo 20, parágrafo 1º, que delinea a possibilidade de intervenção por decreto do governador do Estado, através de provocação do Tribunal de Contas, assim a lei é suficientemente clara ao ditar a legalidade da resolução que recomenda a Intervenção em Município.

De mais a mais, permite-se colacionar do petítório de fl. 3399 - Procuradoria Geral do Estado -, os motivos que nortearam a decretação da intervenção, vê-se:

"Permanecem intactos os motivos que fundamentaram a decretação da intervenção. Consoante documentos juntados ao processo, e outros que ora se juntam, a Administração Municipal cometeu as mesmas irregularidades apontadas em relação aos exercícios de 1999 e 2000 nos exercícios de 2001 e 2002. E mantém a conduta irregular e inconstitucional neste exercício de 2003. Significa que, não foram cumpridas as determinações legais e constitucionais relativas à utilização dos recursos do Fundef e ao percentual mínimo de destinação de recursos para a educação nos exercícios de 2001, de 2002, e não vêm sendo atendidas tais normas legais e constitucionais no exercício de 2003."

Em que pese os argumentos lançados pelo Agravante, não está demonstrado a correta aplicação do Fundef, tampouco, se fora atendido o percentual mínimo de 25% exigível na manutenção e desenvolvimento do ensino, regra insculpida no artigo 212 da Constituição Federal/88, elemento mais que bastante, para afastar o *fumus boni iures*.

Nada obstante, observa-se da vestibular, fl. 14, 2º parágrafo, *in fine*, haver o Agravante, transcrito trecho do voto do conselheiro do Tribunal de Contas, que os valores percentuais empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino, ficaram no patamar de 23,93%, portanto, abaixo do constitucionalmente exigido.

Por mais próximo que estejam os percentuais, não há qualquer ofensa aos princípios suscitados pelo Agravante, na esteira da intangibilidade da norma constitucio-

nal, se assim o é, a sua infração terá os reflexos previstos no artigo 35 e incisos, da Carta Magna, some-se ao fato, de confessa violação ao artigo 60, do ADCT, cuja redação é taxativa, "...e os municípios destinarão menos de sessenta por cento dos recursos...", não prosperando as aspirações deduzidas pelo Agravante.

Deste modo, afastada a possibilidade ensejadora da liminar, eis que sopesadas a luz da legislação aplicável, por latente ausência do pressuposto *fumus boni iures*, a revogação da liminar é medida que se impõem.

Isto posto, com fundamento nas razões sobreditas, e por não vislumbrar da hipótese desenhada no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51, revogo a liminar de fls. 3374/3381.

Dê-se ciência desta decisão ao senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e ao senhor governador do Estado do Paraná, se necessário for, via *fac-simile*.

Intimem-se os demais interessados, isto feito, voltem os autos conclusos.

Curitiba, 25 de agosto de 2003.

(a) Des. CELSO ROTOLI DE MACEDO
Relator

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 085/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública.

O deputado Nelson Justus dirige-se a Vossa Excelência para expor e reivindicar o seguinte:

1 - a criação da Ciretran de Guaratuba, tendo como área de abrangência os municípios da região litorânea do Estado;

2 - a criação da referida Ciretran, que já foi autorizada pela Lei nº 12.237, de 27 de julho de 1998, viria atender os residentes dos municípios na realização de exames médicos, práticos e teóricos para obtenção ou renovação da carteira de habilitação, que são obrigados a irem à Paranaguá, Joinville ou Curitiba, acarretando grandes transtornos e despesas de locomoção.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) NELSON JUSTUS

Parecer:

PROPOSIÇÕES NºS 35 E 36/2003

P A R E C E R :

ASSUNTO:

Decisão revogatória da liminar e seus efeitos sobre apreciação e votação das Resoluções nºs 35 e 36/2003 - Intervenção do município de Nova Aurora.

I - "O Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista

a Resolução nº 1.912, de 06 de maio de 2003 e o contido no Relatório de Auditoria nº 05/TCE/2002, onde ficou comprovado que o município de Nova Aurora deixou de cumprir exigências constitucionais e legais, no sentido de aplicar o mínimo exigido da receita municipal no desenvolvimento do ensino, além de outras irregularidades, pelo Decreto nº 1468,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o município de Nova Aurora sob a intervenção do Estado, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, limitada a medida a procedimentos visando solucionar as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo, em consequência, afastado de seu cargo o atual prefeito municipal.

Art. 2º - Esta decreto entrará em vigor ...
Curitiba, 23.06.2003.

II - Encaminhado o respectivo Decreto Interventivo a este Poder Legislativo, através das Mensagens nºs 022 e 024/2003, transformadas nas Proposições nº 35 e 36/2003 deste Poder, com indicação do interventor de conformidade com o artigo 54, inciso XIX, alínea "b", da Carta Estadual, o nome do advogado, Mário Gabriel Choinski, pessoa de reconhecida competência, para os respectivos encargos - *curriculum vitae* em anexo.

III - Incluído na Ordem do Dia, de 12 (doze) de agosto recém findo, as Proposições nºs 35 e 36/2003, para votação, por imperativo do artigo 20, parágrafo 1º, da Carta Estadual, de que a execução do decreto depende da prévia apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa.

IV - Essa votação prevista foi suspensa, pela liminar concedida nos Autos do Agravo Regimental Cível nº 140.898-4/01, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, interposto por Delmo Raul Passoni - prefeito de Nova Aurora, neste Estado.

V - Em 26 (vinte e seis) de agosto próximo passado, esta Presidência tomou ciência, via *fac simile*, que o digníssimo relator, Exmo. Sr. desembargador Celso Rotoli de Macedo, revogou a liminar que suspendeu os efeitos do Decreto Interativo nº 1.468/2003.

VI - Esta decisão revigatória da liminar, tendo produzido efeito liberatório imediato do ato impugnado e, conseqüentemente, tornando livre a Assembléia Legislativa para prosseguir a apreciação e votação das Proposições nºs 35 e 36/2003, oriundas das Mensagens nºs 22 e 24/2003, do Poder Executivo, relativas ao Decreto Interventivo e do respectivo interventor do município de Nova Aurora, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar desta data, em consonância com o artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição do Estado do Paraná, portanto, determino a inclusão das proposições supramencionadas na Ordem do Dia, de 02 (dois) de setembro de 2003.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL Nº 140.898-4/01
DE CURITIBA - ÓRGÃO ESPECIAL

Agravante: Delmo Raul Passoni

Relator: Des. Celso Rotoli de Macedo

Vistos.

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Delmo Raul Passoni, em face da decisão que indeferiu liminar em Mandado de Segurança, por não vislumbrar na espécie, a situação prevista no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51.

Concedida a liminar pretendida pelo Agravante fls. 3374/3381, requereu o Estado do Paraná, a reconsideração da decisão que suspendeu os efeitos do decreto interventivo.

Desta feita, após juízo cognitivo mais apurado, com aprofundados estudos e reflexões da matéria controvertida, é de se concluir não estar presente um dos pressupostos autorizadores ao deferimento da liminar, a saber, **aparência do bom direito**.

Explica-se, no que concerne a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para tomar as contas referentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundef, é indubitavelmente da Corte de Contas Estadual, na medida em que, não restou demonstrado haver complementação pela União na composição do Fundo, afastada inegavelmente, a competência federal para tomar as contas.

Inexistindo complementação da União, restam os recursos provenientes do erário estadual e municipal, a que interessa, a Lei nº 9424/96 em seu artigo 11, distribui a competência para fiscalizar a utilização dos recursos inerentes ao Fundef, onde se encontram alocados os Tribunais de Contas dos Estados, afirmando-se por derradeiro, ser plenamente competente o Tribunal de Contas do Estado para exercer a competente fiscalização.

Neste sentido, o v. Acórdão nº 14.195, citado na decisão de fl. 3378, fora refinado pelo acórdão nº 14.566, que concedeu efeitos infringentes aos embargos declaratórios, firmando a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

"Pedido de Providências - Câmara Municipal - Prefeito - Indícios de uso indevido de verbas oriundas do Fundef - Declinação da competência ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob o fundamento de que a prestação de contas se dá no sodalício contábil da União - Equívoco - Atribuição de efeito infringente aos embargos de declaração - Competência estadual para conhecer e julgar a matéria objeto da controvérsia. Se o controle das verbas destinadas ao Fundef, aqui no Paraná, se dá perante o Tribunal de Contas do Estado, diante da inexistência de complementação de verba da União, a competência para o processo e julgamento da lide é deste

Tribunal de Justiça, pelo que é de se atribuir aos presentes embargos da declaração, efeitos infringentes, modificando-se, em consequência, a decisão embargada, para reconhecer-se a competência da Justiça Estadual para conhecer e decidir a controvérsia”. (Acórdão nº 14.566, 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Oto Sponholz, Julg. 15/08/2002).

Superado o embate acerca da competência fiscalizadora da Corte de Contas Estadual, passa-se a ponderar acerca da possibilidade do TCE, em recomendar a intervenção do Estado em Município.

A afirmação de possibilidade, surge da Constituição Estadual, pois à espécie, aplica-se a exegese do artigo 20, parágrafo 1º, que delineia a possibilidade de intervenção por decreto do governador do Estado, através de provocação do Tribunal de Contas, assim a lei é suficientemente clara ao ditar a legalidade da resolução que recomenda a Intervenção em Município.

De mais a mais, permite-se colacionar do petítório de fl. 3399 - Procuradoria Geral do Estado -, os motivos que nortearam a decretação da intervenção, vê-se:

“Permanecem intactos os motivos que fundamentaram a decretação da intervenção. Consoante documentos juntados ao processo, e outros que ora se juntam, a Administração Municipal cometeu as mesmas irregularidades apontadas em relação aos exercícios de 1999 e 2000 nos exercícios de 2001 e 2002. E mantém a conduta irregular e inconstitucional neste exercício de 2003. Significa que, não foram cumpridas as determinações legais e constitucionais relativas à utilização dos recursos do Fundef e ao percentual mínimo de destinação de recursos para a educação nos exercícios de 2001, de 2002, e não vêm sendo atendidas tais normas legais e constitucionais no exercício de 2003.”

Em que pese os argumentos lançados pelo Agravante, não está demonstrado a correta aplicação do Fundef, tampouco, se fora atendido o percentual mínimo de 25% exigível na manutenção e desenvolvimento do ensino, regra insculpida no artigo 212 da Constituição Federal/88, elemento mais que bastante, para afastar o *fumus boni iures*.

Nada obstante, observa-se da vestibular, fl. 14, 2º parágrafo, *in fine*, haver o Agravante, transcrito trecho do voto do conselheiro do Tribunal de Contas, que os valores percentuais empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino, ficaram no patamar de 23,93%, portanto, abaixo do constitucionalmente exigido.

Por mais próximo que estejam os percentuais, não há qualquer ofensa aos princípios suscitados pelo Agravante, na esteira da intangibilidade da norma constitucional, se assim o é, a sua infração terá os reflexos previstos no artigo 35 e incisos, da Carta Magna, some-se ao fato, de confessa violação ao artigo 60, do ADCT, cuja redação é taxativa, “...e os municípios destinarão menos de sessenta por cento dos recursos...”, não prosperando as aspirações deduzidas pelo Agravante.

Deste modo, afastada a possibilidade ensejadora da liminar, eis que sopesadas a luz da legislação aplicável, por latente ausência do pressuposto *fumus boni iures*, a revogação da liminar é medida que se impõem.

Isto posto, com fundamento nas razões sobreditas, e por não vislumbrar da hipótese desenhada no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51, revogo a liminar de fls. 3374/3381.

Dê-se ciência desta decisão ao senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e ao senhor governador do Estado do Paraná, se necessário for, via *fac-simile*.

Intimem-se os demais interessados, isto feito, voltem os autos conclusos.

Curitiba, 25 de agosto de 2003.

(a) Des. CELSO ROTOLI DE MACEDO

Relator

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER inversão da ordem de votação da pauta da Ordem do Dia e hoje (01/09/2003).

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

Os deputados que estes subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 02/09/2003 em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nºs 491/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes deste serviço dos consumidores, conforme especifica: Programa Luz Fraternal.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS, VANDERLEI IENSEN, BARBOSA NETO, PEDRO IVO ILKIV, CARLOS SIMÕES, JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO, NATÁLIO STICA, MAURO MORAES, NEIVO BERALDIN, RENI PEREIRA, DELEGADO BRADOCK, PADRE PAULO CAMPOS, RENATO GAÚCHO, GERALDO CARTÁRIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON JUSTUS E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de

Lei nº 383/2003, de sua autoria, que visa alterar a Lei nº 8.852 de 27 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja transferido o horário do grande expediente concedido para o dia 1º de setembro, para o próximo dia 15 de setembro de 2003, para fazer uso da palavra ao gerente da Assessoria de Relações Institucionais da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, Sr. Antonio Cezar Quevedo Goulart, que não poderá se fazer presente na data anteriormente agendada, por motivos de força maior.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Diretoria Executiva da Eletrosul foi chamada para uma reunião com a Ministra Dilma Rousseff, no Rio de Janeiro, para o dia 01 de setembro, portanto, não poderá comparecer nesta Assembléia Legislativa como estava agendado. Mas, em vista da importância do uso deste espaço, está se requerendo uma nova data.

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cemira de Córdova Bicudo, ocorrido no dia 31/08, deixando 11 (onze) filhos.

Justifica-se o presente requerimento por ter sido Cemira de Córdova Bicudo, excelente e dedicada esposa, mãe e avó.

Desta forma, o parlamentar abaixo assinado Requer, sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Quadros, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos e colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passa-

mento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Voga Marcelino, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos e colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de voto de congratulações, ao Conselho Regional de Administração, pela passagem do Dia do Administrador a ser comemorado dia 09 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Gilberto Serpa Griebeler, presidente do CRA-PR, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Coronel Dulcídio, 1565, CEP: 80.250-100, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de voto de congratulações, ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, pela passagem do Dia do Médico Veterinário a ser comemorado dia 09 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Masaru Sugai, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Fernandes de Barros, 675 - CEP: 80.040-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Mônica, pela passagem, no próximo dia 10 de setembro, de seus 11 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Otacílio dos Santos, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Antonio Palmieri, assim como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grata satisfação que queremos, nesta data tão significativa, prestar nossa homenagem a toda a população de Santa Mônica que vê transcorrer seus 11 anos de emancipação política dia 10 de setembro próximo.

Falemos um pouco sobre o histórico do município de Santa Mônica: em 30 de janeiro de 1951, Adão Moce lin, José Luiz de A. Branco e Abrão Atem adquiriram junto ao governo do Estado do Paraná uma área de terras, através dos títulos aquisitivos nº 3.485 e nº 3.489. Embalados pelo sonho verde da cafeicultura promissora formou-se um povoado ainda no final de 1951, sendo que a primeira casa comercial foi o “Boteco do Eloi”.

Nominam-se pioneiros Otávio Vieira Lopes (1951), Laurindo José Gregório, Antonio Fernandes da Silva, Joaquim Rosado Neto, Theodoro Fraile (1952) e Eduardo Pereira de Oliveira (1953). Em 1957 vislumbrou-se uma cidade, e o grande número de crianças existentes na povoação exigiu que fosse construída uma escola, sendo primeira a professora Dona Firmina e diretora a Sra. Mirtes Velasques.

Pela Lei Estadual nº 4.785, de 29 de novembro de 1963, foi criado o Distrito Administrativo de Santa Mônica. Em 29 de abril de 1990, através da Lei Estadual nº 9.233, foi criado o município, com território desmembrado do município de Santa Isabel do Ivaí. A instalação oficial ocorreu no dia 01 de janeiro de 1993.

Toda a comunidade merece nosso respeito e admiração pela eficiente colaboração em prol do crescente progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, orgulha-se parabenizar toda a população de Santa Mônica que acredita na prosperidade do seu município.

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Rodrigo da Rocha Loures pela sua eleição como presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), e ao Dr. José Carlos Gomes Carvalho, pela sua

feliz gestão à frente da FIEP durante os últimos 08 (oito) anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Rodrigo da Rocha Loures, bem como ao Dr. José Carlos Gomes Carvalho.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A indústria tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da indústria que os povos entraram em contacto uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

Se considerarmos os fenícios, para só fixarmos esse exemplo, veremos que se eles foram o povo de indústrias, por excelência, dos velhos tempos, foram também os plantadores de civilizações. A bacia do Mediterrâneo aí está para atestar a asserção. Levaram no bojo de seus barcos não só os produtos de suas indústria incipiente, mas ainda, o fruto das elucebrações de seu espírito. Foi assim que eles legaram ao mundo o seu mais belo instrumento de comunicação: o alfabeto.

A indústria exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens. É realmente através da indústria que a agricultura e o comércio podem chegar ao consumidor. Poder-se-ia, então, conceber um povo sem indústria? Muito ao contrário, a civilização e o adiantamento de um povo avaliam-se pela intensidade de seu comércio, vale dizer, pela extensão da rede distribuidora de sua riqueza.

Um povo com uma indústria desenvolvida está a atestar a pujança e a riqueza de suas indústrias, sejam elas extrativas, agrícolas ou manufaturadas. É pois, com imensa satisfação que vemos a eleição do Dr. Rodrigo da Rocha Loures, para a Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Está pois, de parabéns esta terra. De parabéns estão todos aqueles que contribuíram com seus votos para sua eleição.

Em breve pelo afluxo dos negócios que a indústria paranaense, fatalmente continuará atraindo, sentiremos como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público, com a arrecadação que daí advir, ver-se-á uma melhor situação para enfrentar os problemas de administração pública.

E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos para prestar homenagem também ao Dr. José Carlos Gomes Carvalho, que embora não corresponda à magnitude e a grandeza de seus méritos à frente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), nos últimos 08 (oito) anos, servirá, todavia, para testemunhar nossa gratidão.

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Domingos Luiz do Nascimento e Eliza Rita do Nascimento, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Hydro Arnóbio Klein e Gertudes Portes Klein, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia inserção nos Anais, de voto de congratulações ao escritor catarinense, Nivaldo Simões de Oliveira, pela sua obra “Raízes da Comunidade”, que narra fatos marcantes da história da cidade de Rio Negrinho, hoje em Santa Catarina, mas que a pertenceu à Província do Paraná, quando de sua fundação, antes da solução, em outubro de 1916, à questão de litígio do Contestado.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Na obra, de primorosa edição e minuciosa pesquisa, impressa com o apoio da prefeitura e da comuni-

dade de Rio Negrinho, e do Instituto Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, com sede em Curitiba, ressalta-se a importante narrativa da participação do morador de Curitiba, “Manoel de Oliveira Franco - Brigadeiro Franco - servidor do Império, povoador-fundador daqueles pinhais, nos idos de 1865”.

Registre-se, no entanto, o equívoco histórico do autor catarinense, no capítulo “VI”, páginas 113 a 120, do mesmo livro, quando escreve “1865 - 1880, invasões paranaenses ao sul do Rio Negro nesta região”. Ora, se o território pertencia à Província do Paraná, e à antiga Comarca de Curitiba, e à antiga Capitania de Paranaguá, até o rio Uruguai, como se poderia chamar de “invasão”? O Brigadeiro Franco lá foi cumprir iniciativa de povoamento em missão legal do governo paranaense, Raciocinar, depois que a história aconteceu, com categorias bairristas e menores de hoje, é, no mínimo, descuidar do rigor histórico. E assim, diminuir a importância e o alcance da obra. Mesmo porque, catarinenses ou paranaenses, somos todos brasileiros, afinal. Isto não é contestado. Nem no Contestado.

Encaminhe-se ao senhor Manoel Antonio de Oliveira Franco, Rua Visconde do Rio Branco, 237, Curitiba, CEP 80410-000. E ao senhor Nivaldo Simões de Oliveira, em Rio Negrinho-SC, Rua Willy Jung, 361, CEP 89295-000.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, a 29 de agosto de 2003, dia em que se comemora os 150 anos da Lei Imperial 704, que criou a Província do Paraná, com limites desde o rio Paranapanema, ao norte, até o rio Uruguai, ao sul, com o rio Paraná, a oeste, e o Oceano Atlântico, a leste.

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia inserção nos Anais, de voto de congratulações ao empresário Virgílio Moreira Filho, pela publicação da reedição dos livros: “Gottas de Orvalho” (1920), “Tragédia Humana” (1936), “Rincão Natal” (1938), “Clemete Ritz, o romeiro de Eleusis” (1942), “Cantigas do meu Outono” (1952), “Meu Coração” (1955), “Meu Rosário de Ternuras” (1957), do escritor paranaense Virgílio Moreira.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O vice-presidente da FIEP, Virgílio Moreira Filho, além da intensa atividade empresarial com a Cimento Itambé e a Benatech, fábrica de impressoras de cheques, códigos de barras e emissora de comprovantes de votos de urnas eletrônicas, ainda encontrou tempo para o resgate cultural. De “Gottas de Orvalho”, poemas escritos em Campo Largo, em fevereiro de 1920, a “Meu Rosário de Ternuras”, trovas escritas em Irati, em 1957. Fez reeditar, em fac-símile, os sete livros de seu pai, poeta paranaense, de quem traz o nome. Este deputado registra o

fato na Assembléia Legislativa para a história, por ser incomum entre os empresários, mesmo lembrando a memória familiar, o resgate cultural. A avareza cultural é própria do tempo. A estante paranaense se enriquece com a contribuição do bom poeta nativo, membro da Academia Paranaense de Letras e do Centro de Letras do Paraná.

Encaminhe-se ao Sr. Virgílio Moreira Filho, Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR 277, número 125, Km 0 - Mossunguê - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 1857

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva pelos projetos e programas sociais que vêm sendo implementados pela sua equipe de governo nesses oito meses de administração, cujas ações efetivas vêm sendo referências nacionais no combate a pobreza e à marginalização no Estado do Paraná. Os exemplos são: A isenção do ICMS para pequenas e médias empresas, medida que teve início no seu primeiro mandato e agora ampliado - a distribuição de cotas de leite para famílias com crianças de zero a 3 anos de idade, a gratuidade na cobrança de consumo de energia elétrica em até 100 quilowatts, que já tramita por esta Casa para ser votado, além de medidas tomadas em outros setores e dão visibilidade à competência e ousadia do governador Roberto Requião de Mello e Silva, credenciando - o desde já ao posto maior da República do Brasil.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações é uma forma sincera e solidária de expressar nossos sentimentos em relação a postura política, ética e social do governador Roberto Requião de Mello e Silva, traduzidos nas ações implementadas pela sua equipe ao longo destes oito meses de administração estadual e que estão beneficiando milhares de paranaenses, correspondendo a tudo aquilo que lutamos ao longo de nossa vida pública. Vale lembrar que o PSL (Partido Social Liberal), o qual tenho a honra de presidir no Paraná, apóia integralmente estas ações sociais que efetivamente saem do discurso e do papel e se tornam referências nacionais.

A isenção do ICMS para pequenos e médios empresários, a distribuição de leite para famílias com crianças de zero a 3 anos de idade, a gratuidade para as famílias que consomem até 100 quilowatts de energia elétrica por mês, a não autorização do aumento linear da energia elétrica para o conjunto da população paranaense, contrariando a política tarifária da Anel e do Ministério de Minas e Energia, a sinalização de gratuidade também para quem consome pequena quantidade de água potável, o programa de habitação para segmentos marginalizados,

como os índios do Paraná, fazem do nosso Estado, um laboratório inteligente de experimento social com sucesso e já começam a ajudar mais de 2 milhões de paranaenses que vivem a baixo da linha da pobreza.

Com tantas sacadas e tacadas geniais, finalmente, orgulhosos, estamos contemplando nosso Paraná na vanguarda nacional. E a competência e a ousadia do governador Roberto Requião de Mello e Silva são credenciais imprescindíveis no caminho ético e criativo que prosseguem na política paranaense, mas que tem logo ali a próxima parada: a Presidência da República do Brasil.

Portanto, nosso Voto de Louvor, Congratulações e Solidariedade ao governador Roberto Requião de Mello e Silva.

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Banda Jair Supercap Show, que iniciou a carreira artística no dia 19 de agosto de 1974, há 30 anos e, por coincidência, data do aniversário do Jair Supercap, ou Jair Barreto Filho.

A carreira artística de Jair e seus dois irmãos havia iniciado anteriormente à criação da banda, quando moravam, juntamente com os pais, num circo. Não bastasse o talento de todos, Jair, por tratar-se de uma pessoa com muita garra e liderança, unido aos irmãos, Parajara, o "Jará" e Nicaelcio, conhecido como Odilon, deram início as atividades da Banda no ano de 1974.

Sua história não é diferente de várias outras bandas que, no início, enfrentam muitas dificuldades, principalmente financeiras, mas que com pujança, foi crescendo dia após dia, fazendo um nome, conquistando liderança, abrindo espaço no mundo artístico e construindo uma admirável estrutura para a realização dos shows. Chegou o sucesso e com o fruto de um trabalho honesto e de muito talento, foi adquirida uma frota automotiva de excelente qualidade e todo o equipamento de produção de última geração que lhe permite realizar memoráveis espetáculos.

Pela credibilidade e fidelidade em honrar os compromissos, sua agenda é notável e é convidada a tocar nos eventos mais importantes de nosso país, dentre os quais destacam-se: o Baile "Uma Noite nos Mares do Sul", do Ilha Porchat Clube de São Vicente; a Festa do Peão de Barretos; o Baile do Texas de Jacarezinho; grandes Bailes do Hawái que acontecem nos finais de ano; festas de Peão pelo Brasil todo, além de inúmeros outros eventos. A Banda vai de Goiás ao Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 12 Estados, consolidando seu reconhecimento nacional. Outra característica, é bastante original, é a distribuição gratuita de CD's que é feita pelo Brasil inteiro. Até hoje, são mais de 28 gravações, feitas ano a

ano, e que são distribuídos nos bailes realizados, sempre CD's de qualidade e de bom repertório.

O Jair Supercap nunca renegou suas origens. Tem levado o nome da cidade de Jacarezinho para todo o Brasil, cujo berço agraciou-o com o título "Cidadão Honorário da Cidade". Certamente é uma missão corajosa, que necessitou de grande empenho e desprendimento. De uma vida voltada ao trabalho e que se completa no seio de sua família, que também é muito participativa.

No palco, além desses três irmãos, um é motorista e o outro técnico de som. Seus dois filhos, cinco sobrinhos, uma cunhada e uma sobrinha, que é sua secretária, ocupam importantes posições na Banda. A União dos componentes e colaboradores em busca do aprimoramento musical e artístico é louvável, resultado sempre benéfico para o público, que é agraciado com belíssimos e inesquecíveis shows.

A Banda Jair Supercap Show, é um orgulho paranaense e entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Cumprimentamos a todos, que de alguma forma, tenham colaborado e ainda continuam atuantes nesse grupo artístico paranaense que engrandece o nosso Estado, desejando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, remessa de ofício ao Exmo. Senhor Governador, solicitando que seja dado prioridade à implantação do Projeto Povo (Policiamento Ostensivo Volante), nos bairros Cajuru, Santa Cândida e Tingüi.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício ao secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando proteção policial ao deputado Tadeu Veneri e sua família, em razão das investigações que estão sendo conduzidas pela CPI da Copel.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

Presidente da CPI da Copel

REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança

Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre o número de policiais militares que estão sendo utilizados na proteção das propriedades rurais invadidas pelo MST no Estado do Paraná.

E ainda, as quais Companhias pertencem o efetivo deslocado para realizar a tarefa de proteção às áreas.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando as seguintes informações:

a) se há intenção do atual governo em duplicar a rodovia PR-412, que liga Guaratuba/PR e Garuva/SC;

b) havendo a intenção, qual a previsão de início das obras;

c) qual a previsão de investimentos do Governo do Estado até o término da duplicação;

d) qual o prazo de conclusão.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Este deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, pretende tomar ciência da atual situação da rodovia em questão, tendo em vista que com a aproximação do fim do ano e da temporada de verão o movimento de veículos leves e pesados aumenta significativamente, tornando extremamente complicado e perigoso o tráfego de veículos e pedestres neste trecho.

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER envio de expediente ao Sr. Darci Deitos, diretor da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - Suderhsa, solicitando as seguintes informações:

a) quando foi executada a última dragagem do canal do chamado DNOS às margens da rodovia PR-412 entre os balneários de Praia de Leste e Pontal do Sul no município de Pontal do Paraná;

b) qual a capacidade de escoamento e a necessidade de um novo desassoreamento do local.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Este deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e, tendo em vista que com a aproximação do fim do ano, da temporada de verão e a possibilidade de chuvas torrenciais, os alagamentos na região citada são constantes, provocando uma série de transtornos e prejuízos financeiros e sanitários, pondo em risco a saúde da população, requer informações imediatas

para que providências sejam tomadas, evitando-se assim que os problemas citados voltem a acontecer na região.

REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando as seguintes informações:

a) qual a capacidade de atendimento nos hospitais localizados no litoral do Estado no período de verão, compreendendo os meses de dezembro a março;

b) qual a estrutura de emergência disponível como ambulâncias e UTI's.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Este deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e, tendo em vista que com a aproximação do fim do ano o número de pessoas que transitam pelo litoral do Estado aumenta significativamente, requer as informações para que se proceda caso haja a necessidade, ampliar as atividades fornecendo equipamentos e pessoal para um atendimento eficiente aos usuários.

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Copel - Companhia de Energia do Paraná, parabenizando-a pela negociação com a Prefeitura do município de Curitiba no tocante à dívida relativa à taxa de iluminação pública e solicitando informações sobre a possibilidade de extensão deste tipo de negociação, nos mesmos parâmetros, para os demais municípios do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Copel - Companhia de Energia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, informações conforme segue:

a) qual o número de consumidores residenciais de energia elétrica da Copel?

b) Quantos desses consumidores não ultrapassam, no mês, os 100 kwh de energia?

c) Quantos desses últimos consumidores estão inscritos nos Programas Bolsa-Escola ou, Bolsa-Alimentação ou, Vale-Gás ou, qualquer outro benefício social concedido na esfera federal?

d) Em que consiste a “tarifa social” aplicada por essa empresa com fundamento em lei federal, quais seus parâmetros condicionantes e efeitos?

e) Quantos consumidores (unidade residencial), de baixa renda pagam tarifa barata, por força de “tarifa social”?

f) Quantos são os beneficiados pelo Programa da gratuidade absoluta para consumidores até 30 kwh/mês?

g) Qual o custo total do benefício e quem arca com este valor?

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao senhor governador do Estado, Roberto Requião, solicitando com a máxima urgência o afastamento temporário do secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e do secretário de Relações Exteriores e Cerimonial, Srs. Padre Roque Zimermann e Jacir Bergman II respectivamente, até que sejam apuradas as graves denúncias feitas pela imprensa nos últimos dias.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Jocelito Canto, Doutor Luciano, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães e Delegado Bradock.

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia seja encaminhado ao senhor governador do Estado, Roberto Requião, e à secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi, solicitação da necessidade urgente de conservação do imóvel tombado - desde 1966 - pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, conhecido como “Belvédère” sito no centro da Praça Dr. João Cândido, defronte às Ruínas de São Francisco, na colina do mesmo nome, no Setor Histórico de Curitiba.

O referido Belvédère foi construído entre 1912/1915, em estilo “art nouveau”, pelo então prefeito Dr. Cândido de Abreu, para casa de chá e mirante sobre a cidade, depois sediou a histórica primeira emissora de rádio do Paraná, PRB-2. Ali funciona a União Cívica Feminina Paranaense, entidade sem fins lucrativos, presidida por D. Dalila de Castro Lacerda, que também dirige apelo neste sentido, ao Governo e ao senhor governador.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É dever do Estado, previsto nas Constituições Federal e Estadual, a prevenção dos bens culturais tombados.

Encaminhe-se à Sra. Dalila de Castro Lacerda, presidente da União Cívica Feminina Paranaense, Praça Prof. João Cândido, s/n - Curitiba, CEP: 80410-080.

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia Legislativa, a manifestação de apoio à proposta ao Poder Executivo da Comissão Legislativa Comemorativa do Sesquicentenário do Paraná - já manifesta no seu discurso da Sessão Solene do último dia 29 de agosto - de que se marque esta magna efeméride, com a construção das 47 bibliotecas públicas estaduais, nas 47 cidades do interior do Estado, que ainda não as possuem. Seja esta proposta encaminhada na forma de expediente indicativo ao senhor governador do Estado e aos secretários da Cultura e da Fazenda.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O nosso sesquicentenário, com 47 novas bibliotecas no interior, será marcado pelo governador Roberto Requião, com a Conclusão do Sistema Estadual de Bibliotecas, cobrindo por completo todos os 399 municípios do Paraná.

Boa forma de homenagear Bento Munhoz da Rocha Netto, que, em 1953, por ocasião do Centenário do Paraná, fez construir a moderna Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

Com 7 mil livros, os 500 títulos que Darcy Ribeiro escolheu, cada brasileiro precisa ler para conhecer o Brasil, mais 25 computadores ligados na internet, as 75 bibliotecas “Faróis do Saber”, que fiz construir em Curitiba, são um sucesso consumado. O povo as estima e conserva. Mesmo com uma administração hostil, elas têm perto de 600 mil consulta/livro, por mês. Isto é, 7 milhões e 200 mil livros/consultas, por ano. É inadmissível que ainda existem cidades, no Paraná, sem bibliotecas públicas. É preciso acessar nosso povo ao conhecimento. Afinal, “o homem é o que o homem conhece”, ensinou o profeta Jó, inspirado pela divina sabedoria. Comemorar é fazer conhecer. Aumentar a igualdade de oportunidades para todos.

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender aos moradores do município de Piraquara, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Escola Estadual Romário Martins, sito no centro daquele município, tendo em vista a ocorrência de muitas brigas e aglomerações nos horários de entrada e saída das aulas, nos três turnos de funcionamento do estabelecimento de ensino.

Pais, alunos e comunidade encontram-se apreensivos com tal situação, motivo da reivindicação.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, do artigo “Simulação Diversionista”, do jornalista e advogado carioca Nonato Cruz, sobre o atual momento político paranaense, publicado no importante jornal nacional Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, no último dia 29 de agosto de 2003, sexta-feira. Inscreva-se nos Anais, também, voto de congratulações ao diretor Hélio Fernandes, lúcido jornalista, pela qualidade editorial e acuidade política do combativo órgão de imprensa nacional, que tantos serviços tem prestado à Nação brasileira e à liberdade.

Encaminhe-se aos senhores jornalistas Nonato Cruz e Hélio Fernandes, Rua do Lavradio, 98, Rio de Janeiro. Tel. (21) 2224-0837.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 494/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no município de Foz do Iguaçu, designado por lote nº 0179, do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, quadra 38, com área de 3.584,41m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, com matrícula nº 18391, contendo edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m².

Parágrafo Único - A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os objetivos da instituição beneficente, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, vem utilizando como sede o imóvel acima descrito, pertencente à Secretaria de Estado da Administração, a título de comodato.

Atualmente a instituição atende a 503 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional, promovendo assistência à criança a partir do nascimento até pessoas de terceira idade, prestando serviços de relevante interesse social.

A doação proporcionará condições de a entidade executar serviços de reforma no prédio, bem como a sua ampliação, aumentando a capacidade e melhorando significativamente o atendimento da clientela de excepcionais, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 495/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dispõe sobre a regulamentação da situação funcional dos professores e especialistas de educação da Rede Estadual de Ensino, cujos empregos foram transformados em cargos públicos, nos termos do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Art. 2º - Os professores e especialistas de educação da Rede Pública Estadual de Ensino referidos no artigo anterior, cuja contratação inicial junto à Secretaria de Estado da Educação se deu em data posterior a 05 de outubro de 1988, terão o tempo de serviço, cuja contribuição previdenciária se deu para a Previdência Estadual, contado em dobro para efeitos de valoração de títulos nos próximos concursos públicos de ingresso para o Quadro Próprio do Magistério.

Art. 3º - Os servidores nominados no artigo 1º da presente lei, cuja condição funcional seja a de estatutário integrante do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo ou do Quadro Próprio do Magistério, em caso de aprovação em concurso público para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, conquanto o ingresso se dê à exoneração do cargo anterior, fica assegurada a integralidade e irredutibilidade da remuneração, considerados como tais o básico acrescido de promoções diagonais e verticais e de adicionais por tempo de serviço.

Art. 4º - Para efeitos do previsto no artigo 3º, fica instituída a Parcela de Complementação Salarial, que corresponderá à diferença, se houver, existente entre os vencimentos recebidos pelo servidor na condição funcional em que se achava anteriormente ao concurso, e aos valores a serem pagos em caráter inicial para o cargo em que vier a ser provido em decorrência da aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos.

§ 1º - Somente fará jus à percepção da referida Parcela de Complementação Salarial o professor ou o especialista de educação que, para assumir o novo-cargo, tenha sido exonerado do cargo anterior.

§ 2º - Os valores correspondentes à Parcela de Complementação Salarial serão reduzidos gradualmente até sua completa extinção, o que se dará até que atinja o professor ou especialista de educação a mesma condição funcional e financeira em que se achava no cargo anteriormente ocupado.

§ 3º - Sobre a Parcela de Complementação Salarial incidirão os descontos previdenciários estabelecidos em lei.

Art. 5º - Os professores e especialistas de educação da Rede Pública Estadual, os quais esta lei dispõe, estando contribuindo com a previdência estadual desde 21.12.1992, caso já tenham implementado ou tão logo venham a implementar as condições necessárias a tanto, fica assegurado o direito à imediata aposentadoria no cargo em que vier a ser provido, independente de quaisquer outras condições temporais.

Parágrafo Único - Ao implementar as condições necessárias à aposentadoria, não tendo na ocasião havido a extinção tratada no parágrafo 2º do artigo 4º, fica assegurado ao professor ou especialista de educação a incorporação da Parcela de Complementação Salarial aos proventos.

Art. 6º - Os servidores, aos quais se aplica a presente lei, que se encontrem impedidos de prestar concurso público, seja por condições de saúde ou idade, atendendo aos princípios de isonomia e equidade, terão validados os enquadramentos efetivados pela Administração Pública Estadual, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 75, de 11 de janeiro de 1975.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta visa regular e beneficiar aos professores e especialistas de educação da Rede Pública Estadual de Ensino, cujos empregos foram transformados em cargos públicos nos termos do artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

A situação funcional desses servidores é bastante complexa, já que a Lei nº 10.219/92, está *sub-judice*, sendo a sua constitucionalidade questionada pelo governo do Estado do Paraná.

Contudo, é inquestionável os serviços prestados por esses servidores junto ao ensino público. E necessário se faz reconhecer de modo efetivo a grandeza de seus serviços. Um dos modos pelos quais este reconhecimento pode ser feito, é o que ora apresentamos, através deste projeto de lei.

Esta proposta visa atingir aproximadamente 10 mil professores.

Estes citados servidores não conseguem aposentar-se e/ou gozar de licença especial, e, em alguns, casos já

faleceram, porém seus dependentes não recebem nenhuma pensão.

Importante salientar que existem Estados da Federação, como por exemplo Rio Grande do Sul e São Paulo, só para citar dois, que esta situação aconteceu também, porém, já foi regularizada, garantindo aos servidores todos os direitos adquiridos.

Diante disso esperamos contar com o devido apoio dos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 496/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

No dia 18 de junho de 1997, por volta das 17h50, 45 detentos empreenderam fuga do Presídio Hildebrando de Souza em Ponta Grossa. O comandante da guarda do presídio, sargento QPM-1, Waldemar Teodoro, atingido na altura do peito por disparo efetuado por um dos detentos, foi encaminhado em estado grave ao Hospital Santa Casa de Ponta Grossa onde veio a falecer.

Relatos de testemunhas presentes no momento da fuga atestam que, ao perceber a intenção dos presos, o 1º sargento Waldemar Teodoro, em um ato de máxima bravura e heroísmo e em prejuízo da própria vida, fechou a primeira grade que havia sido deixada aberta pelo carcereiro iludido pelos presos, não tendo tido tempo de retirar a chave do cadeado pois foi baleado. Ferido, o 1º sargento Teodoro cambaleou até o rádio e deu o alerta de fuga, caindo a seguir. Sem chance de reação, os demais policiais militares passaram a ser alvo dos tiros dos marginais ficando sem possibilidade de reação até a chegada de reforços.

Tendo em vista a ação policial ter sido desencadeada de imediato graças ao último ato do 1º sargento Teodoro, dando o alerta da fuga em massa, a maioria dos foragidos foi recapturada ainda nas imediações do Presídio Hildebrando de Souza. Como consequência, o Poder Judiciário determinou mudanças na segurança interna e externa do presídio para impedir que atos dessa natureza voltassem a acontecer.

O exemplo do 1º sargento Waldemar Teodoro deverá ficar gravado na memória de toda a população de Ponta Grossa e do Paraná, pois foi um servidor público que por vinte e nove anos honrou a farda que vestiu e engrandeceu toda a Polícia Militar do Paraná, mostrando que existem policiais em nosso Estado que cumprem com

o seu dever acima de qualquer coisa, até mesmo em detrimento da própria vida.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 497/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam anistiados todos os débitos dos titulares de ofício do foro judicial e extrajudicial junto ao Comprevi (Carteira Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores), desde que seja mantida a contribuição rigorosamente em dia, a partir da data de publicação desta lei.

Art. 2º - O benefício do artigo anterior poderá ser cancelado se, a partir da publicação desta lei, houver falta de pagamento injustificada da contribuição por parte do escrivão, notário ou registrador.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto se justifica, principalmente, pela condição de miserabilidade de algumas serventias no interior do Estado, que após a instituição da gratuidade de nascimento e óbitos passaram a viver quase que exclusivamente dos valores remetidos pelo Fundo criado pelos próprios serventuários para amenizar tais prejuízos.

Nesta esteira, vale lembrar as serventias judiciais que vivem uma situação quase parecida, com a utilização da Lei nº 1.060/50, que beneficia os comprovadamente pobres, mas é utilizada de forma indiscriminada, muitas vezes, por aproveitadores de má fé.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, pois tal medida não trará prejuízo aos dependentes, haja visto os investimentos que têm sido feitos, ultimamente, pela Carteira.

PROJETO DE LEI Nº 498/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado um parque público de lazer, com 220,193 hectares, localizado no município de Almirante Tamandaré, constituído pelos imóveis matriculados sob nº 4.631, 4.632, 12.580, 12.581, 12.582, 12.583, 12.584, 12.586, 12.587, 12.588 e 12.589 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul e da matrícula nº 0104, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - O Instituto Ambiental do Paraná fica autorizado a efetivar a desapropriação com uso de dotação orçamentária a ser consignada no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004.

Art. 3º - O imóvel ficará sob a administração e fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que deverá adotar as medidas cabíveis para a sua efetiva implantação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de criar um parque público de lazer no município de Almirante Tamandaré, que irá trazer enormes benefícios para a população daquele município e de toda a região metropolitana de Curitiba.

Segundo a vistoria realizada por técnicos do Instituto Ambiental do Paraná, com apoio da Ecoparaná, o local reúne um conjunto de argumentos que caracterizam vantagens na criação do equipamento público de lazer.

Entre as vantagens estão o acesso fácil através de rodovia pavimentada e sinalizada; a área possui boa infra-estrutura com casas, represas e outros equipamentos; a proximidade com a sede do município de Almirante Tamandaré e com Curitiba; o Rio Barigui corta a área, o que propicia oportunidades de ações relacionados aos recursos hídricos, associados à vegetação e outros equipamentos; as dimensões da área permitem a instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer setoriados de maneira a minimizar o impacto ambiental; a existência de represas pode proporcionar o desenvolvimento de atividades náuticas; poderão, também, ser instalados equipamentos de entretenimento, esporte e lazer tais como: quadras poliesportivas, campos de futebol, quadra de vôlei de areia, churrasqueiras, arena ao ar livre, playground, pistas de caminhada e ciclovia, praças com espaços comerciais como lanchonetes e restaurantes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 499/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cobra Coral, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cobra Coral, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Maringá, registrada como entidade filantrópica sem fins lucrativos perante a Secretaria da Receita Federal. Iniciou suas atividades em 13 de maio de 2000, com o propósito de formar um grupo vocal, dando a devida orientação pedagógica e musical aos seus integrantes e visando a divulgação da cultura musical, através do canto coral tem atingido com sucesso seus objetivos.

PROJETO DE LEI Nº 500/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962 de 23 de novembro de 1984, conforme redação a seguir:

“Art. 3º - É de competência dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres de cada escola pública estadual a decisão quanto a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar e o estabelecimento das regras relativas à sua adoção, garantindo-se a igualdade de condições para o acesso e à permanência na escola”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Razões de ordem econômica, disciplinar e de segurança, em especial, recomendam o uso do uniforme escolar pelos estudantes do ensino fundamental, até como forma de identificá-los na comunidade.

Não obstante, a obrigatoriedade do seu uso poderá acarretar constrangimentos e ainda mais problemas para as famílias de menor poder aquisitivo, portanto a melhor solução é aquela que faculta aos Conselhos Escolares e às Associações de Pais e Mestres, em virtude das peculiaridades de cada comunidade escolar, decidir da maneira mais adequada ao atendimento das suas próprias necessidades.

Em muito poderá auxiliar a atuação dos Conselhos Escolares e das APMs, a autorização legal proposta através do Projeto de Lei nº 284/2003, de minha autoria e em tramitação nesta Casa, que possibilita à iniciativa privada “patrocinar” escolas públicas, melhorando a qualidade do ensino em nosso Estado e democratizando as condições para acessá-lo.

PROJETO DE LEI Nº 501/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Escolas de Futebol com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei ora apresentado, deve-se ao trabalho desenvolvido pela Associação Paranaense das Escolas de Futebol desde a sua fundação até os dias atuais, a qual atende várias crianças e jovens através de suas atividades esportivas, despertando nesses jovens o gosto pelo esporte, não deixando que se envolvam em atos contrários à dignidade e a moral das pessoas.

Portanto, transformando-o em utilidade pública, esta entidade terá condições de manter seus associados e praticantes do esporte de melhor forma, proporcionando atendimento mais abrangente às crianças e jovens de Curitiba.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente e senhores deputados.

Uso o Pequeno Expediente da Sessão de hoje para falar sobre a mensagem que o governador do Estado enviou à Assembléia Legislativa na semana passada que tem o título de "Luz Fraterna". Ou seja, dá a luz de graça para os consumidores do Estado do Paraná. Ocorre, no entanto, senhor presidente e senhores deputados, que nós entendemos que o projeto merece alguns aperfeiçoamentos. Ele tem que sofrer algumas alterações. Porque se formos aprovar, deputado Nelson Justus, pura e simplesmente da forma como o governador mandou a mensagem para a Assembléia Legislativa, nós não estaremos estendendo os benefícios para os pobres do Estado do Paraná. Senão vejamos, o governador pede que a Assembléia autorize o governador do Estado do Paraná ressarcir e pagar para a Copel a energia elétrica para os paranaenses que consomem menos de 100 kw/hora/mês. Mas com um detalhe: desde que o consumidor, o titular dessa conta, seja beneficiário de um dos programas do governo federal seja Bolsa-Escola, Vale-Alimentação ou Vale-Gás.

Entendemos, senhores deputados, que existem muitos paranaenses que não estão nesse programa, mas que são pobres. O que é Bolsa-Escola? O Bolsa-Escola é um programa do governo federal, cuja família pode se habilitar desde que tenha criança em idade escolar de 7 a 15 anos de idade e que a renda não seja superior a R\$50,00 *per capita* na família. E o Vale-Alimentação é um programa, também do Governo Federal, cuja família

tem crianças na sua residência entre zero e seis anos e meio ou uma gestante dentro da família. E que também, Pastor Edson, que a família também não tenha uma renda superior a R\$90,00. Ou que a família seja beneficiária do programa Vale-Gás.

Mas estamos no Estado do Paraná e acredito que em todos os municípios do Estado, dos 399 municípios que temos, muitas famílias não conseguem se credenciar porque não existe mais credenciamento. Está esgotado. Existe uma fila muito grande, aqui, na Capital do Estado, deputado Valdir Rossoni, e as famílias podem se habilitar no Bolsa-Escola, no Vale-Alimentação, no Vale-Gás, mas não estão sendo credenciados. Porque não existe atualmente recurso. O governo federal não os aceita. Isto deve existir em todos os municípios do Estado do Paraná.

Então, na verdade, já apresentamos quando a Mensagem veio para a Assembléia Legislativa na quarta-feira. A CCJ fez uma reunião extraordinária, já deu parecer. Nós, da Comissão de Finanças, fizemos uma reunião extraordinária, demos o nosso parecer favorável, no entanto, com uma emenda no projeto, que suprime o inciso II do artigo 2º, do projeto do governador, mas que esse benefício seja estendido a todas as famílias do Estado do Paraná que consomem até 100 kilowatts/hora/mês. Porque nós podemos ter hoje, por exemplo, uma família em Ponta Grossa, um casal que possa ter filhos, o chefe da família está desempregado. A dona da casa é uma empregada doméstica, ganha um salário mínimo. Ela não se habilita nesse programa. Aí pergunto: isso é um programa para o pobre? E se o consumo for 50 kilowatts/hora ou 40, 60, ele não pode se enquadrar. Ele tem que, obrigatoriamente, fazer parte e tem que estar não inscrito, beneficiado com um dos programas do governo federal. Aí existe uma incoerência das pessoas que estão habilitadas.

Eu concluo, dizendo e pedindo aos nobres deputados, para que nós possamos aperfeiçoar esse projeto, que não é concebível aprovarmos da forma como está.

E para concluir, senhor presidente, estive no interior do Estado agora no final de semana, recebi diversas reclamações de chacreiros. Por exemplo, na cidade de Marechal Cândido Rondon, existe uma chácara, a conta de luz do Sr. Avelino Fier, que pagava 31 reais na sua fatura, agora vai pagar 91 reais. 200% de aumento de energia elétrica. Por que isso, deputado Durval Amaral? Porque eles fizeram um pedido a todos os municípios até onde vai o perímetro urbano do município. Lógico que em todos os municípios existe um limite, uma planta, um mapa do perímetro urbano da cidade. Mas a chácara tem a sua atividade rural, cria suínos, tem vaca de leite, frangos, mas pelo fato de a chácara estar dentro do perímetro urbano definido pelo município, ele paga a sua energia elétrica como área urbana. E a energia urbana custa duas, três vezes mais do que a área rural. Então, não é justo, não é concebível que isto esteja acontecendo no Estado do Paraná. Quer dizer, você diferencia o chacreiro, faz o

chacreiro ser também um consumidor, um morador do perímetro urbano.

Então, é fácil você isentar de um lado e tirar do outro. Não é isso que nós queremos. Então, esse ajuste tem que acontecer. E esperamos que aqui no Parlamento possamos fazer essa correção que precisa ser feita. Sem sombra de dúvida. Mas principalmente no projeto da Luz Fraterna, não é concebível que venhamos aprová-lo da forma como ele veio, por parte do Governo do Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Aqui estou novamente, não sou um parlamentar que tem grande simpatia pela tribuna desta Casa. Mas a força da cobrança da população me faz aqui estar. Em especial da cidade de Ponta Grossa, que diariamente estamos vendo pessoas morrerem, sabem por quê? Porque na cidade de Ponta Grossa faltam UTI's para atender as pessoas que têm necessidade desse atendimento.

Já estamos escutando desde os meados do primeiro semestre deste ano. O secretário da Saúde indo a Ponta Grossa, representantes do Governo do Estado, enfim, desde o menor funcionário da Secretaria da Saúde, até a maior autoridade do Estado, senhor governador Roberto Requião, dizendo que a solução está por acontecer. E morrem diariamente pessoas na cidade porque não tem UTI's para atender. Ficam 4, 5, 6 dias aguardando uma vaga num leito de UTI do atendimento do SUS, e como ele não existe, como é precária a situação da saúde em Ponta Grossa e nos Campos Gerais, as pessoas estão morrendo.

Um dia desses o juiz de Direto da cidade de Ponta Grossa baixou uma determinação de que os doentes da região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais teriam que ser transferidos para leitos de UTI's na Capital do Estado, e ficou o Estado de ceder uma UTI móvel, uma grande ambulância para poder fazer o transporte dos doentes até a capital quando houvessem problemas de falta de leitos de UTI's na cidade de Ponta Grossa e nos Campos Gerais. Colocaram sim, nobre deputado Durval Amaral, uma viatura UTI, só que esqueceram de colocar os equipamentos nessa viatura, que está parada em Ponta Grossa há mais de trinta dias e os doentes quando têm necessidade, sabem que a ambulância está lá, mas não tem condições de transportá-los!

É caótica a situação! Escutei vários integrantes da base aliada do atual governo, dizerem que é uma herança de outros governos. Eu quero dizer a todos vocês, desde o último governo do Sr. Álvaro Dias, em 1988, deputado Zuchinho, não é instalado uma nova UTI na cidade de Ponta Grossa para poder atender pelo SUS.

Então, passou o governo Álvaro Dias, logo em seguida o governo Roberto Requião, depois disso oito anos de Jaime Lerner, e agora já passam nove meses do governo Roberto Requião! Uma série de denúncias estão sendo feitas! Enfim, está aí o governador que, os problemas ele já sabia, a equipe já sabia, e a conversa está solta de que vai resolver e a população morre porque não se resolve! E quando eu vejo anunciar uma grande reforma no Centro Cívico do Estado do Paraná, gastando vinte e oito milhões, que é questionado por engenheiros de entidades ligadas à engenharia, esses técnicos dizem que só os três prédios que o Governo do Estado quer construir vão custar mais de trinta e oito milhões de reais! Até a conta o governador vem errando, quando fala na construção de novos prédios para abrigar as Secretarias de Estado aqui na Capital.

Amigos, os espaços para as secretarias aí estão! Quantas vezes vi os deputados da Oposição no passado e hoje Situação, criticarem o número de Secretarias no Estado que o governador anterior tinha. Vejam quantas têm hoje, quase a mesma coisa! No lugar de incorporar, enxugar a máquina pública, ficou do mesmo tamanho, e pior, agora vão construir mais prédios públicos para abrigar as novas Secretarias! É preocupante! Enquanto isso, nobre deputado Durval, morrendo pessoas na cidade de Ponta Grossa, porque não estão investindo na saúde! Antes a vida, que está acima de tudo, eu espero que o governo do Paraná aja e resolva, porque, de conversa, estamos cansados, de que no mês que vem estará resolvido, e até agora, absolutamente nada!

Não posso também deixar de falar de uma outra situação, meu nobre deputado Bradock, o senhor conhece bem disso que eu vou falar. "Sem-terra desocupa uma fazenda e invade outra".

Essa conversa do grande entendimento entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública, secretário, integrantes e líderes do Movimento Sem-Terra para desocuparem as áreas dentro de um entendimento e ao mesmo tempo que esses entendimentos são feitos, nós estamos vendo um lado roer a corda. Depois de formalizar um pacto de não invasão de propriedades no Estado do Paraná, no dia seguinte nós ouvimos na cidade de Ponta Grossa uma nova invasão na Embrapa, no dia seguinte do acordo, e o deputado Jocelito Canto sabe, e pior: invasão esta, feita em conjunto com o secretário de Trabalho, Padre Roquer Zimmermann, que esteve junto com a invasão de terra na propriedade da Embrapa, uma empresa que faz pesquisas na área agropecuária! Enfim, o pacto feito por um secretário foi desmontado pelo outro, do mesmo governo, o governo Roberto Requião! Agora, o que aconteceu lá em Ortigueira, não é brincadeira.

Vejam, uma propriedade que lá foi invadida, em torno de uns 20 dias atrás. O proprietário conseguiu a reintegração de posse na Justiça. Quando fizeram o entendimento entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as lideranças do MST lá do município de Orti-

gueira, os sem-terras, dentro do prazo, resolveram sair daquela propriedade.

Pasmem os senhores, a Prefeitura Municipal de Ortigueira cedeu ônibus, caminhões, toda a infraestrutura para poder tirar aquelas famílias que ali estavam, e no momento em que embarcaram todas as famílias da propriedade do Sr. Kamal, que mora em Londrina e produz na sua propriedade em Ortigueira, na hora que essas famílias embarcaram nos ônibus e nos caminhões e se retiraram da propriedade, os líderes do MST seqüestraram o comboio de ônibus e de caminhões, fazendo com que o destino deles mudassem. E, essas famílias que ali estavam, foram levadas para uma nova invasão dentro do próprio município de Ortigueira, na Fazenda do Sr. Milton Prudence, Fazenda Santa Maria, fazenda esta do tio do presidente do PT no Paraná, André Vargas.

Virou um caos. Está uma baderna! Está faltando autoridade ao secretário da Segurança e ao governador! Não é possível. Tão firme para umas posições, tão duro em certos momentos. No momento de acabar com o curso de Medicina, foi firme, mas na hora de usar e manter a sua autoridade, ele não está fazendo o que tem que ser feito. A baderna está tomando conta do Estado do Paraná.

Concedo um aparte do deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Não vou tecer comentários sobre a questão agrária do Paraná e do Brasil. Conheço razoavelmente bem essa questão agrária.

Quero me reportar ao fato aqui colocado por V. Exa., primeiro com relação à questão da Embrapa. Se o Brasil hoje caminha para uma posição de vanguarda com relação ao agronegócio, especificamente em algumas culturas de exportação que são consideradas dividendos para o nosso país, tem muito a ver com a Embrapa. Aliás, eu vi e ouvi o discurso do presidente Lula, no aniversário da Embrapa, ressaltando o que significa a tecnologia desenvolvida pela Embrapa.

Quero ir mais longe. Acho que é grave a informação que V. Exa. traz. Se é verdade que um secretário de Estado, independente de quem seja, participa de uma ocupação, no caso da Fazenda da Embrapa, é algo gravíssimo. Na minha opinião, tem que se tomar uma posição por parte do governo. Não é possível isso acontecer, porque pressupõe uma posição de governo, que eu tenho absoluta certeza que não é a posição do governador Roberto Requião. Tenho absoluta certeza que não é. O governador é sensível com relação à questão social. Tem reiterado isso, mas nunca deixou de registrar nos seus pronunciamentos a admiração que tem do trabalho dos órgãos de pesquisa, inclusive da Embrapa.

Se é verdade que teve a participação de um secretário de Estado, deve ser urgentemente corrigida e deve ser tomada uma posição. V. Exa. tem razão nesse sentido.

Muito obrigado!

O Sr. André Vargas

Em função dessa colocação, tenho dito aqui e foi afirmado no passado o que o governador disse, que o coordenador do Incra fazia jogo duplo. E se é verdade, na verdade é o governo do Estado que está fazendo jogo duplo, governo municipais participando.

Esse deputado sempre disse que é favorável à reforma agrária. Mas uma coisa é ser favorável à reforma agrária, outra coisa é ser favorável aos desmandos ocorridos, não só com relação a esta propriedade. Qualquer propriedade que estiver nesta situação, produtiva. Propriedade em que os trabalhadores, o proprietário lá mora, desenvolver as suas atividades, pode ser parente do Plauto Miró, parente deste deputado, pode ser quem for, é preciso que haja um tipo de postura.

Pior ainda, é bom dizer: estão fazendo cadastramento nos assentamentos de favelas das grandes cidades, ali, senhor presidente, mistura-se, muitas vezes sem critérios, pessoas não vocacionadas para terra e como tem se evidenciado, às vezes, vocacionadas para outras práticas o que determina o excesso ocorrido no momento. Jamais pediria o privilégio, mas da outra sorte eu disse: reforma agrária temos que fazer, o apoio do governador e dos deputados desta Casa é importante, mas, infelizmente, talvez por falta de comando, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra vai perdendo o apoio, mas o apoio à reforma agrária está renovado por parte deste deputado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Não há mais tempo, só queria para concluir deixar claro, a situação é grave, nós estamos vendo iniciativas de integrantes do movimento sem-terra infringirem a lei, está aqui mais uma situação gravíssima apresentada pela imprensa estadual onde mostra com fotos e traz exatamente aquilo que aconteceu lá em Ortigueira, onde foram retirados de uma propriedade as famílias que ali haviam ocupado e, no meio do caminho, foi seqüestrado o comboio com armas, com uma winchester 22, está aqui nos meios de comunicação e eu soube de pessoas que seqüestraram o comboio e levaram para uma outra propriedade rural produtiva dentro do município de Ortigueira. Espero que o governador firme como já mostrou em especial quando acabou com o curso de medicina lá da Universidade de Ponta Grossa, seja tão firme o quanto foi com a área de educação, com a nossa Universidade de Ponta Grossa na questão dos sem-terra, porque vai perder o controle.

Chega de invasões em áreas produtivas, não é justo que queiram fazer e resolver o problema social do nosso Estado com a propriedade alheia. Não dá para aceitar, senhor presidente, senhores deputados!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, gostaria de requerer o tempo do PTB, para que V. Exa. me permita falar pelo menos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está concedido também o tempo do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje, pela manhã, em nosso programa de rádio, levantamos uma lebre muito preocupante que é a questão do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa. A Dra. Valéria que assumiu o comando recentemente, e que vem se preocupando em fazer um bom trabalho, noticiou que a partir de hoje os corpos até a meia-noite serão necropsiados, e depois da meia-noite ficarão para o dia seguinte a partir das oito horas da manhã. Isso nos preocupou muito, porque não é admissível que uma família que tenha um acidentado a 01h00 da manhã tenha que esperar às 08h00 para receber o corpo as 10h00.

Fui conversar com o secretário Delazari, agora, há poucos instantes; estivemos em audiência casualmente com ele, onde falamos sobre essa questão do IML e ele já colocou a sua posição que não é favorável a esse procedimento e que vai pedir ao Instituto de Medicina Legal do Estado que reveja essa posição, porque não é justo que uma pessoa que morra a 01h00 da manhã tenha o corpo liberado somente no dia seguinte. Isso é uma falta de respeito com a família que está ali tendo uma fatalidade.

Quero aqui fazer esse agradecimento ao secretário Delazari e, ao mesmo tempo, agradecê-lo por nos receber agora a tarde e anunciar a liberação de um sargento que vai cuidar da questão lá de Caetano Mendes, na região do São Bento, Alto do Amparo, que vai dar mais segurança àquela região que estamos representando.

Então, aqui fica elogio público e ele, por essa questão que envolve também a Delegacia de Castro, onde estivemos ao lado do presidente do conselho, que fez a solicitação para que haja mais pessoal para trabalhar. E o que nós queremos é que as delegacias tenham mais gente, do mesmo jeito que o Teatro Guaíra teve aqueles cargos que votamos aqui, duzentos cargos, vamos votar mais cargos para a polícia. Vamos trazer mais escrivães, mais policiais, para que possamos ter muito mais segurança nas localidades. E é isso que nós queremos.

Quero falar, também, senhor presidente e senhores deputados, nós que somos deputados independentes, fazemos um bloco independente que não é oposição radical mas também não é situação radical, podemos falar de alguns projetos.

E eu quero inicialmente, falar desse projeto que vi o deputado Rusch falando, a respeito do projeto “Luz Fraterna”. Acabei de assinar duas emendas propostas pelo Dr. Luciano Ducci, em que ele melhora ainda esse projeto da “Luz Fraterna”.

Acho que esse é um grande projeto para o povo mais pobre do Estado do Paraná. Nós já demos o nosso parecer na CCJ; vamos votar favorável aqui, porque entendemos que esse é o melhor projeto social que possa ter o Paraná neste momento.

O governador Roberto Requião, no que se refere a esse projeto, o projeto da “Luz Fraterna”, deputado Barbosa, vai atender o povo humilde do Paraná.

Estive conversando com muitas pessoas hoje na base, estive nos bairros, o governador fez um pronunciamento no rádio essa semana, que nós colocamos, e a população inteira está satisfeita com esse projeto que o governador está fazendo.

Esse é um projeto de interesse social do povo e merece todo o nosso elogio por parte do governador. Agora sim, nós temos que elogiar o Requião, porque esse projeto com as emendas que estão sendo apresentadas, entre elas pelo deputado Luciano, vão melhorar ainda mais esse projeto chamado “Luz Fraterna”.

Quero aqui elogiar de público o governo por esta atitude que outros governadores não tiveram coragem de fazer e que o governo Requião está fazendo e que tem todo o nosso apoio. Apoio do povo, porque vai beneficiar principalmente o povo.

Não adianta vir com demagogia aqui. Já vi gente vir com demagogia. O projeto é para o povo humilde, para o povo bom, e nenhum outro governador teve a coragem de fazer. Quem teve a coragem de fazer é o atual governo e por isso recebe os meus elogios, porque vai atender o povo mais humilde da região que represento e as cidades do Estado do Paraná.

Então, vamos parar de demagogia antes de começar! Não vamos brincar de ser deputado, aqui não!

Esse projeto é sério, é bom, e tem emenda sadia, emenda correta. Vai ter o nosso apoio. Agora, demagogia para brincar, não vamos aceitar de jeito nenhum!

E falar sobre a saúde, deputado Plauto, o senhor falou aqui e eu preciso lhe corrigir. V. Exa. falou: Eu sou a favor das melhorias da saúde. Mas, o atual governo pelo menos está tentando fazer alguma coisa para a saúde! V. Exa. disse aqui que o governo que passou, o governo Jaime Lerner, eu fui prefeito e o senhor era deputado, não fez nada pela saúde de Ponta Grossa! Em oito anos, seu governo. Eu vou defender aqui o secretário que já critiquei. Nesses primeiros meses está destinando cem mil reais para a Santa Casa; vai chegar o dinheiro, pode ter certeza que vai, trinta mil para o Pronto-Socorro, a ambulância está lá e por incompetência do governo municipal não colocou os equipamentos. O governo atual está mandando esse dinheiro para a Santa Casa, vai melhorar as ambulâncias do Siate.

O atual governo, em nove meses, está fazendo o que o senhor Jaime Lerner não fez em oito anos!

Então, não vamos fazer demagogia aqui, porque se alguém errou, se alguém não investiu em saúde, foi o governo do senhor Jaime Lerner! E eu sempre critiquei isso, briguei com ele por causa disso, porque ele pegou e

não fez o que tinha que fazer, não mandou nenhuma ambulância para Ponta Grossa, mandou as ambulâncias do Siate arrebitadas de Foz do Iguaçu, depois dos Jogos da Natureza, que a prefeitura teve que gastar cem mil reais para colocar dinheiro lá, para funcionar as UTI's do Siate! Foi a única cidade!

Então, vamos parar de demagogia aqui! Se alguém não cuidou da saúde de Ponta Grossa, foi o governo anterior. Eu já briguei com esse governo e queremos as UTI's! O secretário foi três vezes a Brasília, o senhor foi junto, sabe o que o ministro fez. Então, não vamos agora, em nove meses, querer julgar oito anos de um governo que não fez absolutamente nada pela saúde! Que peguem os números, tragam os números a esta Casa e vocês vão ver quanto que o Jaime Lerner investiu na saúde em Ponta Grossa: nada! Nada! É essa a grande verdade e se alguém quiser discutir, peguem os números, peça que a Secretaria levante os números e vamos parar com essa demagogia de que o atual governo está fazendo pela saúde. O atual secretário, que eu já tive brigas com ele, está lá atendendo, já está instalando e daqui a, no máximo vinte dias, vamos ter dez UTI's no Hospital do Doutor Mansur, uma sugestão nossa ao Secretário Estadual. Então, vamos ter mais UTI's na Santa Casa, vamos ter mais UTI's inclusive no Hospital Bom Jesus!

Concedo um aparte ao deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas

Os dados, e o deputado Luciano Ducci sabe, são os seguintes: depois da aprovação da Emenda Constitucional nº 29, o não cumprimento das verbas da saúde geraram um déficit de um bilhão e vinte e nove milhões no governo passado. Este orçamento foi feito no governo passado, para ser aplicado neste. A correção dessa distorção, pela aplicação da Emenda Constitucional nº 29, só vai ocorrer se nós, neste orçamento, fizermos a correção devida para que não se considere gastos em saúde com o saneamento básico, que é uma manipulação contábil que se fez no passado.

Concordo com V. Exa. que há um déficit de um bilhão e vinte e nove milhões. Essas UTI's que estão destinadas agora, vão computar como gasto do governo federal, porque foi 100% de dinheiro do ministro Umberto Costa, e V. Exa. esteve em Brasília para fazer essa reivindicação. Então, nós, deputados, cumprindo a nossa função, certamente estaremos atentos para que, no orçamento do Estado, não se compute como gasto de saúde o saneamento, o IPE, e aí começamos a resgatar essa dívida.

O SR. JOCELITO CANTO

Concordo com V. Exa.

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Fico até assustado de ver esse seu pronunciamento na tribuna, um tanto quanto diferente dos pronunciamen-

tos anteriores que vi dentro da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO

Porque as coisas estão acontecendo, deputado!

O senhor foi oito anos deputado e não levou uma ambulância para Ponta Grossa!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Estive pessoalmente lá, na sexta-feira, visitando o Hospital do Sr. Mansur e ele me disse, nobre deputado, e inclusive tem algumas fotos aqui do hospital, que é para receber dez leitos de UTI. O senhor ligue para ele e informe-se com ele, porque estão querendo cortar os leitos de UTI que lá ele já investiu oitocentos mil reais do seu bolso.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu duvido!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Então, o senhor converse com ele, porque o senhor está mal informado, deputado.

O SR. JOCELITO CANTO

Está mal informado o senhor, porque eu conversei....

O Sr. Plauto Miró Guimarães

E mais. Estão morrendo diariamente pessoas em Ponta Grossa, por falta de atendimento de UTI.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Peço ao deputado Plauto que respeite o orador que está na tribuna.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, assegure-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está assegurada a palavra ao deputado que ocupa a tribuna, por mais um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, só quero terminar, porque acho que não tenho mais tempo de conceder-me aparte, mas quero dizer o seguinte: o governo anterior, Jaime Lerner, que o senhor defendeu nesta Casa aqui e que o senhor falou tinha plenos poderes, tinha a 3ª Regional, tinha tudo sob seu comando lá, não fez as UTI's que faltavam em Ponta Grossa e o atual governo está fazendo agora.

O senhor estranhou a minha postura, porque não sou demagogo. Eu não vim aqui "brincar" de ser deputado! Eu vim aqui para agradecer o que tiver que agradecer e bater no que tiver que bater. E o Hospital Doutor Mansur, eu faço

uma aposta com o senhor que vão estar instaladas as UTI's lá. Pode ter certeza que vão ser instaladas no dia certo. O Estado está fazendo em nove meses a sua parte e a que o governo Jaime Lerner não fez em oito anos!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado Jocelito, era para hoje, dia primeiro e não está funcionando.

O SR. JOCELITO CANTO

Vai acontecer. não adianta só criticar. Só crítica e demagogia não vai a lugar algum; queremos a coisa resolvida.

O Sr. Nelson Justus

Eu só queria fazer-lhe uma pergunta.

O SR. JOCELITO CANTO

Pergunte.

O Sr. Nelson Justus

Excelência, eu levei uma ambulância para Ponta Grossa, se não roubaram, tem que estar lá ainda.

O SR. JOCELITO CANTO

Não! O senhor não levou nenhuma ambulância. O senhor levou um veículo para a guarda-urbana, as crianças do Carvalho!

O Sr. Nelson Justus

Mas era uma ambulância!

O SR. JOCELITO CANTO

Não era uma ambulância, o senhor não levou ambulância!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Jocelito, conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. não levou ambulância.

O Sr. Nelson Justus

Eu não represento Ponta Grossa, mas eu levei.

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor levou um carro para a guarda urbana, para os meninos; não é ambulância, é um carro daqueles montes que levaram para o Paraná e que, graças a esses carros, muitos tiveram bastante votos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Reni Pereira, próximo orador inscrito.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer o requerimento da Mesa Executiva desta Casa, que requereu, no dia de sábado, uma Sessão Especial na nossa cidade de Foz do Iguaçu. E gostaria de agradecer a distinção dos deputados que lá estiveram prestigiando, não só Foz do Iguaçu, mas como Cascavel, em uma Sessão Especial de celebração das Bodas de Prata da Diocese de Cascavel e Foz do Iguaçu, respectivamente. Essa deferência honrou não só a população do oeste, mas tenham certeza, também os deputados daquela cidade que, no momento oportuno, acredito, retribuirão a finesse daqueles deputados que prestigiaram o evento.

Agradecimento especial ao deputado Augustinho Zucchi que presidiu a Sessão, em nome do deputado Hermas Brandão.

Eu gostaria também de agradecer, mas sem antes relatar alguma estranheza.

No dia 26 de fevereiro, do corrente ano, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 069/2003, em que eu explicava a necessidade do Paraná, a exemplo do que tinha feito no ano anterior o Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, incluir o alho na cesta básica, para que, em uma visão estratégica, nós pudéssemos competir, haja vista, que em período de 40 dias que eu fiz o acompanhamento, somente pela EADI de Foz do Iguaçu passaram mais de mil e cem toneladas de alho, num montante de mais de um milhão e novecentos e oito mil reais, que somente pela cidade de Foz do Iguaçu passaram com destino aos outros Estados, sem ficar um quilo apenas no Estado do Paraná, sendo que o Estado do Paraná também é consumidor de alho, mas não está mais importando. Por quê? Porque a alíquota aqui era 18%.

Fizemos esses projetos de lei, inclusive os jornais colocaram que era um projeto curioso colocar o alho na cesta básica, mas não estranharam quando colocaram o tijolo e a telha!

Na verdade, a cesta básica é uma possibilidade de reduzirmos a carga tributária em produtos estratégicos. E o alho, nesse caso, era um produto estratégico, porque estávamos vendo o bonde passar pelo nosso Estado e a arrecadação indo toda para os outros Estados. Posteriormente, numa outra visão que começou a acontecer nesta Casa, nós pedimos o arquivamento desse projeto para transformá-lo em indicação, em uma sugestão, que eu me privo de questionar o mérito.

Entretanto, essa indicação foi para a Secretaria da Fazenda, e estranhosamente, como eu falei, foi acolhida a indicação. Passaram para o setor competente, a Inspeção de Tributação, e ela se manifestou contrariamente à aprovação da referida indicação legislativa, porém recomendou a inclusão do alho na cesta básica.

Aqui eu volto àquela questão que há poucos dias foi enaltecida pelo deputado Luiz Carlos Martins, pelo deputado Ratinho Júnior: Qual é a nossa função?

Então, já tinha explicitado no projeto de lei que a indicação posterior apresentada da inclusão do alho, era uma visão estratégica para reduzirmos carga tributária e

voltarmos a atrair, não só os importadores mas também transportadoras e provavelmente novos e antigos contribuintes - quando Rio de Janeiro e São Paulo baixaram a carga tributária, eles ligaram para lá. Veio esse parecer, dizendo que se manifestava contrário à indicação, mas favorável à inclusão. Não entendo nada e gostaria de agradecer, porque no dia 28 passado, através do Decreto nº 1769, assinado pelo Sr. Heron Arzua, secretário da Fazenda, o governador e pelo chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, foram incluídos o alho, o açúcar e o arroz em estado natural na cesta básica. Pergunto-me qual o objetivo. Acredito que a argumentação da indicação tenha sido, pelo menos, analisada.

Não entendi o memorando enviado ao 1º secretário da Casa, contendo esse despacho, mas gostaria de agradecer o governo do Estado, em ter acatado a nossa indicação, através da nossa argumentação quando apresentamos o projeto de lei, nesta Casa.

Com certeza, a safra deste ano e muitos milhares de reais deixamos de arrecadar, porque o alho ficou no Estado do Paraná. E, se formos pegar os dados técnicos, vamos ver que muito pouco foi importado para o Estado do Paraná. Foram importados para outros Estados e, depois, remetidos para cá. Até o ano que vem, se a Reforma Tributária não estiver em vigor no começo do ano, provavelmente o Estado do Paraná consiga recuperar um pouco do prejuízo - se tivesse sido acatado inicialmente, em fevereiro, poderíamos ter sido beneficiados, neste ano ainda.

Por fim, senhor presidente, eu gostaria de agradecer aos 34 deputados que subscreveram uma emenda aditiva e modificativa, que estamos apresentando ao Projeto de Lei nº 429/2003, que é o projeto de anistia ou do Refis, que o governo do Estado mandou para esta Casa e está nas comissões temáticas.

Todos os que estavam no plenário, na quarta-feira, que procuramos - eu gostaria de pedir para registrar esses deputados, aos quais deu cópia, para que no futuro possam, mesmo na sua base, apresentar cópias dessa emenda, não só para os eleitores, mas para os contribuintes da sua base, para mostrar que é possível, que nós rompendo com a barreira histórica, contemplamos também os contribuintes, que muitas vezes, às duras cargas, deixando para trás o pagamento do funcionário, do fornecedor; honram com o pagamento do ICMS, pagando em dia. Cada vez que vem um projeto dessa natureza, do Refis, eles se vêem mais desmotivados, porque aquelas pessoas que atrasam o pagamento são beneficiadas e eles que pagam em dia, não tem nenhum benefício.

Eu gostaria de elencar os deputados, que assinaram essa emenda modificativa, que vai permitir - se for aprovada por este plenário -, que exista no próprio Projeto do Refis, um bônus com qualidade, concedendo àqueles contribuintes, que durante esse exercício pagaram em dia, com o seu ICMS, um bônus de 4%, para se creditar em janeiro do ano que vem. Isso não vai causar um grande impacto nas finanças do Estado, porque em janeiro, tradi-

cionalmente, as empresas pagam mais ICMS, tendo em vista as vendas de final de ano e, conseqüentemente, vamos estar estimulando os contribuintes a pagarem em dia os seus tributos.

Gostaria de agradecer os deputados: Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Antônio Anibelli, Waldir Leite, Tadeu Veneri, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Padre Paulo, Cida Borghetti, Luiz Litro, Chico Noroeste, Fernando Ribas Carli, Neivo Beraldin, Alexandre Curi, André Vargas, Vanderlei Iensen, Renato Gaúcho, Nelson Justus, Pedro Ivo, Stica, Elton Welter, Pastor Edson, Carlos Simões, Marcos Isfer, Arlete Caramês, Hermas Brandão, Barbosa Neto, Elio Rusch, Ailton Araújo, Francisco Bühner e Nelson Tureck.

Gostaria de agradecer e registrar, nesta Casa que esses deputados que estavam presentes subscreveram, e também o deputado que estava presidindo a Sessão no dia, o deputado Augustinho Zucchi.

Esses deputados subscreveram essa nossa emenda ao projeto do governo, para que possamos romper essa barreira histórica, concedendo benefícios também aos contribuintes que estão em dia com o pagamento do ICMS, concedendo a eles também algo que os incentive a pagar em dia os seus tributos para que o estado possa honrar com as suas obrigações e gerir as suas políticas, principalmente as políticas sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero cumprimentar o deputado Plauto Miró pelo seu pronunciamento, principalmente a intervenção feita pelo deputado André Vargas, ilustre presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado do Paraná, até porque o governo federal, o Ministério da Saúde, têm investido alguns milhões no Estado do Paraná para equipar os hospitais do nosso Estado com UTI's, Unidades de Terapia Intensiva, para atender Ponta Grossa. É um recurso do governo federal, deputado Rossoni, para atender a região de Londrina, para atender a região de Maringá, para atender Curitiba. São recursos, e cabe aqui ressaltar, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva! Claro que ele não pode colocar esses recursos diretamente no município; vêm através do Estado do Paraná, até porque é função institucional.

Então quero cumprimentar porque todos nós sabemos que o grande feito do governo do Estado com relação à Ponta Grossa, foi também na área da Saúde, mas foi o inverso, o reverso da moeda, foi acabando com o curso de medicina que está alocado na área de Saúde Pública do nosso Estado. Então, fazer justiça por respeito à verdade!

Com toda certeza quero também, neste instante, cumprimentar o governo do Estado do Paraná, o governador Roberto Requião, por ter encaminhado, na última quinta-feira à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma mensagem que procura cumprir uma promessa de campanha. Algumas promessas do governador, estão muito vivas na memória dos paranaenses, deputado Anibelli. Poderia aqui declinar todas, quatro ou cinco que fizeram até, com o apoio do presidente Lula, com que o governo fosse eleito, mas, realmente, o fim da cobrança da tarifa de energia elétrica para a população pobre do Estado, era uma expectativa da Oposição, e nós vínhamos dizendo aqui que tudo aquilo que viesse de encontro ao cumprimento de suas promessas a Oposição não seria contra, mas nós entendemos também que podemos enriquecer o debate.

Isso porque entendemos que, quando o candidato prometeu água e luz de graça para a população, ele dizia - eu tive o cuidado de recordar todas as promessas, de trazer à memória, todas as promessas do governador. Não são palavras minhas, é texto do candidato: “Água e luz de graça, 10m³, de água e 100kw de energia elétrica, por mês, gratuitamente, para as famílias mais pobres. Água para beber e cozinhar, energia para conservar os alimentos numa geladeira, e tomar um banho quente. As famílias com condições básicas de higiene não serão presas fáceis das doenças”.

Novamente voltamos à questão da saúde. Acho, deputado Anibelli, que a mensagem do governador é muito boa, sem dúvida alguma. É o início de uma proposta, de uma promessa de campanha que pode se tornar realidade. Por isso, a Oposição e vários deputados que não são da Oposição também, mas vários parlamentares estão interpretando o espírito da promessa do governador, que era 100 kW/mês de graça para a população carente.

Tive o trabalho de encaminhar ao presidente da Copel, e estou esperando as respostas, para saber quantos são os parlamentares que consomem até 100 kW/mês. Quantos são? Tive o cuidado de perguntar quantos são os paranaenses que pagam energia elétrica residencial na área urbana e na rural, porque queremos traçar um paralelo, queremos saber o universo de quem é consumidor residencial no Estado do Paraná. E queremos saber o que importa até 100 kW/mês, porque não me parece consistente, ou de encontro à promessa do governador querer se limitar, ou querer limitar esses benefícios aos programas do governo federal.

Vamos pensar então naqueles nossos irmãos aposentados que não conseguem estar no programa Vale-Gás do governo federal, aqueles que ganham menos de salário mínimo como aposentado, que têm cabelos brancos, não pelo stress do dia-a-dia, mas pelo cansaço da idade. Esses não poderão gozar do benefício que o governador está anunciando, porque vale a lei, a partir do momento em que aprovamos. Porque eles não podem entrar no Vale-Gás, porque eles não se enquadram no Bolsa-Escola e porque eles não se enquadram em nenhum programa do

governo federal que aí está. Então esses cidadãos, por não se enquadrarem nos programas, não poderão entrar.

Então, o que nós queremos? Não é a Oposição que quer, mas queremos que a idéia brilhante e maravilhosa do governador, que é um dos homens mais cultos e inteligentes e preparado do nosso país, possa valer na prática, para que não fique, aqui, como disse o deputado Jocelito: “mera retórica de campanha”. Ou melhor, ele traduziu em demagogia, porque senão só vamos ter milhares e milhares de pessoas pobres, miseráveis e carentes excluídas.

E aí o que o governador disse: “energia para conservar alimentos numa geladeira e tomar um banho quente”. Vamos ter uma situação ridícula no Estado do Paraná, deputado Nelson Justus, por quê? Nós tivemos a cautela também de fazer alguns levantamentos. Veja só como é que o cidadão vai ter que desligar a geladeira, porque se ficar 24 horas com a geladeira ligada ele não vai consumir apenas 100 kW/mês.

Então, a aritmética é simples. Inclusive isso foi uma matéria da “Folha de Londrina”. O chuveiro elétrico, se ele tiver uma família com 4 pessoas, cada um vai poder tomar um banho de 5 minutos, não mais do que 20 minutos por dia. Mas isso acho que é tranquilo, porque nos dias mais quentes ele não toma banho quente. O ferro elétrico ele vai poder usar 1 hora por semana. No chuveiro, 40 kW/mês. Uma hora de ferro elétrico, 4 kW/mês. O refrigerador ele vai ter que desligar da tomada, ele vai deixar funcionando somente 8 horas por dia, porque funcionando 8 horas por dia ele consome 28 kW/mês. Porque se ele deixar funcionando 24 horas vai 84 kW por mês e já estourou a conta e não fecha a conta de energia. A TV, só 4 horas, ou vai ver o jornal ou a novela, porque se tiver um filme bom não vai dar para ver, porque com 100 kW/mês, ele não vai conseguir se enquadrar no programa do governo federal. E lâmpadas, para que mais do que duas lâmpadas, numa casa? Põem uma num quarto e outra na sala; os demais ambientes ficarão às escuras.

Mesmo assim acho que 100 kW/mês é uma boa referência. Porque, pasmem os senhores, 100 kW/mês, se fosse colocado universalizado para todos os paranaenses, poderia custar aos cofres públicos do Estado do Paraná 470 milhões de reais por ano! Claro, isso é uma quantia muito grande para uma promessa de campanha. Imagino eu, então. Para cumprir a sua promessa o governador restringe o programa, drasticamente. Só permitindo que quem esteja na bolsa-escola, na bolsa-alimentação ou vale-gás, possa ser beneficiado. E aí vem a nossa preocupação. Nós não queremos engodo, queremos a verdade. Nós somamos e apoiamos incondicionalmente a proposta do governador, desde que seja para 100 kW/mês para todos os pobres do Estado do Paraná. Não acredito que nenhum de nós, parlamentares, que nenhum cidadão de classe média deste Estado, classe média baixa, consuma menos do que 100 kW/mês.

Então, faço apelo aos nobres deputados, tanto da Oposição, quanto da Situação, que nas emendas do depu-

tado Elio Rusch, outra emenda maravilhosa do deputado Luciano Ducci, agora há pouco, que a gente exclua todos aqueles que consumirem menos de 100 kW/mês sabendo aqui que ele vai ter que desligar a geladeira, que o banho não vai poder ser mais de cinco minutos, que não vai poder ter mais que duas lâmpadas em casa, que ele vai ter que estar rigorosamente em dia.

O Sr. Valdir Rossoni

Estou ouvindo o seu pronunciamento, que não classifico nem como Oposição radical, nem como demagogo. Estou ouvindo um pronunciamento inteligente.

Gostaria que V. Exa. tecesse comentários aqui de qual é o pior político: o demagogo ou o ingrato.

O SR. DURVAL AMARAL

Acho que os dois são prejudiciais à sociedade. Mas ainda ficaria com o demagogo, porque o povo pode varrer das urnas na eleição próxima.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da palavra para tocar em dois temas que me parecem ser do interesse de todo o Paraná, em especial dos representantes do povo nos municípios, que são os deputados estaduais.

Fiz um pedido de informação recentemente, para saber como em Londrina a concessão de água e esgoto vence agora, qual foi a negociação feita com a cidade de Curitiba em 2001. E de fato, foi uma renegociação interessante para o povo de Curitiba, parece-me interessante para a Sanepar, mas o governo anterior fez um novo contrato, e a Prefeitura de Curitiba cobrou pela outorga de concessão, e como todos sabem a titularidade do serviço de água e esgoto, transporte coletivo, lixo urbano; é do município. E ao vencer, é natural que haja uma negociação.

Como há inúmeros municípios na mesma situação, essa informação foi, está sendo e será muito importante para todos nós. Foram pagos e comprometidos 125 milhões para a cidade de Curitiba renovar esse contrato de concessão. Desses, 30 milhões já foram pagos. E o prazo é de 30 anos para pagar o restante, reajustado pelo IPCA em mais meio por cento.

Foi uma negociação em que o prefeito, cuidando dos interesses da cidade de Curitiba, bem o fez. E acredito que os prefeitos que nós representamos, já que há concessão vencendo em Londrina, Cascavel, Medianeira, Cambé, e aqui há deputados representativos, certamente vão levar essa boa notícia para os prefeitos para que eles tenham também a devida atenção.

Mas qual não foi a minha surpresa, e aí vale o elogio à administração da Copel, qual foi a minha surpresa ao constatar que também a Copel renegociou as suas

dívidas com a Prefeitura de Curitiba, não no governo anterior, porque teria o argumento de que se tratava de governos parceiros, mas neste governo, recentemente, na semana passada, uma lei autorizativa na Câmara Municipal de Curitiba a atual gestão da Copel renegociou trinta e oito milhões de endividamento da Prefeitura de Curitiba, de forma bastante razoável, favorecendo o povo de Curitiba, em especial o atual governo municipal.

Eu faço esse elogio porque é preciso superar as diferenças políticas quando administramos a coisa pública, e a Copel quando assim o faz olha para frente e esquece as peleias e as diferenças da política, negociou trinta e oito milhões em quarenta e cinco vezes para pagar a partir de 31 de outubro de 2004.

Encaminho requerimento no sentido de que este benefício seja estendido a todas as prefeituras; a possibilidade de um governante distribuir o seu endividamento para além do seu mandato com autorização legislativa equaciona a situação que a Lei de Responsabilidade Fiscal condenaria. No entanto, é sim, uma condição mais adequada para que os prefeitos enfrentem as dificuldades do dia-a-dia, as dificuldades de caixa.

Portanto, apresento aos companheiros deputados e deputadas essas informações, para que, em contato com os prefeitos que V. Exas. representam, para que possamos, na renovação das concessões públicas, possamos contemplar os pequenos e médios municípios.

Não vai aqui nenhuma crítica, o prefeito de Curitiba gestiona os interesses de Curitiba, a diretoria da Copel busca receber aquilo que tem a receber, mas vale dizer que é uma postura elogiável já que supera as diferenças políticas.

No entanto serve e servirá de comparação para que as prefeituras do interior possam receber tal benefício.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passo ao Horário das Lideranças Partidárias.

PL, PSL, PPS, PP, PSDB.

Deputado Valdir Rossoni fará uso da palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, eu subi correndo aqui, porque cinco minutos é pouco para que você possa fazer um pronunciamento. Na verdade, o que vai acontecer no Brasil, a partir de agora, são campanhas políticas totalmente diferentes, porque nas últimas eleições, ficou claro e evidente para a população brasileira, que, o que se fala em campanha, não vale depois quando se governa.

Se eu pegasse o governo Lula eu poderia aqui citar as contradições, mas vamos entrar aqui na questão do governo do Estado, por exemplo: o governador Requião prometeu extinguir o pedágio; prometeu a isenção de energia elétrica para uma determinada fatia da sociedade, e agora, através de uma lei, estamos observando, esta lei

vem restringir camadas da sociedade que seriam beneficiadas. Na grande verdade, no ano que vem teremos eleições municipais, e vamos ter uma campanha totalmente diferenciada.

E é por isso, deputado Jocelito Canto, que subi a esta tribuna para dizer-lhe que, quando o deputado vem aqui para fazer cobranças de campanha, de compromissos assumidos perante o povo paranaense ou o povo brasileiro, não existe demagogia. São verdades. A demagogia, se é assim que V. Exa. classifica, é de quem promete e não cumpre a sua promessa.

Espero que no ano que vem, quando V. Exa. for candidato a prefeito de Ponta Grossa, não use do mesmo artifício, de fazer a promessa fácil e depois não cumpri-la, porque essa medida tomada pelo governo Requião, para quem ouviu falar do seu compromisso, não está cumprindo seu compromisso: está cumprindo em partes. É o caso do pedágio.

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. acredita que um governador, que iria terminar com o pedágio no primeiro dia de governo, não tem competência ou condições técnicas de colocar uma equipe para fazer um estudo nos primeiros sessenta dias e depois tomar a medida? O que está se aguardando?

Quando V. Exa. sobe à tribuna e lembra muito do governo Jaime Lerner, quero dizer-lhe que V. Exa. está sendo, em partes, ingrato com o governador Jaime Lerner, porque, muitas vezes - só se de repente os jornais faltaram com a verdade, também não quero afirmar - vi e ouvi V. Exa. inaugurando obras, levando indústrias para Ponta Grossa, que foi uma das cidades mais aquinhoadas no governo Jaime Lerner. Quero dizer, a melhor maneira de dar saúde a uma família é dar um emprego.

Não tenho aqui, deputado Plauto Miró, o nome das empresas, mas certamente V. Exa. poderia me auxiliar, mas antes vou dar um aparte ao deputado Jocelito Canto. Gostaria que V. Exa. fosse breve. Mas quero dizer-lhe: não sei qual político é pior: o demagogo ou o ingrato.

O Sr. Jocelito Canto

Deputado Valdir Rossoni, a questão da ingratidão que V. Exa. coloca aqui, não prometi fazer as reformulações em Vila Velha e que até hoje não ocorreram e está fechada. Isso é uma questão. A minha briga com o governador Jaime Lerner nunca, em momento algum, disse que ele trouxe indústria para a cidade. Aliás, sempre elogiei aqui o deputado Nelson Justus pelas indústrias que foram a Ponta Grossa.

Agora, na questão da saúde, vamos discuti-la. Pegue os números do Estado e o senhor vai ver o que foi feito em Ponta Grossa. Quanto à luz, acho que prefiro um pouquinho do que nada.

O SR. VALDIR ROSSONI

O aparte do deputado Jocelito Canto não acrescenta em nada no meu pronunciamento. Não sei classifi-

car o seu posicionamento, se é ingratidão ou é demagogia.

Ouvi o deputado Elio Rusch fazendo uma análise do projeto do governador, e ele tem todo o direito. Caso contrário, não precisa ser deputado. E V. Exa. vem aqui tachar pessoas de demagogos!

Dizem que aqui tem oposição radical, independente. Não vi oposição aqui, radical. O que tenho visto aqui é uma oposição inteligente. Muitas vezes estamos aqui para alertar, porque como disse no início do meu pronunciamento, as próximas eleições serão diferentes. Não terá lugar para demagogo. Não terá lugar para pessoas que falam fácil e depois não cumprem. É o que está acontecendo agora, no nosso país. Por isso, temos que cobrar esses compromissos, para que no futuro, não venham a se repetir. Um homem que governa um Estado não pode faltar com a palavra e esta palavra nós estamos cobrando e se for preciso vamos trazer aqui o vídeo do debate para provar que o que estamos falando é a pura verdade.

Espero que V. Exa. não use desse artifício na sua campanha eleitoral.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Tetrapack, Massiza, Continental, Sadia, que teve a sua ampliação, Aboliê, implantação da Rodonorte, que foram investimentos que o governo do Estado fez no processo de industrialização, em torno de quatrocentos milhões de reais, mais seis milhões do Paraná Urbano, curso de Medicina, isso tudo é saúde, quatro milhões de reais investidos, mais aquilo que o governador Requião cancelou, não deixando ter sua continuidade, fora outros tantos investimentos, como de Vila Velha, que o investimento está feito e um problema judicial até agora não foi aberto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte e vou ficar com aquilo que estava pensando sobre as atitudes.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Barbosa Neto, pelo PDT.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho hoje a esta tribuna repercutir dois casos que repito como muito graves e que, infelizmente, podem prejudicar o governo Roberto Requião. Dois casos que nós, líder do PMDB, deputado Antonio Anibelli, fazemos um alerta ao senhor governador do Estado.

O primeiro já foi, inclusive, abordado pelo deputado Plauto Miró Guimarães, em relação ao secretário estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, que acompanhou a reocupação de

uma área nobre pertencente à Embrapa na região dos Campos Gerais.

Vejo justamente o fato de ele ter feito esse acompanhamento, uma atitude muito grave, já que afinal de contas ele é o coordenador da política fundiária no Estado do Paraná, e eticamente não poderia ter acompanhado a reocupação de uma área nobre que é destinada pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias a pesquisas, ao incentivo de culturas e à manutenção do solo de maneira racional e equilibrada.

Fui o primeiro a denunciar na tribuna desta Casa também que a Prefeitura de Ortigueira estaria instrumentalizando a ocupação de áreas naquela região. Isso ficou comprovado: nesse final de semana nós acompanhamos o dissabor do proprietário da fazenda Vale do Sol, também considerada modelo na cidade de Ortigueira, ser desocupada, mas pasmem os senhores, foi saindo poucos metros dali que os sem-terra acabaram invadindo a fazenda do tio do presidente do Partido dos Trabalhadores, nosso companheiro, deputado estadual André Vargas.

Hoje, nós mostramos, inclusive para o Brasil inteiro, no meu programa de televisão a situação de Terra Arrasada, da fazenda de propriedade do Kamal El Kadry.

E, agora, ainda mais grave, as denúncias que estão aparecendo na televisão, nos rádios e nos jornais sobre o secretário de Relações Internacionais e Cerimonial, Jacir Bergman Segundo, que deve mais de um milhão de reais a bancos e deve até a hospitais. O Jornal do Estado de hoje mostrou a ficha corrida desse secretário, que vem manchando a atuação de todos os secretários de Estado do Paraná, porque se trata de uma figura conhecida que estampa as colunas sociais do Brasil inteiro. Sai ao lado de Galvão Bueno, em fotografias, foi padrinho de casamento da Adriane Galisteu e que faz inclusive manobras para pagar uma taxa de R\$63,00 por mês de conta de luz da Copel, morando numa mansão muito bonita, com quadras de tênis e outras coisas. Acho que tem que haver por parte do senhor governador do Estado, a seriedade para ele retirar do seu governo esses dois secretários.

(Deputado interrompido)

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhora presidente.

Trata-se de matéria de assunto particular esta que está sendo abordada pelo senhor deputado, e nunca se ouviu dizer que dívidas pessoais possam afetar um governo. As dívidas pessoais de uma pessoa não afetam o interesse público ou um governo. Não é assunto de interesse público o que envolve uma pessoa no seu trato particular.

Isso é coisa de lavadeira! Não interessa ao Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Peço ao deputado que se atenha à Embrapa, que o senhor estava falando.

Não cabe.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Com todo o respeito que tenho ao ilustre deputado Rafael Greca, mas não cabe questão de ordem em relação ao pronunciamento do ilustre deputado Barbosa Neto.

Acho que cada deputado tem a liberdade de fazer o seu pronunciamento e não pode ser interrompido por uma questão de ordem quando não cabe. Todo deputado é responsável, ele pode fazer as suas denúncias independentes se é questão particular, questão pública, seja lá o que for.

O deputado é responsável pelos seus atos. Não pode ser interrompido num pronunciamento pela ordem, quando ele faz uma denúncia. Não é concebível isso daí.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhora presidente.

O deputado Elio Rusch antecipou exatamente aquilo que nós gostaríamos de dizer. Quando um deputado recebe a palavra, quando a presidência concede a palavra no pequeno Expediente ou no Horário de Liderança, o deputado que usa a tribuna concede o aparte se assim entender. E não caberia, de maneira alguma, essa inoportuna manifestação do deputado Rafael Greca, sobretudo porque o deputado que usa a tribuna tem a imunidade da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Deputado Barbosa, tem um minuto para completar o seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhora presidente.

Acho que o deputado Rafael Greca está um pouco emocionado pelos 150 anos de emancipação do Paraná e quem sabe tenha sido isso.

O SR. BARBOSA NETO

Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Gostaria de parabenizá-lo pelo alerta que hoje vem fazendo neste plenário, principalmente ao governo Requião. Na verdade o senhor está ajudando a melhorar o governo Requião.

Ouvi numa entrevista do secretário Padre Roque falando, no caso do assassinato daquele sem-terra, que aconteceu em Mariluz, que tinha uma lista que foi enviada ao seu gabinete, feita por fazendeiros.

Quer dizer, uma acusação grave, feita aos fazendeiros da região.

E o caso da defesa do deputado Rafael Greca, acredito que todo secretário tem que dar o exemplo porque é funcionário público e é pago com o dinheiro do imposto arrecadado de todo cidadão paranaense.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Seu tempo está esgotado.

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria, senhora presidente, primeiro deixar consignado aqui o meu protesto. Estava dentro do meu tempo regimental quando fui interrompido, inclusive...

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Mas foi devidamente descontado.

O SR. BARBOSA NETO

E ainda a senhora me chama a atenção, que eu tenho que me reportar ao fato da Embrapa? Esta tribuna é livre, eu sou um deputado eleito pelo voto popular, e até que não assaque acusações levianas contra qualquer um dos membros desta Casa, tenho o direito de me manifestar, e gostaria de dizer que sou legitimamente o representante daqueles que me elegeram, porque estou, na verdade, fazendo um alerta para o senhor governador, que tem essa questão da honestidade como um dos emblemas de sua vida e conduta pessoal!

Então, em um momento em que talvez ele não sabia que tem um secretário caloteiro fazendo parte da sua equipe, tenho obrigação de vir a esta tribuna e lembrar e fazer as denúncias que a imprensa está estampando diariamente. E, como disse o deputado Ratinho Júnior, uma pessoa que lesa a Copel, que paga R\$63,00 de taxa de luz em um momento em que o governador traz a esta Casa “Luz Fraterna”, será que essa é a “luz fraterna” para os secretários, para os “tubarões”, para os poderosos, ou vai ser para beneficiar aqueles que consomem 100 kWh/mês? E ninguém aqui falou sobre naus e outras coisas mais que estão afundando por aí e até agora ninguém sabe a razão disso tudo!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Horário reservado ao PT.

Com a palavra, o deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, demais presentes nesta Casa.

Faço uso da tribuna, para trazer à luz um grande fato que aconteceu ontem, um mega-evento, uma mega-atividade no Estado do Paraná, que foi o 18ª Romaria da Terra, que tem como lema: “Bendita água que gera luta do povo por terra”, mas, antes disso, eu gostaria de estar apenas elucidando alguns fatos também que dizem respeito à questão do MST e aí, do fato da Embrapa. Acabamos de receber informações que a área que o Padre Roque contribuiu para que as famílias entrassem, não é área do Embrapa, é área do Iapar, em comodato.

É evidente que somos favoráveis ao Movimento Sem-Terra, o presidente do meu Partido disse agora há pouco que somos favoráveis, somos favoráveis à terra. E

quero, inclusive, trazer aqui da Carta do Papa João Paulo II, intitulada “Para uma melhor distribuição da terra, o desafio da reforma Agrária”, que é um texto da palavra de Deus, do Livro do Deuteronômio, capítulo 25, onde Deus Diz: “A terra não pode ser vendida definitivamente, a terra é de Deus, a terra é minha”.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhora presidente.

Vou lhe encaminhar, nobre deputado - ouvi o senhor aqui dizendo que foi buscar informações - a matéria do jornal Gazeta do Povo, que saiu aqui: “Sem-terras voltam à fazenda da Embrapa, em Ponta Grossa”.

Então, vou lhe entregar, para o senhor buscar informar-se mais, e para ver se confronta os dados.

Obrigado!

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Senhor deputado, esta é uma parte da Embrapa e a outra é da Iapar. É essa a informação que temos e estaremos fazendo um levantamento sério, e defendendo a Reforma Agrária, sim! Estaremos defendendo a terra, sim; porém, é claro, somos desfavoráveis à baderna; Somos favoráveis à legalidade, mas somos favoráveis, sobretudo, à moralidade. E isso, sem dúvidas!

Mas, quero tratar do assunto da Romaria da Terra, o qual me trouxe, hoje a esta tribuna. Ontem, na cidade de Guaíra, foi celebrada a 18ª Romaria, onde foi também celebrada a primeira, em 1985. Reuniu-se mais de quinze mil pessoas, e a Gazeta do Povo de hoje falou por volta de vinte mil. Um grande evento de cidadania, a celebração do povo de Deus, que lá quis celebrar a vida, a vida que perpassa pela água, a vida que perpassa pela terra, a vida que perpassa pela semente. E inclusive lá também foi declarado, já de público, o tema da próxima romaria: Semente, patrimônio da Humanidade.

E quero trazer, presente também, que lá os romeiros reunidos, quase 20 mil de todo o Estado do Paraná e representantes de outros Estados e países, fizeram uma carta aberta, pública, ao Estado do Paraná, que eu peço licença aos senhores e às senhoras para ler, aqui da tribuna.

(Lê):

“CARTA ABERTA DA 18ª ROMARIA DA TERRA
GUAÍRA (PR) 31 DE AGOSTO DE 2003.

POR UMA VIDA MELHOR PARA TODOS, COM
DIGNIDADE, AUTONOMIA,
E SEM TRANSGÊNICOS

Considerando as incertezas existentes nos aspectos de biossegurança dos produtos transgênicos - em relação às questões ambientais e de saúde humana - que precisam de respostas seguras;

Considerando os resultados altamente positivos obtidos com as exportações no Estado do Paraná, no 1º semestre de 2003 em relação a igual período de 2002,

como os incrementos da soja (273%), aves/suínos (80%) e bovinos (40%);

Considerando a grande ofensiva por parte das multinacionais em nível federal e estadual, que ao pretendem liberar o cultivo e a comercialização de transgênicos em nosso Estado e País, colocam em risco os excelentes resultados econômicos obtidos por milhares de pequenos agricultores familiares de nosso Estado;

Considerando que 22 de 24 entidades que se pronunciaram na Audiência Pública, realizada na Assembléia Legislativa do Paraná dia 24 de junho último, se posicionaram contrárias ao cultivo dos transgênicos em nosso Estado;

Considerando que a liberação do cultivo e o comércio de transgênicos aumenta a dependência tecnológica, coloca em risco a segurança alimentar da população e reduz a nossa soberania, enquanto nação, e por fim,

Considerando que o projeto de lei que “veda o plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados” no Estado do Paraná, conta com o apoio do governador Roberto Requião, e será apreciado em regime de urgência pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nas próximas horas;

Os mais de vinte mil participantes da 18ª Romaria da Terra, realizada em Guaíra (PR), em 31 de agosto de 2003 apelam para que:

Os deputados estaduais, representantes da sociedade paranaense, preocupados com o futuro das gerações e interessados em preservar e ampliar os mercados para nossos produtos agropecuários, APROVEM o projeto de lei que “veda o cultivo e comércio de transgênicos no Paraná”, ao tempo, em que alertam aos deputados federais e às autoridades governamentais do país, sobre os riscos que uma eventual liberação dos transgênicos trará para a saúde humana, ao meio ambiente, à economia e à soberania de nosso país”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PMDB, deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O governador Roberto Requião, neste instante, está ao lado dos 399 prefeitos do Paraná assinando o convênio de trinta e dois milhões de reais para, em convênio com as prefeituras, fazer o transporte escolar. Governo e prefeituras.

E aqui na Assembléia, nós vemos cobranças da atuação particular de secretários, que eu não tenho procuração nenhuma, nem do Padre Roque, nem do Jacir Bermam, mas tenho, sim, a procuração do PMDB, através da minha Bancada, para defender o governador Roberto Requião e o seu projeto de isenção dos 100 kW/mês da energia elétrica.

Eu ouvi o deputado Durval Amaral, talvez, quase que como um humor negro, citar que cada trabalhador

toma banho de cinco minutos e que poderia ver um filme de quatro, ou duas horas ou de longa metragem. O trabalhador que vai receber esse benefício, talvez chegue em casa às oito ou nove horas da noite, fatigado, com fome - se for servidor público, com o miserável salário daqueles que ganham menos de 240 e que o governo tem que complementar, porque neste País nenhum cidadão pode receber menos que o salário-mínimo.

O governador mandará uma mensagem a esta Casa, fazendo com que o salário-mínimo do trabalhador paranaense seja de 400 reais. Se formos lembrar do deputado Rossoni, na tribuna e cobrar demagogia ou sinceridade, iríamos lembrar do governador Jaime Lerner, de tão triste memória neste Estado, quando ele baixou o pedágio para ganhar a reeleição.

Vimos aqui dizer à Assembléia e aos deputados, que o governador e esta Casa estão procurando reduzir ou acabar o pedágio, porque é função nossa e o nosso compromisso. Nós estamos fazendo isso. Cobrar uma posição para quem não teve, não pode cobrar de cabeça erguida! Não podemos concordar que quem baixou o pedágio, queria, para ganhar uma eleição, nos cobrar pressa. A pressa é inimiga da perfeição. Querem cobrar o projeto da isenção dos 100 kW/mês, mas V. Exas. quiseram acabar com a Copel, vendendo-a, para que o povo estivesse pagando os 25% já, sem uma luz no fim do túnel, para aqueles que recebem a bolsa-escola, aqueles mais humildes, que talvez não possamos chegar aonde V. Exas. querem que seja a isenção. Não só dos cem, mas de todo mundo. Vai virar uma bagunça geral. V. Exas. que quiseram vender a Copel, que quiseram acabar com essa empresa, orgulho do Paraná!

Aceitamos, sim, e tive a humildade de ir ao gabinete do deputado Durval Amaral, pegar a sua assinatura, para que pudéssemos - agradeço aqui publicamente à Oposição, que não criou empecilhos, para que nós tivéssemos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Agora, queremos que V. Exas. tenham compreensão. Vamos procurar aprimorar, mas dentro da responsabilidade.

Governar é ter responsabilidade, deputado Elio Rusch, não é fazermos tudo. Fomos oito anos oposição nesta Casa.

Votamos, sim, com V. Exas. e procuramos melhorar o projeto e, às vezes, não foi possível V. Exas. cederem a nós.

Vamos dialogar com altivez. Sei que V. Exas. querem o bem do Paraná. Eu gostaria que V. Exas. entendessem, que não é com demagogia na tribuna, que vamos ceder. Vamos cumprir com os nossos compromissos de campanha - tudo o que for possível ou os 100% e senão for possível, 80, 70, 90%, resgatando a dignidade do povo do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados, é uma deferência que a Mesa faz, ao permitir que eu faça do horário do governo, porque tínhamos, deputado Durval Amaral, usado o nosso tempo, da Liderança do Partido dos Trabalhadores, e eu não gostaria de fazer o uso desse horário, porque me parece que esse é um horário que tem outra finalidade.

Mas não poderia deixar de fazê-lo, senhores deputados, porque nós tivemos na sexta-feira, uma situação que eu já comentei com alguns dos deputados aqui e que, ao mesmo tempo, me constrange muito e me irrita bastante e eu não poderia deixar de fazer uso da tribuna, para relatar.

Todos os senhores sabem que nós estamos na investigação da CPI da Copel, o deputado Durval Amaral está acompanhando, eu sou sub-relator dos créditos tributários e temos investigado as relações com o Olvepar e com a Difea. Por algumas vezes - e não comentei - aqui nesta Casa também, tivemos um Vectra, preto, sem placa, com isufilme, na minha casa. Isso também não nos incomodou porque sempre ficou do lado de fora da Casa. Algumas vezes recebi recados, como muitos dos senhores aqui já receberam; deputados que estão nas CPI'S já receberam. Isso também não incomoda.

O que me incomoda, o que me irrita é que Apucarana - quero aliás agradecer a Comissão de Educação por ter estado junto conosco, alguns deputados que estiveram lá também fazendo debates a respeito das universidades estaduais - minha filha de 12 anos voltava a pé para casa, quando este mesmo Vectra parou ao seu lado, baixou o vidro e uma pessoa que nós não sabemos quem é chamou: - "mocinha, você é filha do Tadeu Veneri?" "Ahahm". "Não adianta correr porque eu estou do seu lado e lhe alcanço". Ela continuou andando e ele falou: "Avise seu pai para parar com as investigações da Copel, senão você vai sofrer as consequências". Ela continuou andando, ele chamou e falou: "Olhe para mim!" Ela olhou, ele estava com a cabeça coberta e falou: "Você entendeu o que eu falei?" "Entendi." "Então da próxima vez avise teu pai que eu vou te matar".

Acho que isso é grave e mais grave ainda as ameaças não são para mim, são para as pessoas da minha família! Eu não posso admitir, senhores deputados, que tenhamos - como já aconteceu com o deputado Barbosa, como já aconteceu com o deputado Neivo Beraldin, ameaças que não apenas nos intimidam diretamente, mas vêm ameaçar a nossa família. Acho que o exercício do mandato tem consequências, mas em momento algum nós podemos permitir que, quem quer que seja, ameace você para não cumprir a sua obrigação, fazer aquilo que é seu dever por conta desse tipo de ameaça que eu acho ras-teira, absurda e covarde!

Então, não poderia deixar de registrar aqui. Procurei o secretário da Segurança, no sábado, fui prontamente atendido, estamos tomando as providências, vamos procurar cumprir o nosso papel, entregar o sub-relatório com

tudo aquilo que ele deve conter e com todas as denúncias que por ventura achemos que são necessárias.

E eu espero, senhores deputados, que nenhum de nós tenha, em momento algum, de ser calado por este tipo de truculência que vivemos durante muito anos, e que felizmente, todos, independentemente de partido, todos conseguimos fazer com que ela diminuísse em nossa sociedade. Agora, não será esse tipo de ameaça que fará com que a Assembléia Legislativa se curve!

O Sr. Durval Amaral

Nobre deputado Tadeu, minha solidariedade inicialmente ao senhor e a todos os membros da sua família, porque V. Exa. é um deputado extremamente sério, combativo e atuante na Assembléia Legislativa do Paraná.

Muitas vezes quando na função investigativa que somos, até pelas nossas funções, forçados a assumir numa CPI, nós incomodamos empresários, algumas pessoas. Eu já fui vítima disso também, quando presidi a CPI dos combustíveis aqui na Assembléia, mas externo, não só a minha solidariedade a V. Exa., o meu apoio irrestrito. Tenho certeza de todos os deputados desta Casa solicitando ao presidente e à Mesa Executiva providências sua, pode sofrer qualquer tipo de ameaça, de coação, sem que estas ameaças sejam investigadas, sem que esta coação seja repelida à altura que exige o exercício do mandato parlamentar.

A minha solidariedade a V. Exa.

O Sr. Rafael Greca

Deputado Tadeu Veneri, quero manifestar a minha solidariedade pessoal, e imagino que de todos os companheiros da Bancada do PMDB e acho que a solidariedade é irrestrita desta Casa.

O senhor foi vereador ao tempo em que fui prefeito em Curitiba, e desde aquele tempo nós, seus co-cidadãos curitibanos o acompanhamos com grande interesse pela qualidade do seu trabalho.

Foi a qualidade do seu trabalho que elucidou o caso da Ovelpar, como deu o testemunho nesta Casa o senhor governador Roberto Requião, no seu discurso que abriu o período legislativo deste ano. É a qualidade do seu trabalho, sobretudo investigativo, que tem dado qualidade à CPI da Copel.

Quero lhe dizer que prossiga, prossiga porque o Paraná precisa da sua coragem! E não tema a ameaça! A sua presença nesta tribuna fazendo essa denúncia a este Parlamento, demonstra que o senhor é um homem de bem. O mundo só vai melhorar no momento em que os homens de bem tiverem a mesma coragem dos canalhas.

Então, prossiga, deputado Tadeu Veneri, prossiga com a solidariedade dos que são seus companheiros. O Paraná precisa de luz, não só no episódio da CPI da Copel, como em todos os outros episódios obscuros da nossa história e sobretudo da nossa história recente.

Toda a minha solidariedade pessoal, familiar e política.

O SR. TADEU VENERI

Sinto muito, não é possível termos apartes.

Não é o momento adequado, mas achei que era preciso que se fizesse esse relato aqui.

Sei que conto com a solidariedade de todos os senhores deputados, independentemente de divergências ideológicas que nós tenhamos.

Volto a repetir, é abjeto, é absurdo, é covarde que uma pessoa usando o seu poder econômico, não pressione a nós, deputados estaduais, mas pressione a nossos filhos. E eu tenho quatro filhos! E pressione o menor de todos! Pressione o menor de todos, porque eu tenho filhos de 23 anos, de 21 anos, de 16 anos e de 12 anos. Alguns sabem e conhecem os meus filhos. E justamente a filha de 12 anos é que ameaçam matar! Acho um absurdo isso, porque isso ofende a todos aqueles que em algum momento já passaram por isso. E aqueles que já passaram, sabem a que eu estou me referindo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em verdade o deputado Tadeu já passou em demasia o seu espaço, através do Horário da Liderança do Governo.

Eu ouvia atentamente a posição do deputado Tadeu, e como disse ele, embora não fosse o espaço ideal para fazer esse tipo de coisa.

Imagino que a Casa, a Assembléia Legislativa, e vou falar isso ao presidente, deve tomar uma posição sobre essa questão, comunicando ao secretário da Segurança, solicitando a investigação desse fato e, obviamente, prestando todo o apoio, a proteção necessária para que o deputado Tadeu e sua família tenham a condição de viver como cidadãos.

Acho muito grave o que foi relatado, aqui. Por várias vezes já aconteceu isso com parlamentares da Casa. Acho importante, vamos comunicar ao presidente Hermas Brandão e acho que em nome da Mesa Executiva, não é deputado Stica?

Temos a obrigação de solicitar ao secretário da Segurança que interceda nessa questão. E que todos os órgãos necessários possam ser acionados, para que o deputado Tadeu possa desfrutar da sua segurança enquanto cidadão, principalmente pela função que ocupa, porque, acima de tudo, eu acho uma grande covardia, um ato covarde, um ato insano proceder uma ameaça tão sórdida como aconteceu com a sua família.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de discordar, em partes, de V. Exa. quando o senhor diz: “neste caso”.

Queria prestar minha solidariedade ao deputado Tadeu Veneri e dizer que o que estimula esse tipo de criminosos, não é nesse caso, é nesses tipos de casos. Nós já tivemos um parlamentar da Legislatura passada assassinado, tivemos um vereador, presidente da Câmara da minha cidade Foz do Iguaçu envolvido num atentado até agora não elucidado. Tivemos recentemente um outro

parlamentar, que sofreu atentado. Acompanhei pela imprensa na semana passada o deputado Dobrandino Gustavo da Silva, também de Foz do Iguaçu, dizendo-se ameaçado em função da presidência de Comissão; também agora o caso do deputado Tadeu Veneri.

Acredito que não é nesse caso, mas em todos os casos! Nós devemos exigir da Mesa Executiva, do secretário da Segurança e tem que ser de maneira eficaz e rápida. Inclusive os casos passados. O que está estimulando esse tipo de criminoso, muitas vezes é a morosidade e a certeza da impunidade.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Quero renovar a solidariedade que todos nós do PT, os deputados do PT e todos os deputados deste Parlamento, naturalmente tem, neste momento. É uma forma covarde de pressionar e de interferir num processo de investigação. Isso me parece claro e também demonstra o rol de irregularidades que estão sendo averiguadas e também o matiz das lideranças, dos empresários, aqueles que fraudaram o erário público.

O Tadeu terá, sem dúvida nenhuma, nossa solidariedade. O secretário da Justiça, o secretário da Segurança Pública, certamente proverão o companheiro, que não é apenas o companheiro do Parlamento, ele está numa atribuição de juiz de investigativa, uma atividade específica do Parlamento, que portanto merece toda a garantia de segurança.

Se o Estado não fizer, quem o fará?

O SR. VANDERLEI IENSEN (Pela Ordem)

É um problema grave, está se repetindo, e essa é a grande preocupação nossa. Está se tornando comum essa questão de ameaça a parlamentares.

Já fiz uma solicitação à Secretaria da Segurança Pública, para que esteja disponibilizando uma segurança pessoal, porque também estou participando de uma CPI, e uma das sub-relatorias. E gostaria que a Casa, a Assembléia Legislativa tomasse essas providências.

Não sei se o deputado Tadeu Veneri também deseja, ou os demais deputados, principalmente porque agora no mês de setembro, vamos concluir a CPI da Copel. Estaremos entregando os sub-relatórios ao nosso relator Ratinho Júnior.

É muito importante que a Assembléia Legislativa esteja neste momento nos amparando na questão de segurança, porque realmente estamos lutando contra uma série de interesses escusos. Tenho acompanhado o empenho do deputado Tadeu Veneri nessas investigações.

Então, peço à Mesa Executiva da Assembléia, que esteja fazendo, juntamente, coro neste momento, para que possamos requerer segurança pessoal para os deputados.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

A verdade, presidente, que a violência já chegou a todos os patamares. Já chegou no pobre, já chegou no

juiz, nos promotores, nas autoridades. O que tem que se fazer agora, não é só solidariedade, o que tem que se fazer agora é tomar as providências.

Chegou num ponto onde o trabalhador, o cidadão de bem não pode mais andar na rua e tem que ficar trancafiado dentro de casa.

O que pedimos também é que as nossas Comissões, aquelas que dão os pareceres sobre os projetos, nos ajudem a fazer com que as coisas andem um pouco mais rápido, porque estamos recebendo pressões dos cidadãos, das pessoas, do povo do Estado do Paraná, pedindo urgentemente segurança, até porque este final de semana foram 17 mortos em Curitiba e na região metropolitana.

O meu projeto de desarmamento, o presidente, na semana passada, deu 48 horas para a CCJ e já se passou uma semana!

Então, o que nós queremos é um pouco mais de rapidez, principalmente no que diz respeito aos projetos da segurança pública.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Queria fazer uso do aparte, mas não foi possível, e quero fazê-lo aqui em nome do meu Partido. Como líder, manifestarmos a nossa solidariedade ao companheiro Tadeu Veneri. Conhecido não só como deputado combatente, sério, comprometido, mas como aquele que de fato - a ele posso atribuir o título de profeta. E o profeta sempre será perseguido.

Temos certeza que ele está sendo perseguido agora e será no futuro. Por quê? Porque ele tem uma postura profética, tem uma postura de denúncia, e todos aqueles que denunciam são perseguidos, evidentemente.

Mas, eu gostaria de encaminhar ao nosso nobre deputado Plauto Miró, que a área que os sem-terra entraram não é da Embrapa, o mesmo jornal que ele próprio me passou uma cópia, Gazeta do Povo do dia 28 de agosto, diz literalmente isto: "O acampamento montado pelos integrantes do Movimento Sem-Terra fica numa área de 300 hectares cedidas ao Iapar".

Esta área, de fato, não é da Embrapa, é do Iapar. Apenas para elucidar os fatos.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não nos encontrávamos na Casa, mas já através de contato com o deputado Tadeu Veneri tínhamos tido o conhecimento das ameaças que sua família sofre.

Gostaria de registrar que também tivemos durante esse final de semana, algumas interpelações, algumas ligações, alguns problemas nesse sentido. E gostaria de solicitar ao presidente desta Casa que imediatamente fosse solicitado ao secretário da Segurança Pública, segurança à disposição da família do deputado Tadeu Veneri, dos seus familiares, para que nós possamos efetivamente levar a bom termo a CPI da Copel, como temos feito até o presente momento, aonde tudo tem sido investigado, aonde tudo tem sido trabalhado com o maior respeito ao

direito do cidadão paranaense, mas também com o maior zelo com relação à administração pública paranaense.

Então, eu pediria a esta Mesa, gostaria de reforçar aqui, sei que esse é o entendimento de todos os deputados da Assembléia, nós não podemos mais, cada vez que essa Assembléia mexe em algum assunto delicado, cada vez que essa Assembléia se defronta com um fato criminoso, sermos vítimas de ameaça, mas o que é pior, ficarmos muitas vezes à mercê da bandidagem porque não temos segurança. Está aí o caso do deputado Tiago, está aí o caso do deputado Barbosa Neto, está aí a ameaça feita aos familiares do deputado Tadeu. Nós tivemos problemas no mesmo sentido, e tenho certeza, outros deputados de outras CPI's também devem estar sofrendo o mesmo.

Então, é importante essa solicitação, e eu agradeço, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu também desejo manifestar a minha solidariedade ao deputado Tadeu Veneri, e dizer exatamente o que disse o deputado Marcos Isfer. Toda vez que este Poder se sobressai, toda vez que este Poder procura colocar o dedo na ferida, não falta pressão de toda sorte.

Por isso mesmo nós, dos três Poderes, somos os primeiros, e há, na condição de o primeiro dos três Poderes, há de esse Poder Legislativo Estadual sobressair-se, porque afinal está aqui a voz da nossa população, trabalhadora, sofrida, que já não suporta mais a impunidade neste País, e com certeza não haverá ninguém que possa nos intimidar, e vamos fazer com que tanto a CPI do Banestado quanto a CPI da Copel e como as outras possam ser CPI's que revelem aquilo que efetivamente deve ser revelado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em nome da deputado Cida Borghetti, gostaríamos de anunciar e registrar a presença aqui do prefeito de Mandaguçu, Dr. Gargantini.

Muito obrigado pela presença.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do prefeito Guinther Radol, que está aqui na tribuna junto com o vereador Nelson Knal; também a presença do vice-prefeito de Medianeira, Euclides Gasparini; prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vazen; prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dantas, o Chiquinho; e o prefeito de Cafelândia, Francisco Romano.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1470/2003-EO, subscrito pelo desembargador relator do Tribunal de Justiça, Celso Rotoli de Macedo, constante do expediente, na qualidade de relator nos autos de Agravo Regimental Cível nº 140898-4/01, de Curitiba, em que figura como agravante Delmo Raul Passoni, comunicando que revogou a medida liminar anteriormente concedida às fls. 3374 até 3381 no referido agravo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 085/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente, propondo a criação da Ciretran de Guaratuba. **À Comissão de Segurança Pública.**

Parecer às Proposições nºs 35 e 36/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, a respeito da decisão revogatória da liminar e seus efeitos sobre apreciação e votação das Resoluções 35 e 36/2003 - Intervenção do Município de Nova Aurora. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1864, de autoria dos deputados André Vargas, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Pedro Ivo Ilkiv e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 02 de setembro em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 491/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes deste serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa Luz Fraterna. **Recebidos nos termos do parágrafo 2º do artigo 107, do Regimento interno.**

Requerimento nº 1876, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a inversão da ordem de votação da pauta da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa "Luz Fraterna". **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. (Publ. no DA 065/2003, de 27.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 491/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei, em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa "Luz Fraterna".

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 491/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 027/2003, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos Programas Sociais do Governo Federal relacionados no artigo 2º desta lei, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 kWh/mês.

Sobre a matéria existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, é o nosso parecer favorável, com a emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 491/2003

A presente emenda modificativa e supressiva ao Projeto de Lei nº 491/2003, de iniciativa do Poder Executivo, altera redação proposta em seu artigo 1º, conforme segue e, em coerência, suprime o inciso II do artigo 2º, renumerando os subseqüentes III e IV, como II e III:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, dos consumidores cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, na área urbana ou rural e cujo consumo de energia, no mês, não ultrapassem 100 kWh/mês”.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Discutir)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Antes de entrar na discussão da Ordem do Dia, queria pedir a permissão da Mesa para, rapidamente, parabenizar o deputado Rafael Greca, pela belíssima homenagem dos 150 que fez da emancipação do Paraná. Aliás, agradecer a medalha que nós todos recebemos, e parabenizar a idéia que teve o deputado Rafael Greca de homenagear um ex-presidente desta Casa, estampado nessa belíssima medalha.

Parabéns, deputado Rafael Greca!

Senhores deputados, o projeto que vamos votar hoje, mensagem do governador Roberto Requião, altera o artigo 1º da Lei nº 11.897, de 01 de dezembro de 1997.

Onde diz no Parágrafo Único:

(Lê o parágrafo)

Uma iniciativa do governador Roberto Requião. Uma promessa de campanha, que não temos aqui nesta Casa, de maneira nenhuma, de atrasar essa feliz iniciativa do governador.

Ela vem de encontro ao interesse das famílias de baixa renda do nosso Estado.

Quando se discutia 30 kWh/mês para uma família, poucas ou quase nenhuma família era atingida por essa

medida, ou quando as famílias que queriam permanecer nos 30 kWh/mês não tinham direito sequer a uma geladeira ligada, para poder ligar uma televisão, quando tinham uma televisão nas suas casas.

Vem, portanto, essa medida, se não atender a todas as famílias de baixa renda do Estado do Paraná.

Por isso, quero pedir e reforçar, em nome do deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, o pedido para que os senhores e as senhoras deputadas votem nessa mensagem do governador Requião, para que possamos começar a fazer no Estado do Paraná um mínimo de justiça às famílias de baixa renda, às famílias que estão numa inclusão social.

Quero aproveitar ainda, senhor presidente, senhores deputados, para chamar a atenção desta Casa de Leis num aspecto que não podemos deixar mais de falar, senhor presidente. A Mesa Executiva vai ter que chamar uma reunião com a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa para que possamos discutir o verdadeiro e real papel dos deputados, porque a continuar do jeito que está, os deputados aqui só virão para aprovar voto de cidadão honorário ou utilidade pública no Estado do Paraná.

Quero aproveitar este projeto para chamara a atenção, com respeito a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, inclusive o presidente Hermes, que é do meu partido, não pode a Comissão agir, da maneira como está agindo. Este projeto foi apresentado por mim e outros deputados, a pedido do governador Requião, em 26 de março deste ano, e qual foi a justificativa da Comissão de Constituição e Justiça? Que é um projeto inconstitucional que não pode ser apresentado por esta Casa de Leis, que é uma prerrogativa apenas do Governo do Estado e diz aqui que ressalvado o disposto nessa Constituição, é iniciativa privativa do governador a criação, a estruturação e a atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ora, nosso projeto, a pedido do governador Requião, era mudar um artigo de uma lei já existente e este também é o papel de deputados, porque se assim não for, não justifica aqui estarmos dando prejuízo ao Poder e ao povo do Estado do Paraná. E me faz ainda com erro ou com tristeza aqui dizendo: “sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, tomo a iniciativa de apresentar indicação em anexo que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador do Estado e ao diretor do Detran”. Não sei por que o Detran deveria ser a direção da Copel. Mas, foi feito: “ao Exmo. Sr. governador do Estado, deputado Natálio Stica dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte: alteração do artigo 1º da Lei nº 897, aumentando em 30 kWh/mês o consumo ali inserido para 100 kWh/mês” e o governador assim o procedeu.

Não é meu projeto, quero deixar bem claro que foi um pedido do governador Requião para que eu apresentasse, mas essa falha de comunicação atrasou no mínimo em dois meses, pois já poderia este projeto ter sido apro-

vado e colocado em prática nas casas das famílias mais pobres do nosso Estado.

Quero pedir para que a Comissão de Constituição e Justiça chame uma reunião com os senhores deputados e com a Comissão Executiva, para que possamos discutir o real papel dos deputados nesta Casa, sob pena, reafirmo, de ficarmos aqui apenas aprovando título de cidadão honorário e utilidade pública, mesmo sabendo da importância dessas duas indicações que acabo de fazer, mas quero, para o bem desta Casa, para o bem do povo do Paraná e para o pleno exercício dos deputados que foram eleitos pelo povo, que voltemos a ter o direito que nos foi dado nas urnas.

É isso que peço e quero pedir encarecidamente que todos os deputados que se dizem Oposição ou Situação, que aprovem esse projeto em nome da democracia, em nome da ajuda das famílias de baixa renda, em nome, principalmente, da inclusão social das famílias do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, sei que não existe aparte para aparteado, mas estou questionando o orador que está na tribuna. V. Exa. faz referência ao projeto de sua iniciativa. O seu projeto foi arquivado ou já tem parecer favorável da CCJ? Se o projeto ainda está tramitando, acho que caberia à própria Mesa da Assembléia Legislativa anexar o projeto do ilustre deputado Natálio Stica junto ao projeto do governador do Estado do Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

Não é essa a necessidade, deve ter sido arquivada, até porque, reafirmo, o projeto não é meu. Foi um pedido do governador Requião para que eu apresentasse. Tomei algumas assinaturas que pude no dia, e apresentamos o projeto. Mas não há necessidade nenhuma, eu quero que esse projeto ande o mais rápido possível, porque esse projeto é uma promessa de campanha do governador Roberto Requião e que vai, sem dúvida, beneficiar a inúmeras famílias do Estado do Paraná, no que eu peço o total apoio de todos os deputados que sei são defensores das famílias paranaenses. Em especial daquelas que estão na situação de risco de vida até nas suas famílias, pela pobreza, que são atingidas.

Com certeza estaremos ajudando cerca de duzentas mil famílias de baixa renda a serem, pelo menos na questão da luz, incluídas na sociedade como cidadãos e cidadãs.

Portanto, reafirmo e peço, em nome do deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, o voto de todos os deputados e deputadas no projeto do senhor governador Roberto Requião, o projeto de luz cidadã a todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos falando sobre a questão da energia elétrica e muito se debateu aqui e muito falou-se em compromisso de campanha, é bom ou não é, não está sendo cumprido na íntegra.

Mas, eu queria apenas salientar o seguinte: acho importante esse projeto que se refere à energia elétrica e estou defendendo aqui esse projeto do governador chamado Luz Fraterna. não dá para dar luz para todo mundo, mas dá para atender uma grande parte da população, principalmente as pessoas mais pobres.

E o Dr. Luciano já fez aqui duas emendas que no meu ponto de vista não são demagógicas. São emendas perfeitamente viáveis, nesse projeto que está sendo encaminhado pelo governador Roberto Requião.

Acho que a Copel, que no passado se queria vender, e o deputado Anibelli foi muito feliz nas suas palavras quando disse que se a Copel tivesse sido vendida, hoje a energia estaria 25% mais cara ao povo do Paraná.

Mas, graças ao povo do Paraná, graças à coragem da Oposição no passado, não se vendeu a Copel. E o que se lamenta aqui hoje, que estamos vendo aqui verdadeiros professores de Deus querendo dizer que o programa do governo agora tem que ser para todo mundo.

Mas, engraçado, esses mesmos deputados que fizeram discurso agora há pouco, lá atrás, queriam vender a Copel! E agora querem dizer que é demagogia do governo Roberto Requião! Estão acusando o governador de não cumprir o seu compromisso de campanha.

Mas, eu me pergunto, que benefício a Copel fez ao povo mais humilde do Paraná nos últimos anos? Qual o benefício que foi feito? Que tipo de isenção se deu ao povo mais pobre, que tipo de isenção se concedeu?

E um outro dado ainda, que é a Sanepar. A Sanepar, no governo anterior, eu fiz esse estudo e está comigo, mudando um pouquinho o assunto, a Sanepar no governo anterior, não no governo Jaime Lerner, mas antes do Jaime Lerner, nós tínhamos uma renda mínima das pessoas, um projeto em que as famílias mais humildes tinham direito a pagar bem pouquinho. Era um projeto social maravilhoso! E se vocês pegarem os dados lá na Sanepar, hoje, vão ver que nos últimos anos esse projeto social também foi para o lixo, diminuiu em grande condição.

Então, não vejo aqui, por exemplo, deputado fazendo discurso que não é bom esse projeto do governo Roberto Requião. Esse projeto é um começo, porque é só melhorar as finanças do Estado, é só melhorar as condições do Estado que o Governo, daqui a pouco, pode estender o projeto ou aumentar, mas eu acho que é um começo. Eu sou daquela idéia que é preciso primeiro começar o projeto, e ele começado, automaticamente na sequência, pode até ter melhorias. Pelo menos este governo está tendo a coragem de fazer o projeto, que o governo anterior, deputado Durval Amaral, aliás, que queria vender a Copel, queria entregar a Copel para os americanos, para os franceses, não sei para quem, mas queria entregar, queria vender o patrimônio que era do povo do Paraná.

Então, defendendo esse projeto. O povo está satisfeito com o projeto, o povo está satisfeito com o projeto, sim. Mas ele pode ser melhorado? Pode! Eu acabei de assinar duas emendas do deputado Ducci, e acho que essas emendas são boas e devemos votá-las.

Então eu gostaria, senhor presidente e senhores deputados, de defender e temos que trabalhar com o que temos agora, neste momento. Não adianta querermos inventar o que não dá para fazer neste momento! Não adianta querer dar luz e quebrar a Copel. Quebrar a Copel não vai resolver e aí era melhor, realmente, vender, como queriam os deputados que hoje estão dizendo que deveria deixar luz de graça para todo mundo.

Então, quero deixar aqui meu posicionamento favorável ao projeto, voto junto com o governo, porque acho que pelo menos ele teve coragem de fazer. Fez um projeto que isenta as pessoas, que dá benefícios às pessoas mais pobres e que, automaticamente, vai beneficiar muitas pessoas mais humildes aqui do Estado do Paraná.

Então, senhor presidente, essa é a minha posição, e gostaria de, em nome das pessoas que representamos, porque eu não votei contra a venda da Copel, eu não fiz discurso aqui a favor da venda da Copel, mas hoje faço um discurso a favor desse projeto que vai beneficiar as pessoas mais simples e o Governo está correto. Está cumprindo o que prometeu em campanha; o Jaime Lerner também não cumpriu.

Estamos com o prefeito de Castro aqui e eu vi agora há pouco o deputado Rossoni, no auge da sua sabedoria e da sua experiência, dizer que tem que cumprir o que prometeu na campanha, mas está aí o prefeito de Castro, e está lá na rádio gravado um pronunciamento do governador que iria fazer a estrada do “Socavão”, prometeu e até hoje não cumpriu. Saiu do governo e não fez. Então, quem não tiver pecado, que atire a primeira pedra.

Então o governo, como disse agora há pouco o Rossoni, gosta de falar, gosta de fazer discurso, gosta de querer na sequência desfazer, mas pelo menos este governo está fazendo, pelo menos já está fazendo um projeto, nós já estamos votando aqui um que vai beneficiar uma parte do povo. Na sequência, quando melhorarem as finanças do Paraná, certamente teremos condições de conseguir mais energia para o povo. Agora, sabe por que não dá para fazer mais?

Porque o governo gastou muito com publicidade no passado! Se pegarmos os números do governo anterior, veremos quanto foi gasto em publicidade. E esse gasto, nos últimos oito anos, daria para dar, eu acho, 150 kWh/mês para cada cidadão do Estado do Paraná!

Então, eu defendo o governador Roberto Requião neste momento, e acho que o projeto é bom para o Estado do Paraná. Vamos aperfeiçoá-lo nesta Casa, vamos discuti-lo, mas, vamos discuti-lo com inteligência.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós do Bloco Independente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. vai encaminhar a votação?

O SR. RATINHO JÚNIOR

Não. Vou encaminhar o requerimento que nós protocolamos na Mesa.

Não é agora?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Então, está bom, desculpe a minha falta de experiência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual é o requerimento que V. Exa. encaminhou?

O SR. RATINHO JÚNIOR

Só gostaria de anunciar, aqui, visando o requerimento de envio de expediente ao senhor governador do Estado solicitando afastamento temporário dos secretário de Estado e do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós vamos ler o seu requerimento aqui.

Deputado Elio Rusch, para encaminhar a votação, período de dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Não vou usar os dez minutos, senhor presidente.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O projeto de lei que está em tramitação e em discussão aqui na plenária é sobre a polêmica luz de graça para os pobres do Estado do Paraná. Nós já usamos o Pequeno Expediente, no início desta Sessão, e fizemos referência a alguns pontos deste projeto.

Agora, eu ouvia atentamente o deputado Jocelito Canto, que lamentavelmente, está saindo do plenário, mas eu devo fazer essa referência - e ele disse que nós queríamos vender a Copel, e pelo fato de a Copel não ter sido vendida é que nós temos hoje esse privilégio de votar, aqui, a energia de graça para a sociedade do Paraná.

Acredito que o deputado Jocelito Canto não leu o artigo 1º, que diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo da energia elétrica, dos encargos decorrentes dos serviços, dos consumidores beneficiários”.

Ora, a Copel é uma empresa pública e também tem ações da iniciativa privada. Se a Copel tivesse sido vendida no Estado do Paraná, e ela não deixou de ser vendida, deputado Jocelito Canto, por causa dos deputados; ela não foi vendida porque o preço mínimo fixado para a

venda da Copel, ninguém ofereceu este valor, senão, teria sido vendida. E, se a Copel tivesse sido vendida, nada impediria o governador estender esses benefícios também, porque esses benefícios não é a Copel que está dando para população, quem está pagando essa luz do Projeto Luz Fraternidade é o Estado do Paraná, são os consumidores do Paraná. Esse dinheiro é da fonte 00, é dinheiro dos contribuintes que pagam energia para os pobres. Aliás, isso está acontecendo, sim, deputado Jocelito Canto. V. Exa. disse que não tinha programa, esse programa já tinha, talvez reduzido, mas nós tínhamos. E o deputado Durval Amaral, que vai falar depois, ele fez esse pedido de informações para o presidente da Copel, - ele já falou aqui da tribuna - que informe à Assembléia Legislativa quantos paranaenses são beneficiários da tarifa social. Essa tarifa social também existe na água. Quem está pagando é o Governo do Estado, não é a Copel, não. E a mesma coisa existe hoje.

Então, se a Copel é privada ou é pública, quem paga é o governo do Estado do Paraná.

Mas, deputado Jocelito Canto, senhores deputados e senhor presidente, nós vamos votar hoje pela constitucionalidade, já nos manifestamos, somos a favor desse projeto.

No dia de amanhã serão apresentadas outras Emendas, o deputado Luciano Ducci já tem duas, nós já temos uma que faz parte do Parecer da Comissão de Finanças aqui da Assembléia Legislativa. E vamos encontrar exatamente aquilo que possa atender o maior número de beneficiários.

Deputado - líder do PMDB, Antonio Anibelli - a quem eu respeito e estimo muito, esteve antes na tribuna, V. Exa. não me deu aparte porque não teve tempo quando V. Exa. diz que, principalmente o funcionário público que recebe até duzentos e poucos reais por mês é um miserável.

Ora, quem ganha então duzentos e poucos reais não pode ser só o funcionário público, são todos. Agora, o projeto do governo, limita em noventa reais não é o salário-mínimo. Ele limita os benefícios da luz, de graça, em 90 reais.

Deputado Antonio Anibelli, se V. Exa. entende que quem ganha um salário-mínimo, 200 e poucos reais é um miserável, imagine o que o governador pensa! Ele quer que quem se beneficie, é só quem ganha 90 reais! Tem que miserável, miserável, miserável e miserável, que só miserável não pode ser!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Miserável é o desempregado, o abandonado, o excluído. Nós, se Deus quiser, estamos resgatando parte. Que bom se conseguimos fazer tudo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado, temos que assegurar a palavra ao orador. V. Exa. terá a oportunidade de encaminhar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Desculpe-me, V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao deputado Antonio Anibelli. Nós entendemos e concordo com V. Exa.. Eu disse na imprensa, hoje e digo em qualquer lugar: quem ganha um salário-mínimo é pobre, é miserável. Por causa disso é que apresentamos uma emenda coerente e não demagógica ao projeto. O deputado Jocelito Canto disse que são duas emendas, que não são demagógicas.

Tem uma emenda minha, que não são as duas, e ela não é demagógica. A minha baseia-se exatamente no programa do governo do Estado, quando o Requião era candidato e disse, quando candidato, que a luz é de graça para quem consome até 100 kWh/mês. É isso que estamos propondo nessa emenda.

Queremos estender: que todo o cidadão do Paraná ganhe a luz de graça, dentro de suas qualificações e dentro daquilo que o próprio governador do Estado, quando candidato, afirmava: luz de graça para quem consome até 100 kWh/mês. Estamos apresentando uma emenda supressiva, suprimindo exatamente o inciso 2º, do artigo 2º.

V. Exa., deputado Anibelli, tem todo o nosso respeito. O senhor tem toda a razão quando disse aqui da tribuna e concordo com V. Exa.. Esperamos que a Bancada do Governo e os deputados da Assembléia Legislativa tenham a mesma idéia que V. Exa. tem, Anibelli, que diz que é miserável quem ganha 200 reais. Quem ganha 90 reais, o que ele é? Entendemos que tem que suprimir exatamente isso aí, para que possamos estender o benefício para os pobres.

Agradeço ao presidente e aos deputados. Com toda a certeza, quando formos discutir o mérito desse projeto e as emendas, vamos tornar essa discussão muito mais ampla ainda.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, trago ainda o apoio condicional à proposta do governo, tendo em vista que vamos votar sobre a constitucionalidade, sem dúvida alguma. O projeto beneficiará algumas pessoas, que estão cadastradas nos programas sociais do governo federal. Isso, no seu aspecto mais geral, é interessante. Trago as preocupações, como parlamentar, primeiro, de possibilitar que a promessa do governador seja realmente cumprida, porque não fui eu quem disse isso na campanha e acredito que os parlamentares também não tenham dito. Tenho o programa do governador Roberto Requião, que foi eleito por todos nós, paranaenses, independentemente de sermos da Situação ou da Oposição. Temos que relembrar, deputado Barbosa, é muito claro.

Não adianta alguns tentarem espernear, estrilar, dizendo que isso é demagogia. Isso é política. Isso é Oposição, exercendo o seu papel de cobrar aquilo que está escrito, e não o que foi falado. Para muitas pessoas que fazem política, infelizmente, o que é falado não vale, mas o que é escrito, a gente tem condições de, documentalmente, cobrar. Água e luz de graça: 10m³ de água e 100 kWh/mês de energia elétrica, gratuitamente, para as famílias mais pobres. Água para beber e cozinhar. Energia para conservar alimentos em uma geladeira e tomar um banho quente. As famílias com condições básicas de higiene, não serão presas fáceis das doenças. Essas não são palavras minhas. São palavras do governador, na sua proposta política, na sua campanha, que depois foi falada na televisão em inúmeras entrevistas.

Pois bem, nós aplaudimos a iniciativa do governador. Nos causa preocupação? Causa, sim! Por quê? Porque, primeiro quando estabelece a vinculação ao bolsa-escola, ao vale-gás ou a outros programas do governo federal, nós estamos, senhores parlamentares, excluindo deste benefício dos 100 kWh/mês os pobres aposentados do Estado do Paraná. Não aquele aposentado que ganha uma fortuna, não aquele aposentado que ganha mil reais, 800 reais, 500 reais, que poderiam talvez até pagar energia elétrica, nós estamos excluindo todo e qualquer aposentado, por quê? Porque todo e qualquer programa do Governo Federal teve na sua concepção a proteção à criança, a proteção à infância, a proteção à gestante e à mãe. Todos os programas do Governo Federal, e eu pesquisei, as leis fazem menção que só poderá usufruir do programa vale-gás, eu imaginei que o programa vale-gás iria incluir os aposentados, só pode se beneficiar do programa vale-gás, quem goze de outro programa como o programa bolsa-alimentação, para mulheres gestantes ou para criança de 6 meses até 7 anos de idade e o bolsa-escola de 7 a 15 anos.

Então, quem for aposentado, quem for pobre miserável, e eu digo mais, pobre miserável de marré-marré, que não tem onde cair morto, vai ser excluído desse programa. E eu tenho certeza que não é isso que querem os deputados da base do Governo e nem tampouco o governador Roberto Requião.

Agora, nada é mais auto-limitador, nada limita mais do que os 100 kWh/mês. O deputado Anibelli, com muita cortesia, até me chamava a atenção, me dizia: “Olha, deputado, tomar um banho de cinco minutos é muito sério, quatro pessoas, 20 minutos é muito!”

Pois bem, deputado Anibelli, não vamos entrar neste aspecto de higiene, porque é muito subjetivo a cada um. Apesar que eu também acho que a pessoa poderia talvez tomar um banho mais curto, diminuindo sua conta de energia.

Mas se V. Exa. ligar um refrigerador com apenas uma porta, se esse refrigerador ficar ligado 24 horas, por dia, vai consumir 84 kWh/mês, então vamos esquecer o banho quente. Se tiver 84 kWh/mês de refrigerador ligado mais o ferro elétrico, mais 4 kWh/mês uma hora

por semana nós já vamos para 88 kWh/mês. Mais 10 kWh/mês nós vamos para 98 com 4 horas de televisor ligado. Se acendermos mais duas lâmpadas incandescentes de 60 watts já estourou a conta, já vai para mais de cento e tantos.

Então veja só, não é demagogia, não é oportunismo dizer que 100 kWh/mês é auto limitador, que vincula ainda o programa aos programas do Governo Federal quer dizer: -” Exclua-se desse benefício os pobres miseráveis aposentados porque quanto mais cedo eles morrerem menos custo terá o Estado ou menos custo terá a sociedade”.

Não se trata de uma disputa entre Situação e Oposição, antes de tudo se trata de resguardar a imagem do governador de que a sua palavra, escrita e falada, vai se fazer valer neste Estado, não nos próximos 4 anos mas nos próximos 3 anos e 3 meses que faltam para terminar o Governo. Porque se não nós vamos estar, esse alerta eu faço, agora como líder da oposição, se não nós vamos estar diante de uma proposta demagógica porque o Governo do Estado que aí está, o Governo do Estado anterior já tinha um benefício de 30 kWh/mês que não é obrigação dos parlamentares terem conhecimento e é bancado pelo Governo do Estado, que é gratuidade absoluta e que aliás é regulamentado pela Aneel e que quem paga essa despesa é o Governo do Estado, todos os meses o Governo do Estado cumpre e paga essas despesas.

Então queremos, aqui, enriquecer esse debate, apesar que hoje não é nem o propício, porque hoje trata-se apenas da Constitucionalidade. E nós vamos votar a favor da Constitucionalidade. E esperamos, não precisa ser a emenda do deputado Durval. Em primeiro lugar se o projeto tiver que passar, primeiro em nome do respeito aos mais idosos, vamos criar condições para que os aposentados, idosos possam se valer desse programa. Em segundo lugar, é auto didática, auto disciplinar. Se auto disciplina 100 kWh/mês. Acho que se parássemos por aí já seria de um grande alcance social. Mas se não se entender dessa forma, vamos pegar o que o Governo Federal entende por pobre, já que na proposta da campanha não se esclareceu quem era pobre neste Estado. Porque para mim pobre é aquele que gasta 100 kWh/mês. Consultem, nós às vezes não conhecemos essa triste realidade, mas hoje ao chegarem em suas casas ou antes de virem para a Assembléia perguntem às suas empregadas domésticas quanto é que ela gasta de energia elétrica. Quantos kW ela gasta de energia elétrica? Os senhores não encontrarão uma empregada doméstica de suas residências que gaste menos de 100 kWh/mês.

Por isso, deputado Augustinho, se é para fazer valer a verdade das palavras do nosso governador, vamos emendar esse projeto para que ele não fique amanhã ou depois desgastado pela opinião pública. Porque o consumidor vai ver lá quando for pagar a sua tarifa de energia elétrica que ele não teve benefício algum. Então, os poucos beneficiados serão muito poucos e talvez esses mesmos já estejam sendo beneficiados no Programa da

gratuidade absoluta da energia elétrica instituída pelo Governo Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica e que o Estado do Paraná cumpre isso religiosamente. Cumpria no Governo passado e cumpre no governo atual.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de lembrar aos senhores deputados que precisamos de 28 votos para votar a matéria, sem o que nós não votaremos. E agradeço a presença do deputado federal Ricardo Barros, que se encontra na Sessão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

E temos na Secretaria a sua esposa Cida Borghetti.

Senhores deputados, essa discussão é boa e se torna muito proveitosa, quando discutimos aquilo que temos condições de oferecer de ganho para a nossa sociedade. Ouvia meu dileto amigo e deputado Elio Lino Rusch dizendo que para fazer isso não precisava manter a Copel. É que tudo no Poder Público tem procedimentos e regras e normas. O próprio governador Jaime Lerner, quando concedia isenção de taxa de 30 kWh/mês não era a Copel que pagava, porque a Copel não pode ser mãe de leite de ninguém. A Copel é uma empresa e precisa gerar lucros, precisa cobrir os seus custos. Quem tem que fazer a parte social, quem tem que fazer a parte do equilíbrio da diferença da receita e da renda per capita é o Estado. Por isso como no Governo Lerner que dava 30 kWh/mês, o governo Roberto Requião está oferecendo 100 kWh/mês. É um compromisso de campanha, não é um compromisso gazeteiro. É um compromisso que está se cumprindo. E aqui, deputado Durval Amaral, que trouxe uma relação, eu sou um homem que cuido das minhas despesas pessoais e domésticas. Sei quanto gasta na minha casa, na minha casa de Ipirorã eu gasto 450, 480 se eu não ligo os equipamentos de piscina, porque quando eu ligo, evidentemente, sobe. E no meu apartamento de Curitiba, gasto 130. E dá muito bem, é só não ser exagerado que 100 kWh/mês dá muito bem para uma família. Mas veja bem!

O que esses 100 kWh/mês, quando V. Exa. coloca a questão daqueles que não estão contemplados dos programas do Governo Federal, V. Exa. tem razão e nós já discutimos junto com o PMDB. Porque aqui é só fazer uma emenda de alguns programas e complementar. Isso é uma questão de redação que pode muito bem, tenho certeza, que Roberto Requião, quando encaminhou para cá, não tinha interesse em circunscrever o benefício só para aqueles que tinham acesso aos programas do Governo federal.

Não tenho dúvidas, já tínhamos levantado isso junto à Liderança do PMDB. Por quê? Porque tem as pessoas que têm problemas de doença em casa, são velhos, idosos e o nosso deputado Luciano Ducci tem duas emendas excelentes, que eu pediria à Liderança do Governo, que ele pudesse incluir como aceite da bancada também a assinatura dos dois projetos do Luciano Ducci,

que são projetos que atendem, inclusive, o princípio de lei pela qual o governo quer cumprir. As pessoas, a camada social, a necessidade social, a necessidade familiar que ele busca cumprir.

Então, não vejo nenhuma dificuldade. Agora o deputado Lino disse que não tenho chuveiro e que tenho água quente. É verdade! É a gás! Agora, se você for verificar no interior, onde nós moramos, não se precisa. Os meus pais não têm nenhuma privação, gastam de 110, 120 kWh/mês. Têm geladeira, microondas, têm tudo. E o que ele faz: fica na frente da televisão. Então dá! É suficiente. O que nós precisamos apenas, é incluir aqui aqueles que estão fora dos benefícios do programa do Governo Federal. Aí nós estaríamos completando. Mas isso nós já havíamos comentado. E sugiro ao líder do Governo que faça uma emenda da Assembléia Legislativa, não precisa ser só da Bancada de Oposição, façamos nós emenda de todos. É a contribuição desta Casa ao governador Roberto Requião, no sentido de aperfeiçoar e atingir os objetivos que a proposta se destina. Então, não vejo aqui nenhuma dificuldade.

Agora posso dizer aos senhores, que a Copel, que no último dia 21 fez dois anos daquela remida Sessão, se tivesse vendido, dificilmente hoje nós estaríamos com a condição de fazer uma discussão dessas. Nós estaríamos discutindo qual era a multinacional que estava à frente da nossa concessionária de energia elétrica. Estaríamos discutindo os 25% que o governador Roberto Requião barrou, tenho certeza, como todos nós temos. Não quer dizer que não vai passar, ele vai protelando, porque não tem como não passar. Mas a empresa privada já teria passado de imediato. Era ato contínuo. O governo, preocupado e sensível com a questão social, dilatou a aplicação desses índices.

Então, por isso é que há manutenção da empresa, ela permite que nós possamos fazer a política social. A manutenção da empresa, enquanto pública na sua gestão, permite que nós façamos aquilo que hoje estamos fazendo, apreciar uma emenda que vai de encontro com às necessidades da nossa população mais carente. Inclusive, receber a contribuição do aperfeiçoamento a iniciativa do governo desta Casa. Isto é que nós precisamos fazer. Por isso que nós estamos aqui defendendo não só o projeto, a mensagem, mas sobretudo a não venda da Copel.

Muito obrigado.

Eu não posso conceder aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Nem é uma questão de aparte, é apenas um esclarecimento a V. Exa. O presidente já deve ter lido um requerimento para que amanhã seja convocado, em regime de comissão geral, o Plenário da Assembléia Legislativa. Se não leu até agora, deverá lê-lo ainda antes do término desta Sessão. Isto significa que as emendas que os deputados estão coletando assinatura para melhorar o projeto e para beneficiar os pobres do Estado do

Paraná, que é esse o sentimento do projeto e é esta a intenção do governador Roberto Requião. Amanhã nós teremos a oportunidade de poder chegar a um consenso no conjunto da Assembléia na comissão geral e aperfeiçoar o projeto. Então, tanto os deputados da Oposição quanto os deputados da base aliada que têm essa intenção, podem ficar tranquilos que nós teremos a oportunidade de amanhã assim o fazer.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Esclarecido. Ganha a Casa, ganham aqueles que efetivamente devem receber os benefícios da mensagem e da proposta do governo Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Realmente, após o pronunciamento de deputado José Maria Ferreira, sempre muito lúcido, e também com as colaborações de alguns deputados que estão no Plenário, começo a vislumbrar uma luz. Uma luz que certamente virá dos 100 kWh/mês, deputado Elio Rusch. Porque na verdade, se analisarmos ao pé da letra o projeto encaminhado pelo Executivo, vamos constatar que existem inúmeras pessoas que ficarão à margem desses benefícios, porque para ser beneficiado tem que estar vinculado a um dos programas do Governo Federal, ou à Bolsa-Escola, ou à Bolsa-Alimentação, ou ao Vale-Gás. Só que para estar vinculado a um programa como o Bolsa-Escola, tem que ter o filho na escola; se é o Bolsa-Alimentação tem uma variação de idade e a mulher tem que estar grávida. Agora, eu pergunto aos senhores: quem não tem filho na escola, quem não tem a mulher grávida, que ganha, deputado Anibelli, a miséria de duzentos e quarenta reais, como vai ficar? Por que essa vinculação? Creio que esta Casa - que é o fórum adequado para a discussão para que nós façamos a aprimoração dos projetos - está cumprindo com o seu papel.

Temos que levantar essas questões para aprimorar estes projetos, para que eles vão realmente ao encontro dos anseios da população. E nós, homens públicos, conhecemos os anseios desse povo sofrido, ao sairmos em nossas cidades, principalmente na periferia, quantos são aqueles que nos procuram com uma conta de luz ou de água, com o carimbo dizendo que a luz está cortada, que precisa ser religada; e nós vamos ver o consumo, e é um consumo muito pequeno, e as pessoas muitas vezes não têm o recurso para pagar a conta, por isso foi cortado. E ainda são castigadas, deputado Dobrandino, com o pagamento da religação que é mais cara que o consumo que ela não pôde pagar. Então, temos que reformular tudo isso.

Olha, quero dizer aos senhores, preocupado com isso, com essa situação, apresentamos nesta Casa dois projetos que foram aprovados, que são leis, mas que não estão valendo, infelizmente. Um deles é o que autoriza o Governo do Estado a reduzir a taxa de esgotamento sani-

tário de 80% para 50% sobre o consumo da água. É um absurdo se nós avaliarmos. Quem conhece engenharia ambiental, quem já teve oportunidade de fazer obras de saneamento sabe o custo do saneamento. A água sim é uma coisa cara. O tratamento, a captação.

Agora, o esgotamento sanitário é uma coisa que feita não dá problema. O custo do esgotamento é o custo de manutenção do tratamento desse esgoto. Não podemos imaginar nunca que o esgotamento seja praticamente o preço da água potável. Aqui em Curitiba e na Região Metropolitana é mais alto. Creio que 85% ou 90% sobre o consumo de água é cobrado pelo esgotamento sanitário. Aí vemos a Sanepar com um lucro espetacular.

É justo cobrarmos esse percentual em cima do consumo da água? Não é. Precisamos rever tudo isso.

Da mesma forma um outro projeto de minha autoria. Ele extingue as tarifas mínimas. Como a Sanepar, por exemplo, que cobra 10m³ de água se a pessoa consumir 1, 2, 3, 8 9 ou se ela não consumir, a Sanepar manda a conta de 10m³ de água. Baseando-se numa resolução da Organização Mundial de Saúde, que preconiza que uma família, para ter as suas necessidades de alimentação e de higiene atendidas, deve consumir 10m³ de água por mês. É uma recomendação para o bem. E a Sanepar, baseado nessa recomendação, simplesmente taxa todos aqueles que não consomem 10m³ e cobra em cima disso mais 80%, 85% pelo esgotamento sanitário.

É uma questão social que temos que resolver. Como temos que resolver, e tenho certeza que vamos resolver com as emendas que serão feitas no projeto do Executivo, que tem a boa intenção de atender àqueles que precisam. Que precisam o mínimo. Que precisam um pouquinho de energia na sua casa para se aquecer. Tenho certeza que na minha região as pessoas gastam mais luz, porque vivemos numa região fria. Não é como o Norte que tem a dádiva do sol que aquece a casa durante o dia e parte a noite. Lá na nossa região Centro-Sul, Centro-Oeste, temos temperatura abaixo de zero. E qualquer rabo quente que se põe numa vasilha para esquentar água, tem um alto consumo de energia. Mas tudo bem! Vai gastar mais! Mas 100 já está bom!

Mas vamos fazer com que todos possam ter acesso. Não vamos ligar a este ou àquele programa do Governo Federal, porque muitos não poderão estar incluídos se tiverem que estar vinculados a um desses programas: Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola ou Vale-Gás. Vamos dar oportunidade a todos. Aqueles aposentados que, no final do mês, não têm o recurso, porque gastam a maioria dos seus 240 reais em remédios; porque o Poder Público não dá a atenção que deveria dar na área da Saúde; que não oferece o medicamento de uso contínuo para o cardíaco, para o hipertenso, para o diabético, que não pode ficar sem o seu medicamento. Ou ele toma o remédio, ou ele come. Ou ele come, ou ele morre. Ou ele paga a luz, ou ele morre. O que ele vai fazer? Certamente ele vai comprar o seu remédio, porque senão o seu diabetes irá subir e ele entrará em coma e poderá morrer. Da mesma

forma o hipertenso, se não tomar o seu remédio, a sua pressão sobe e ele vai fazer um acidente vascular cerebral, vai fazer um derrame e aí vai custar muito mais para o poder público.

Meus irmãos, tenho certeza que esta Casa irá fazer as adequações necessárias a este projeto, quero crer que toda esta Casa, em conjunto, fará as emendas que irão aprimorar esse projeto e que fará com que os anseios do povo paranaense e, principalmente, o compromisso de campanha do governador Requião seja cumprido; dará luz de graça nos 100 kWh/mês e também os 10 m3 de água gratuitos, não precisa cobrar porque aquelas pessoas que não têm acesso à água potável custam muito mais para o poder público, uma família que se abastece de um local de água infectada, certamente, no dia seguinte, estará na fila do posto de saúde com uma criança com gastroenterite ou um adulto com infecção generalizada.

Nós vamos juntos, tenho certeza, ajudar o Executivo - que é a nossa finalidade, nossa vontade. Todos estamos aqui pela vontade do povo para defender os interesses do povo, somos os procuradores do povo e é isso que estamos fazendo.

Todos estaremos pagando essa conta porque, na verdade, o governo do Estado terá que pagar para Copel, porque ela tem os seus proprietários e discordo do deputado José Maria quando diz que se a Copel fosse vendida não teríamos esse programa, teríamos sim se houvesse a mesma vontade política do Executivo, a mesma vontade política do Legislativo em aprimorar esse projeto. Não teria problema, porque da mesma forma o Executivo iria pagar à empresa privada que tivesse adquirido a Copel, quem quer que fosse que estivesse fornecendo energia, iria receber do Governo do Estado pela energia que forneceria a todos aqueles que gastam até os 100 kWh/mês.

Quero crer que esta Casa dará uma demonstração de maturidade se, em conjunto, apresentamos as emendas que aprimoram esse projeto e que vão levar àqueles que necessitam o que eles mais esperam: qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Senhores deputados favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**).

Queremos apenas registrar a presença do prefeito de Paissandu, Sr. Moacir José de Oliveira que está acompanhado com a secretária de Educação do seu município, Cineide Ferrarezi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Fica registrado a presença do prefeito e demais autoridades.

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do município de Uraí - EMU, com sede e foro no município de Uraí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil denominada Grupo Renascer, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar, com sede em São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina Natal Pessuti o trecho da Rodovia 082, que liga Jardim Alegre a São João do Ivaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - da Indicação nº 046/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que propõe ao Poder Executivo a redução da alíquota do ICMS na

cobrança de serviços de energia elétrica e comunicação, de hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no Turismo, na forma que especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DA INDICAÇÃO Nº 046/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Sr. governado do Estado.

O deputado Dobrandino da Silva dirige-se a V. Exa. para formular proposição nos seguintes termos:

O envio de mensagem, encaminhando anteprojeto de lei, acrescentando inciso ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 14 -...

...alíquota de 3% (três por cento) para operações e prestação de serviços com energia elétrica e comunicação destinados a hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo”.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 009/2003, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, que institui o Regimento Interno da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica constituída a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, órgão vinculado diretamente à Mesa Executiva.

Art. 2º - A Escola do Legislativo reger-se-á segundo o Regimento Interno constante em anexo.

Art. 3º - As despesas para implementação da Escola do Legislativo correrão a conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

TITULO I DA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Capítulo I Dos Objetivos

Art. 1º - A Escola do Legislativo tem por objetivos:

I - propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural;

II - qualificar os servidores da Assembléia Legislativa nas atividades de suporte legislativo e técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos, administrativos e econômicos;

III - oferecer aos servidores do Poder Legislativo, conhecimento básico para o exercício de qualquer função dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade sócio-econômica brasileira;

V - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação científica com outras instituições de ensino;

VI - desenvolver programas de ensino voltados à formação de liderança comunitárias;

VII - desenvolver um programa de qualificação e aperfeiçoamento para os vereadores dos municípios paranaenses;

VIII - oferecer aos servidores possibilidades de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

IX - integrar o Programa Interlegis do Senado Federal, por intermédio da participação em vídeo-conferências e treinamento à distância.

Art. 2º - A Escola do Legislativo será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Presidência da Escola;

II - Direção;

III - Coordenadoria Administrativa;

IV - Coordenadoria Pedagógica;

V - Coordenadoria de Ensino à Distância;

VI - Secretaria;

VII - Conselho Escolar.

Capítulo II

Das Atribuições e da Composição dos Órgãos

Art. 3º - O presidente da Escola deverá ser um deputado estadual eleito entre seus pares junto com a eleição da Mesa Executiva.

Parágrafo Único - Compete ao presidente da Escola:

I - representar a Escola junto à Mesa Executiva e a entidades externas;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar;

III - celebrar convênios e contratos com instituições de ensino;

IV - participar da elaboração dos programas de ensino;

V - apresentar à Mesa Executiva o orçamento anual da Escola, após ouvido o Diretor;

VI - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno.

Art. 4º - O diretor da Escola será nomeado pela Mesa Executiva da Assembléia, após ouvido o presidente da Escola.

§ 1º - O cargo de diretor deverá ser ocupado por um servidor da Assembléia com escolaridade mínima em ensino superior.

§ 2º - Compete ao diretor:

I - representar a Escola junto à Administração da Assembléia, a entidades externas quando solicitado pelo presidente da Escola;

II - dirigir as atividades da escola e tomar as providências necessárias à sua regularidade;

III - elaborar o relatório anual de atividades a ser submetido ao Conselho Escolar;

IV - planejar e controlar os gastos de acordo com a previsão orçamentária;

V - propor ao presidente da Escola o orçamento anual, em tempo hábil para inseri-lo no Orçamento anual da Assembléia Legislativa;

VI - orientar os serviços da Secretaria da Escola;

VII - assinar, juntamente com o titular da Secretaria, certificados e documentos escolares;

VIII - participar, com direito a voto, das reuniões do Conselho Escolar;

IX - presidir o Conselho Escolar na ausência do presidente da Escola;

X - propor, ouvido o Conselho Escolar, a contratação temporária de professores e conferencistas;

XI - prover, mediante requisição, os recursos necessários ao funcionamento da Escola;

XII - aplicar no âmbito da Escola medidas disciplinares decididas pelo Conselho Escolar;

XIII - assinar as correspondências oficiais da Escola;

XIV - apreciar requerimentos dos alunos e professores sobre dispensa, licenças e matrículas;

XV - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo, em especial com relação à administração da Escola.

Art. 5º - O Conselho Escolar é o órgão de deliberação máxima da Escola do Legislativo, tendo a seguinte composição:

I - presidente da Escola;

II - diretor da Escola;

III - coordenador administrativo;

IV - coordenador pedagógico;

V - coordenador de ensino à distância;

VI - dois servidores indicados pela Mesa Executiva, após ouvir a Presidência da Escola;

VII - um representante do corpo docente, indicado pela maioria de seus pares;

VIII - um representante do corpo discente, escolhido pela maioria dos representantes de turma.

Art. 6º - O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente na primeira semana do mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º - A presidência do Conselho caberá ao presidente da Escola, em sua ausência ao diretor da Escola, e no impedimento de ambos pelo coordenador administrativo.

§ 2º - Em caso de empate nas votações caberá ao presidente do Conselho a decisão.

§ 3º - A reunião extraordinária será convocada pelo presidente, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho Escolar.

Art. 7º - Compete ao Conselho Escolar:

I - fixar as diretrizes de atuação da Escola em cada período letivo, observados os objetivos da Escola;

II - planejar o trabalho escolar, estabelecendo os cursos a serem ofertados, o respectivo calendário e a periodicidade das avaliações;

III - aprovar o planejamento dos cursos e programas especiais;

IV - propor medidas que levem ao melhoramento da Escola;

V - aprovar os módulos e os currículos de ensino;

VI - aprovar os editais de seleção e de matrícula;

VII - aprovar os editais dos concursos para o corpo docente permanente;

VIII - apreciar as contratações temporárias de professores, conferencistas e instrutores;

IX - propor medidas para a solução de questões disciplinares;

X - aprovar o relatório anual de atividades a ser encaminhado à Mesa Executiva da Assembléia;

XI - propor à Mesa Executiva, por meio do presidente da Escola, modificações à estrutura da Escola ou neste Regimento;

XII - deliberar em grau ordinário ou recursal os demais assuntos atinentes às atividades da Escola.

Art. 8º - Os coordenadores serão indicados pela Mesa Executiva entre os servidores com escolaridade superior, com as seguintes responsabilidades:

I - o coordenador administrativo é responsável em dar condições ao funcionamento dos programas especiais e da formação permanente;

II - o coordenador pedagógico é o responsável pela formação permanente e pelos programas especiais;

III - o coordenador de Ensino à Distância.

Art. 9º - Compete aos coordenadores:

I - planejar os cursos e programas a serem oferecidos no semestre conforme decisão do Conselho Escolar;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, em conjunto com o diretor da Escola, o desenvolvimento dos cursos e programas e o desempenho dos professores;

III - submeter à aprovação do diretor e do Conselho os nomes de professores, instrutores e conferencistas;

IV - comunicar ao diretor e ao Conselho Escolar os casos de reincidência em falta disciplinar;

V - opinar sobre a matrícula em disciplinas isoladas;

VI - elaborar e submeter ao Conselho Escolar os editais de seleção para ingresso na Escola;

VII - desenvolver outra atividade inerente ao cargo.

Art. 10 - A secretaria da Escola é órgão auxiliar dos demais, sendo de sua competência:

I - manter atualizados os registros do aluno e do professor;

II - providenciar o diário de classe;

III - expedir certificados;

IV - manter cadastro de nomes de profissionais especializados em diversas áreas do saber de interesse pedagógico da Escola Legislativa;

V - lavrar as atas das reuniões do Conselho Escolar;

VI - divulgar os editais;

VII - elaborar a correspondência e demais documentos da Escola;

VIII - prover as necessidades de material para o desenvolvimento dos cursos e programas;

IX - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.

Capítulo III

Do Corpo Docente e do Corpo Discente

Art. 11 - O corpo docente será composto pelos docentes permanentes e pelos contratados de forma temporária.

§ 1º - O corpo docente permanente será contratado por meio de concursos públicos, sendo suas bancas examinadoras sendo indicadas pelo Conselho Escolar;

§ 2º - O corpo docente temporário será contratado tendo em vista conhecimento notório e experiência comprovada nas áreas de interesse de seus proponentes.

Art. 12 - O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Escola do Legislativo.

§ 1º - Serão considerados alunos regularmente matriculados aqueles que estiverem matriculados em um curso, não podendo constar os alunos que se matricularam em disciplinas isoladas;

§ 2º - Cada turma dos alunos deverá escolher um representante para tratar de assuntos de interesse dos mesmos perante os órgãos da Escola.

Capítulo IV

Dos Direitos e dos Deveres

Art. 13 - São direitos do professor:

I - liberdade de cátedra;

II - participação, por meio de representante, no Conselho Escolar;

III - remuneração dos serviços prestados;

Art. 14 - São deveres do professor:

I - cumprir a programação estabelecida para o curso sob sua responsabilidade;

II - elaborar os planos de curso e os instrumentos de avaliação;

III - entregar à Secretaria da Escola, em tempo hábil, os resultados das avaliações e da sua apuração da frequência;

IV - aplicar ao aluno que incorrer em falta disciplinar penalidade de advertência e suspensão de até 1 (um) dia letivo e comunicar a ocorrência ao respectivo Coordenador;

V - ter assiduidade e pontualidade.

Art. 15 - São direitos do aluno:

I - conhecer as normas regulamentares que lhe dizem respeito;

II - ter cumpridos pelo professor os programas das disciplinas;

III - participar do Conselho Escolar, conforme previsão neste regimento.

Art. 16 - São deveres do Aluno:

I - Acatar as normas regulamentares da Escola do Legislativo;

II - cumprir a programação estabelecida e o calendário escolar;

III - ter pontualidade e assiduidade;

IV - respeitar os demais alunos e professores.

TÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO

Capítulo I

Do Conteúdo Programático

Seção I

Dos Estudos Básicos

Art. 17 - Os estudos básicos compõem-se de quatro disciplinas que representam o domínio de conhecimentos mínimos que todos os servidores permanentes da Assembléia Legislativa devem possuir:

I - Poder Legislativo: aspectos históricos, sóciopolíticos e jurídicos;

II - estrutura e funcionamento da Assembléia Legislativa: uma visão institucional;

III - regimento interno e dinâmica do processo legislativo;

IV - servidor público, administração pública e sociedade.

Seção II

Estudos Temáticos

Art. 18 - Os estudos temáticos compõem um quadro de formação aberta, que reúne estudos em cinco áreas de concentração, conjugando conhecimentos variados relacionados com as atividades do Legislativo:

I - Estudos Jurídicos e Legislativos (EAP): compreendem estudos jurídicos de modo geral, especialmente o processo legislativo, matérias legislativas de competência do Estado e Direito Constitucional, quando necessário Direito Administrativo e Tributário;

II - Estudos de Administração Pública (EAP): abrangem questões de teoria da administração, de planejamento e gestão públicos, e a situação das organizações e das instituições públicas no mundo contemporâneo;

III - Estudos Sóciopolíticos (ESP): envolvem conceitos básicos no campo da política, a avaliação, dos pontos de vista sociológico e histórico, das relações entre a sociedade e o poder público, e a discussão orientada sobre problemas e questões das realidades catarinense e brasileiras;

IV - Estudos Econômicos, Financeiros e Orçamentários (EFO): abrangem temas de economia e os relativos à competência do Poder Legislativo na área de controle e fiscalização financeira e orçamentária;

V - Estudos Lingüísticos (ELG): ocupam-se de todo o conhecimento na área de comunicação e expressão escrita.

Seção III

Estudos Complementares

Art. 19 - Os estudos complementares abrangem matéria e conhecimentos técnico-administrativos úteis ao trabalho legislativo não compreendidos nas áreas de concentração dos estudos temáticos e determinados pela necessidade de cada setor.

§ 1º - Os estudos básicos e os estudos temáticos serão ministrados em níveis correspondentes aos graus de escolaridade dos servidores, que terão acesso à matrícula por indicação dos titulares das diversas áreas.

§ 2º - Serão permanentes os cursos que correspondem aos estudos básicos e temáticos. A periodicidade dos cursos específicos obedecerá, prioritariamente, as demandas das unidades administrativas da Assembléia, estabelecidas pelo planejamento anual.

Seção IV

Dos Cursos Temporários

Art. 20 - São temporários os cursos especiais destinados a atender demandas conjunturais da Assembléia ou do momento político e os de curta duração, como os de extensão ou atualização.

Parágrafo Único - Os cursos de que trata este artigo poderão ser organizados em forma de congressos, simpósios, seminários, ciclos de debates e fóruns.

Seção V

Dos Cursos dos Vereadores

Art. 21 - Os cursos destinados aos vereadores dos municípios do Paraná deverão ser ministrados de forma permanente, sejam cursos à distância ou de curta duração, buscando atender um maior número de legisladores municipais possível.

Parágrafo Único - A matrícula nos cursos mencionados no *caput* do presente artigo deverão obedecer, como critério de seleção, preferência para os vereadores de municípios com menor dotação orçamentária para suas respectivas Câmaras Municipais.

Capítulo II

Do Ingresso na Escola

Art. 22 - As condições de matrícula ou inscrição nos cursos e programas oferecidos pela Escola do Legislativo serão definidas em edital aprovado pelo Conselho Escolar.

§ 1º - Será livre a inscrição nos cursos de que trata o artigo 22, se o respectivo regulamento não dispuser o contrário, exigindo-se a anuência do titular do órgão quando houver coincidência entre o horário de trabalho do servidor e o curso oferecido.

§ 2º - O edital poderá reservar vagas para atendimento à demanda de outras instituições públicas, limitadas a 50% do total de vagas oferecidas.

§ 3º - O diretor poderá autorizar a matrícula em disciplina isolada e a dispensa de disciplina já cursada, ouvida a Coordenação de Ensino quanto à sua possibilidade e conveniência.

§ 4º - Além dos critérios estabelecidos neste artigo, dever-se-á cumprir, quando se tratar de cursos dirigidos aos vereadores, as disposições do artigo 25 do presente Regimento.

Art. 23 - Os cursos referentes aos Estudos Temáticos serão destinados aos servidores das áreas a eles correspondentes.

§ 1º - O conselho Escolar poderá condicionar as matrículas nos cursos de que trata o *caput* à classificação em processo seletivo.

§ 2º - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o edital poderá estabelecer critérios que favore-

çam em até 20 (vinte) pontos percentuais os candidatos oriundos das áreas específicas a que o curso é destinado.

Capítulo III

Da Avaliação

Art. 24 - Serão objetos de avaliação:

I - O rendimento do aluno nos cursos permanentes;

II - Os cursos ministrados.

§ 1º - A avaliação de que trata o inciso I medirá, preferencialmente, a percepção de relações e a compreensão de fatos e conceitos, e seus instrumentos serão escolhidos pelo professor de acordo com a natureza da disciplina e a metodologia adotada.

§ 2º - A avaliação prevista no inciso II visará ao aprimoramento dos currículos e das metodologias adotadas, buscando o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, devendo ser aplicado juntamente com outros métodos uma avaliação do curso pelo corpo discente.

§ 3º - A critério do Conselho Escolar, poderá haver avaliação do rendimento do aluno em cursos temporários.

Art. 25 - As avaliações, que deverão ser contínuas, cumulativas e expressas em pontos, terão sua periodicidade fixada pelo Conselho Escolar.

Art. 26 - O aluno poderá obter, em cada disciplina, até 100 (cem) pontos, cuja distribuição se regerá por normas do Conselho Escolar.

Capítulo IV

Da Aprovação e da Recuperação

Art. 27 - Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 70% (setenta por cento) em cada disciplina.

Parágrafo Único - A frequência será registrada pelo professor no diário de classe ou em folha de presença registrada pela Secretaria.

Art. 28 - O aluno que não alcançar a aprovação poderá submeter-se a exames de recuperação, desde que seja freqüente, nos termos do artigo anterior, e tenha obtido pelo menos 40 (quarenta) pontos na disciplina.

Art. 29 - Considerar-se-á aprovado o aluno que alcançar, após os exames de recuperação, o mínimo de 60 (sessenta) pontos, resultantes da média aritmética das notas obtidas durante o curso e na prova de recuperação.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O curso correspondente aos Estudos Básicos será oferecido ao servidor admitido na Assembléia, como parte do treinamento introdutório.

Parágrafo Único - com as adaptações necessárias o curso de que trata o *caput* do presente artigo será ofertado para todos os atuais servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 31 - Os deputados poderão freqüentar livremente os cursos oferecidos.

Art. 32 - A Escola poderá oferecer consultoria às Comissões Permanentes da Assembléia, em casos de tramitação de projetos de relevante importância, por solicitação da Mesa Executiva.

Art. 33 - A Escola poderá propor a celebração de convênio com instituição credenciada para ministrar cursos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas de interesse da Assembléia, especialmente sobre os resultados da aplicação da legislação estadual.

Art. 34 - Por decisão do Conselho Escolar, poderão ser oferecidos cursos em regime aberto, sujeitos à monitoria e à avaliação.

Art. 35 - A Escola poderá organizar grupos de estudos e pesquisa de assuntos relativos aos Estudos Temáticos, de que trata o artigo 18 em nível de aperfeiçoamento, sob orientação de profissional devidamente habilitado.

§ 1º - A participação nos grupos de estudos e pesquisa de que trata este artigo dará direito a certificado nos termos definidos pelo Conselho Escolar.

§ 2º - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a publicação de revista ou boletim para divulgação dos resultados dos estudos e pesquisa de que trata o artigo e de outros relacionados com os objetivos da Escola.

Art. 36 - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a implantação de cursos de pós-graduação, cumpridas as exigências legais; e de cursos que propiciem a continuidade de estudos nos demais níveis de escolaridade.

Art. 37 - A Escola do Legislativo será vinculada à Mesa Executiva da Assembléia.

Art. 38 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Escolar, vedada a alteração dos objetivos da Escola, de seus Estudos Básicos e Estudos Temáticos e das competências dos órgãos de sua estrutura.

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 356/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Lar de Apoio as Crianças e Adolescentes de Foz do Iguaçu - Laca, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2003, de 18.06.2003).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 343/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o artigo 1º da lei nº 13.859 de 06.11.2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância- APMI, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 247/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Allan Kardec, com sede e foro no município de Irati. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2003, de 07.05.2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 240/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo, com sede e foro no município Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05.05.2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência a Criança Cega - Face, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2003, de 28.04.2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 055/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - ADHIGO, do lote de terra nº 02, da quadra 56 da planta geral da cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção da sede própria da entidade. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 055/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terras de sua propriedade

a seguir; lote de terras nº 02, da quadra 56, da planta geral da cidade de Goioerê, com áreas de 350,00m2, devidamente matriculado sob o nº 17.351 do livro 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere no *caput* deste artigo, será utilizado pela Adhigo para construção da sede própria da entidade, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venha a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 054/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a prefeitura municipal de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114 da planta geral da cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 054/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a prefeitura municipal de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114, da planta geral da cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00m2, devidamente matriculado sob o nº 8.006 do livro 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere no *caput* deste artigo, será utilizado pela prefeitura municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal, com quadras poliesportivas, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venha a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 029/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no distrito de Jaracatiá e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 029/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Doutor Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apenas esta presidência quer parabenizar a todos os deputados que votaram aqui no Item nº 19, com parecer favorável da CCJ, autorize o Poder Executivo.

Então, creio que vai se resolver o problema reclamado por vários senhores deputados.

O SR. LUIZ NISHIMORI

Pela ordem, presidente.

(Assentimento).

Gostaria de registrar a presença da vereadora de Maringá, Marli Martins e Dr. Valdevez Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1839 e 1840, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1841 e 1842, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1843, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1845, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1847, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1854 a 1856, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1857, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1858 a 1862 e 1869, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1865, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1866, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1867, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1871 a 1874, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1875, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1870, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1877, de autoria do deputado Barbosa Neto, com apoio dos deputados Jocelito Canto, Doutor Luciano, Elio Rusch e demais deputados, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Fizemos esse requerimento - na verdade o deputado Barbosa Neto, assinado por vários outros deputados, além do Bloco Independente, o deputado Ribas Carli, Plauto Miró, Elio Rusch, Durval Amaral e também o deputado Bradock assinaram este requerimento - visando a clareza do governo Requião, do nosso governo do Estado do Paraná. Pedimos o afastamento temporário do secretário Padre Roque, devido algumas declarações e algumas acusações feitas pela imprensa. E também do Sr. Jacir Bergmann, que tem aí algumas acusações, que está pagando luz muito abaixo do que consome.

Então, gostaríamos que o governo fizesse o afastamento desses secretários citados para que, a partir do momento que for apurado, eles possam voltar aos seus cargos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente e senhores deputados. Em respeito ao deputado que apresenta o requerimento que estamos discutindo, quero dizer à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que, em relação ao secretário do Trabalho e da Criança e Ação Social, Padre Roque, em que pese qualquer divergência que os deputados tenham com a conduta dele na condução de sua Secretaria é uma pessoa íntegra e um homem honesto e estará sempre procurando fazer o bem para o povo do Estado do Paraná. A quem compete fazer esse juízo de valor do desempenho da Secretaria, é o governador Roberto Requião, que acompanha *pari passu* a atuação de todos os seus secretários. O secretário é um cargo de confiança.

Com relação ao Jacir Bergmann, o governador já tem uma sindicância instalada, a Copel já tomou algumas providências e não compete à Assembléia Legislativa fazer tal exigência.

Então, mesmo considerando a vontade dos deputados Ratinho Júnior e Barbosa Neto, que estariam zelando pelo bom andamento do governo e da administração pública, entendo a sua intenção, mas peço à Bancada que dá sustentação e apoio ao governador Roberto Requião, que vote contrário a este requerimento. Padre Roque e Jacir Bergmann detêm toda a confiança do governo do Estado na atuação, na administração pública do nosso Paraná.

O SR. BARBOSA NETO

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Gostaria de fazer aqui algumas considerações. Às vezes podemos nos atrapalhar, mas vamos aprender também a forma correta com que o rito deve ser tratado dentro desta Casa, mas a justiça e a verdade estão ao nosso lado, no momento em que estamos apresentando um requerimento desse teor.

Um secretário de Estado, que é nomeado pelo governador para tratar da política fundiária do Estado, representante do Partido dos Trabalhadores, onde o seu presidente da República e presidente de honra do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, diz que a reforma agrária não vai ser feita “na marra”, não pode continuar como secretário. O secretário que estimula invasões ou que participa e que instrumentaliza as invasões de terra, já está tomando partido e não pode ser remunerado pelo povo do Estado do Paraná. E, mais do que nunca, que agride os produtores rurais, os chamados de latifundiários, proprietários que têm apenas cem alqueires de terra, não podem ser agredidos por um secretário de Estado.

Nem vou falar aqui do secretário de Relações Exteriores, Jacir Bergmann Segundo, que tem uma vida pregressa que deveria não ser secretário, mas estar em outro local e nós estamos prestando um favor ao senhor governador do Estado. Amanhã devem chegar até esta Casa documentos que comprovam denúncias ainda mais “cabeludas” do que essas que a imprensa vem mostrando diariamente.

Nós, como deputados, temos como função precípua, a fiscalização dos atos do governo do Estado e, principalmente, temos que colaborar com o governador quando ele não sabe aquilo que se passa entre os seus secretários.

Ele esteve nesta Casa na abertura dos trabalhos e disse que pede um favor aos deputados estaduais, que indiquem, que apontem, para que ele possa apurar quaisquer irregularidades. Não podemos deixar que uma mácula caia sobre o governador Roberto Requião, que tem se pautado durante toda a sua vida pública pela honestidade, pela seriedade.

Repito aqui: o senhor governador não pode versar sobre questões que pairam dúvidas a respeito da idoneidade, porque quem ocupa um cargo importante como esse, leva o nome do governo do Estado.

Então, é por isso que gostaria que esse requerimento fosse aprovado pelos deputados, a não ser aqueles que compactuam com o calote, que compactuam aqui com o uso indevido de cargos tão importantes como esse.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, louvo a preocupação do deputado Barbosa Neto de buscar esclarecer, situações, é fundamental, necessário e preciso. Todavia, não podemos, jamais, nos arvorar aqui como justiceiros de forma até despropositada, procurando encontrar ou condenar pessoas que, porventura, os seus nomes tenham sido relacionados em jornais como se eles fossem efetivamente culpados. Por outro lado, é de competência, é da lavra do governador do Estado, do governador de qualquer Estado, a nomeação dos seus assessores e a ele também é reservado o direito das suas exonerações. E não cabe a esta Casa, em momento algum, tomar decisão do Poder Executivo. A nós cabe a nossa função do Poder Legislativo e ao Poder Executivo cabe a função, especificamente, delimitada na Constituição Estadual e na Constituição da República.

Tenho divergências, sim, também com relação à maneira como o Padre Roque encaminha a questão agrária no Paraná. Mas, quero dizer a esta Casa que o Padre Roque cumpre o que é determinado pelo governador. E o Padre Roque tem feito, sim, senhor presidente, junto com a Comissão para a qual ele foi designado pelo governador Requião, um trabalho, digamos, esforçado, para diminuir os conflitos no campo; senão não poderíamos aqui numerar que quase vinte propriedades já foram desocupadas no nosso Estado, sem que houvesse derramamento sequer de sangue, sem que houvesse conflito entre os trabalhadores rurais e a polícia.

De forma tranqüila, serena, tem sido conduzida a questão agrária no Paraná, que é um problema que foge da competência, que foge da nossa responsabilidade e,

tão somente, porque é um problema nacional a questão fundiária. Estamos vendo essa questão em outros Estados do Brasil, mas aqui no Paraná, o governador Roberto Requião tem conduzido com tranqüilidade, com serenidade, tem buscado resolver o problema e tem sido sucesso na solução do problema, porque estamos resolvendo os problemas sem que haja derramamento de sangue, sem que haja conflito, sem que haja espancamento, sem que haja, enfim, o acirramento de ânimos.

O período mais difícil nós já passamos, senhor presidente, em relação à reforma agrária, o período de maior conturbação já passamos, já ultrapassamos, o governo já foi aprovado e demonstrou que é capaz e que tem sensibilidade para encaminhar essa situação. O secretário Padre Roque, representante do Partido dos Trabalhadores, tem todo o nosso aval, tem todo o nosso respeito, tem toda a nossa consideração, da nossa parte e do governador Requião, que é a quem cabe a decisão de nomear e desonerar. Senhor presidente, este requerimento, com todo o respeito, aos seus autores que estão preocupados com o Paraná e com o governador Requião, não têm sentido nenhum, porque é ao Poder Legislativo que cabe a tarefa de fiscalizar e legislar. A tarefa de governar cabe ao Executivo, onde o governador tem o direito de nomear e desonerar os seus assessores. Para isso ele não depende de ouvir a Assembléia.

Quero sugerir ao deputado, líder do Governo, Ângelo Vanhoni, para que a nossa Bancada rejeite, de pronto, esses requerimentos, afim de que não suscitemos, aqui, nesta Casa, uma inversão de discussões e para que esta Casa se atenha apenas e, tão somente, naquilo a que nós temos a incumbência legal, constitucional e legítima, que é a de fiscalizar, legislar e representar o povo.

Este é o encaminhamento que tenho a fazer senhor presidente.

O SR. JOCELITO CANTO

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, como é bom sermos independentes! Aqui, e repente alguém diz: independente não serve para nada. Serve. Serve para defender o governo, como eu defendi, ali, agora e para cobrar do governo, quando tem que cobrar. Por isso que os independentes estão, aqui, assinando os requerimentos quando querem. Tem muito deputado que está louco para assinar esse requerimento, mas não pode, que diz para mim: “É muito bom, mas não posso assinar”. Somos independentes, assinamos, discutimos e brigamos.

Do Padre Roque, eu vou falar, porque sou de Ponta Grossa. Ele é o grande responsável, hoje senhores fazendeiros, senhores pequenos agricultores, por essa baderna que está no Estado do Paraná, por uma única razão, ele andou em todos os assentamentos e o Requião, quando o nomeou, pensou que teria resolvido o problema. O Requião deu uma de “avião” de esperto. Nomeando o Padre Roque, ele cuida, não vai ter mais invasão, não vai

ter mais ocupação. Mas o Padre fez bem ao contrário do que o Requião pensava. Ele aumentou o problema, fazendo com que os acampamentos se levantassem ainda mais. O governador Roberto Requião quis fazer uma andorinha e faz um gavião. O Padre Roque lá tocou terror nas invasões do Estado do Paraná. Recentemente, em Ponta Grossa, ele esteve junto na ocupação. Vimos, aqui, os deputados dizerem e o presidente da República dizer, que nesse País vai se fazer reforma agrária, mas não na marra. Isso disse o presidente Lula. Como que um membro do Partido dos Trabalhadores, do PT, que aliás não foi indicado pelo PT - que me diga o contrário o senhor presidente, que está aqui ao meu lado, o Sr. André Vargas, que não foi indicado pelo PT, para ser secretário de Estado. Foi indicado secretário de Estado, do Sr. Roberto Requião, no segundo turno das eleições - leu bastante a Bíblia, fez um monte de coisa, ganhando o direito de ser secretário.

Senhor presidente, estamos pedindo nesse requerimento o afastamento temporário.

Perdoe-me, senhor presidente, porque sou meio jacuzão, sou do interior, sou radialista e falo a linguagem do povo, falo umas palavras, não sou catedrático, não sou formado, mas não é com a intenção de ofender ninguém, é de falar a outra verdade.

Gostaria também, senhor presidente, de falar que o que estamos propondo aqui, sugerindo o afastamento, não estamos pedindo para mandar embora, estamos sugerindo apenas que se afaste até que se levante estas duas questões. E o governador pediu, daquela tribuna ali: “Não me deixem errar, senhores deputados”. Então é isso que estamos fazendo.

Sobre o Padre Roque eu vou dizer mais uma ainda, que vocês vão gostar. O Padre Roque quando era deputado, foi à Câmara dos deputados e mandou quebrar o sigilo bancário de quase 200 pessoas, em Ponta Grossa, porque uma secretária eletrônica, na Câmara Municipal de Ponta Grossa registrava os nomes das pessoas. Qualquer um ligava e dizia: “O Fulano é laranja de fulano, o sicrano é laranja de não sei quem”. Aí ele mandou um dia, numa Sessão Plenária pública, que saiu no Brasil inteiro, mandou quebrar o sigilo de mais de 200 pessoas ilustres de Ponta Grossa. Aí quando ele viu que fez a burrada, saiu correndo e veio a público, fez uma oração e pediu perdão ao povo que ele havia pedido para quebrar o sigilo bancário, porque ele tinha se enganado, não era aquilo.

Quero dizer aqui, senhor presidente, ao deputado Rossoni, que não está no Plenário, ao deputado Durval Amaral que também não está no Plenário, que não temos rabo preso com ninguém essa Bancada Independente que está aqui, vai elogiar quando tiver que elogiar e vai criticar quanto tiver que criticar. E neste momento o nosso posicionamento é o posicionamento de pedir exatamente que sejam afastados temporariamente os dois, até que se resolva o caso. Porque não é justo, num momento de ansiedade que o Paraná vive, vai morrer gente, o governa-

dor Requião tem uma história lá de trás, do Teixeira, todo mundo lembra este episódio.

Então para não acontecer mais casos como estes, vamos ter responsabilidade, o governador está dormindo com o inimigo e não viu ainda! O Padre Roque hoje, é o que mais alimenta os assentamentos do Estado do Paraná, onde estão acontecendo as invasões.

Era isso que queria deixar registrado e estamos sugerindo o afastamento dos dois.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de consultar os autores do requerimento, se daria para dividir este requerimento em duas partes, porque da minha parte o padre Roque pode ir para casa, porque eu voto para ele ir para casa.

O SR. PRESIDENTE (Pela Ordem)

Não há questão de ordem a ser decidida.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente, recebi agora uma ligação de proprietários rurais de áreas produtivas, que cumprem a sua função social no município de Ortigueira, alertando que vêm sendo intimidados por lideranças do Movimento Sem-Terra daquele município que saíram da área da Fazenda do Vale do Sol e entraram na Fazenda Santa Maria. Os líderes - os líderes, não são famílias - estão intimidando a todos dentro do município de Ortigueira, armados pelas ruas e procurando aquelas pessoas que procuraram as autoridades para que as áreas pudessem ser desocupadas.

Então um alerta: está perigoso o clima no município de Ortigueira, que já é um município que o passado já mostrou, é um município onde uma série de conflitos já aconteceram, não são na questão fundiária mas também noutras questões afora.

Era isso.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o companheiro Padre Roque é um incansável defensor das causas do pobre e o governador delegou ao Padre Roque resolver os conflitos agrários. E ele tem cumprido essa função, essa difícil e dura função!

A questão da propriedade realmente é uma questão que levaria a um grande debate, mas não com paixão, mas com uma discussão aprofundada das injustiças que foram cometidas nesse País, heranças do passado. Nós, através do governo Lula e o governo Requião, queremos fazer a reforma agrária. E ela será feita gradativamente e na medida do possível sem conflito e com muita propriedade. O companheiro Padre Roque está na secretaria a convite do governador e está desempenhando um papel exemplar, no nosso entendimento. É claro que existem muitas forças políticas querendo que o companheiro.

Padre Roque saia de lá, mas é o representante do PT autêntico e firme. Pode ter seus defeitos. E quem não os tem? Mas estaremos sempre na defesa do companheiro Padre Roque.

E portanto, esse requerimento, com todo respeito aos autores, não compete a esta Assembléia fazer juízo, podemos até emitir opinião, mas votarmos um requerimento pedindo para afastar, acredito que não é da nossa competência.

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Sou deputado do primeiro mandato, como muitos aqui nesta Casa, E a exemplo do que falei antes, às vezes fico meio confuso com as coisas que acontecem. Uma das primeiras votações que tivemos, aqui, foi pela intervenção de um município do litoral, onde se afastou temporariamente um prefeito para que se investigasse se algumas acusações eram verdadeiras ou não. Não se cassou o prefeito, se investigou para que pudesse preservar no caso da investigação alguns princípios básicos da administração pública. E gostaria de salientar o que já foi falado por alguns que encaminharam, antes da questão de ser um cargo de confiança do governador. Antes de ser um cargo de confiança, todos nós deputados, secretários, cargos de confiança, governadores, prefeitos, somos agentes públicos. E todos os agentes públicos têm que pautar a sua atuação em alguns princípios que norteiam a administração, principalmente um secretário de Estado. E um dos princípios é o de dar publicidade aos atos. E para publicidade é preciso que haja transparência.

Então, como o governador pediu, não o deixem errar. Acredito até que erraram alguns que foram mais além do que nós estamos pedindo, aqui, na questão pessoal. Estamos falando de atos enquanto secretário; ninguém está indo para a questão pessoal.

Acredito que o afastamento se torna prudente numa fase em que perduram muitas dúvidas, até para preservar e, para que se mantenha essa transparência que o governador tem dado à administração dele. Seria inconcebível nós, com uma mão estarmos pregando a moralidade e a transparência, e com outro lado estaremos aquiescendo algumas coisas que podem conter-ninguém está falando que contém.

Gostaria de pedir, se, infelizmente for derrotado esse requerimento, se nós amanhã, referente à mesma matéria poderemos fazer então uma indicação, porque acredito que não cabe a nós requerermos o afastamento, mas cabe a nós o papel de fiscalizar a administração pública. E, nesse caso, estamos contribuindo com o governador, fazendo com que ele afaste temporariamente. Inclusive amanhã provavelmente estejamos votando também o afastamento de um prefeito.

Então, não sei como é que vale dois pesos e duas medidas. Se nós um dia votamos para afastar prefeito para investigar, agora, quando é secretário, não pode afastar, porque é cargo de confiança. Acredito, pelo pouco que eu conheço, mas muito que admiro o governador

Roberto Requião, que ele também gostaria de ver aprovado esse requerimento.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Quem escolhe um chefe de gabinete de qualquer deputado e os assessores, é cada um dos deputados. Eu sempre, desta tribuna, e acredito que todos nós deveríamos fazê-lo, primar pela independência dos Poderes, pois que está nas atribuições, sim, no caso de um afastamento temporário de um prefeito não é atribuição da Assembléia pedir, mas votar. Até porque é alguém eleito pelo povo.

Mas, alguém nomeado pelo governador, deve ser, escolhido e eventualmente demitido por ele! De fato não foi o Partido dos Trabalhadores que indicou, nem o Padre Roque e nenhum dos integrantes do governo, filiados ao Partido dos Trabalhadores. No entanto, o Partido autorizou que seus membros participassem desse Governo. O apoio que o PT dá ao governador Roberto Requião nesta Casa, está lastreado na política aplicada, na ética. Quando tivermos alguma dúvida, nós poderemos não fazê-lo. No entanto, em nenhum momento condicionamos o nosso apoio à participação do governo; primarmos pela independência. No entanto, entendo que esse requerimento cria sim, um fato, misturando duas coisas absolutamente diferentes. Uma é o debate da questão agrária, que nós não podemos responsabilizar o Roque, por estar criando tensão no campo. Nem mesmo Requião, nem mesmo o nosso companheiro do Incra. na verdade, nós temos um problema do país.

Precisamos, sim, fazer cumprir a lei ou estabelecer uma relação de diálogo. Acho que há um curto circuito nessa questão, até porque o diálogo se dá pelo governo e o MST várias vezes, e por vezes sucessivas esse acordo tem sido descumprido. O governo estadual e o federal, têm demonstrado boa vontade com a questão da Reforma Agrária.

Portanto, para concluir, misturando as questões ligadas ao Sr. Jaci. O governador tem o nosso apoio para acolher, nomear, e nós precisamos, sim, criticar comportamentos, mas jamais escolher quem estará ou quem não estará no Governo, porque nos não admitiremos que o governo interfira aqui nas relações de forças da Assembléia, nem nos gabinetes dos deputados.

O SR. ELIO RUSCH

Só para entender, o requerimento pede que seja oficiado ao governador do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)
(Lê a súmula)

O SR. ELIO RUSCH

É bem diferente, na verdade é bem diferente daquilo que nós votamos em Matinhos. Matinhos foi uma solicitação do Tribunal de Contas. Constatou irregularidades, mandou para o governador do Estado do Paraná,

que por sua vez mandou para a Assembléia Legislativa, pedindo a intervenção.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria que o presidente lesse a última linha, onde frisa até que sejam apuradas as denúncias...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou ler para o senhor.

(Lê):

“O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente do senhor governador do Estado, Roberto Requião, solicitando com a máxima urgência o afastamento temporário dos secretários de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, e o secretário de Relações Exteriores do Cerimonial, Srs. Padre Roque e Jaci Bergmann, respectivamente, até que sejam apuradas as graves denúncias feitas pela imprensa nos últimos dias”.

O SR. ELIO RUSCH

Não tem nada de mais se nós formos aprovar esse requerimento, que cabe ao governador do Estado Roberto Requião afastá-lo ou não.

Por essa razão, não vejo nenhum complicador e a Assembléia Legislativa está apenas alertando ao governador da situação gravíssima que se encontra a Administração Pública através das constantes denúncias em relação ao chefe do Cerimonial do Palácio Iguaçu, Jaci Bergmann, bem como ao próprio Padre Roque, e ouvi atentamente as palavras do deputado Elton Welter, que disse que está se fazendo uma reforma agrária sem violência. A invasão de uma propriedade é uma violência! Acho que uma Reforma Agrária sem violência, não pode fazer invasão de propriedade.

Uma coisa mais sagrada que a gente tem é o direito à propriedade, sem violência então vamos resolver a questão agrária, mas sem invasões. E vamos votar a favor do requerimento dos nossos deputados, e fomos também um dos subscritores, junto com o deputado Bradock, com a Bancada independente, deputados de Oposição, nada demais, cabe ao governados do Estado atendê-lo ou não.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvindo esse debate, vejo que a gente quer transformar um problema social que existe hoje no País e jogar esse problema totalmente na pessoa do Padre Roque. Até observando esse poder do Padre Roque de levar quinze mil famílias para acampamentos, eu acho que então ele não descobriu esse poder antes da eleição porque então ele teria ganho a eleição. Se ele consegue levar quinze mil famílias para um acampamento ele tem muitos poderes, e acredito que nem ele sabia disso.

Não podemos transformar esse problema social, que é o problema da reforma agrária, que temos que tra-

balhar sim, que temos que discutir, sim, que temos que debater esse problema, que nós precisamos aprofundar uma forma de se fazer reforma agrária, e aqui não estamos defendendo de forma alguma a violência, não estamos defendendo a questão das terras, a ocupação em terras produtivas. O PT sempre deixou isso bem claro, o presidente Lula tem deixado isso bem claro.

Por isso, queremos discutir, sim, é o problema social que estamos enfrentando hoje no País, e não podemos também, de forma alguma, subestimar a inteligência e o poder de governar do nosso governador Roberto Requião.

Acredito que ele tem acompanhado, sim, todos os seus secretários, as suas ações; e eu não vi nenhuma irregularidade, não vi nenhuma denúncia, não vi o Padre Roque sendo indiciado para que tenha esse pedido de afastamento dele da Secretaria, por isso o PT defende, é claro, o Padre Roque. Se não foi uma indicação, foi um pedido do governador por confiar nele, por isso colocou o Padre Roque na Secretaria, e nós estamos dando esse apoio ao Padre Roque e defendendo sempre que a reforma agrária seja discutida e que a gente assuma esse problema social que está aí, que busque solução para ele; não querendo jogar apenas a uma pessoa, atribuir apenas a uma pessoa todo o problema que existe hoje no País.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Para Encaminhar**)

Gostaria de falar também em nome do companheiro Padre Roque, porque faço parte do Partido dos Trabalhadores, e não poderia deixar de colocar a minha opinião a respeito desse assunto. Acho que o Padre Roque está no meio de um fogo cruzado; é uma situação muito complicada, delicada, um problema social muito grave, e acho que o Governo Requião tem a pessoa no lugar certo.

O Padre Roque tem respeito junto ao povo do MST, ao movimento em si, e tem intermediado, tem feito o melhor possível. E é claro que os ânimos estão acirrados de um lado e do outro, mas o Padre Roque sempre conduziu, dentro dos princípios da ética, da moralidade, não tem incentivado invasão de terra, não temos visto isso. Tenho acompanhado também os fatos que têm acontecido aí nas últimas invasões.

Aconteceu uma invasão em Bituruna, foi colocado aqui inclusive no parlatório, que havia pessoas do terceiro escalão; não havia, foi uma organização do próprio MST, e isso não vem acontecendo de hoje, há muito tempo está acontecendo no nosso País: é fruto da política econômica do País que vem se conduzindo nos últimos anos.

A única esperança que o cidadão tem de ter um frango, um feijão e arroz, um prato para comer, é estando em cima da terra, e o pessoal está se organizando nesse sentido.

Então, quero fazer defesa ao companheiro Padre Roque que sempre conduziu dentro dos princípios daquilo que o governo quer, dentro do princípio da ética,

da moralidade, e não incentivando, com certeza, as invasões de terra; é um problema social.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Nós estávamos aqui abrindo um canal de discussão com o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, para que esse requerimento fosse transformado numa convocação, ou se o termo convocação pode ferir qualquer tipo de suscetibilidade, que seja um convite para que o secretário, Padre Roque Zimmermann, possa vir à Casa prestar esclarecimentos a respeito da política que está adotando para a reforma agrária em nosso Estado.

Gostaria de ouvir o líder do Governo em relação a esse caso.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, preciso esclarecer a este Plenário que o governo do Estado do Paraná tem uma política em relação à questão fundiária no Estado. Esta política não é dada pelo Padre Roque, é dada pelo governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Qualquer ação de despejo, no Estado, é autorizada única e exclusivamente pelo governador, e ele tem o conhecimento pleno de todas as ações que estão sendo desencadeadas em relação à questão fundiária, tem tratado disso com o governo federal.

Para o Paraná está previsto um acréscimo, neste ano ainda, de perto de 150 milhões de reais para fins de reforma agrária. No orçamento da reforma agrária para o Brasil inteiro temos 168 milhões. Somente nesses próximos 3 meses deverão vir 150 milhões.

Quero dizer aos deputados que a convocação ou a aprovação desse requerimento por nós não vai ser aprovado. Aachamos que não estamos errando com relação à reforma agrária.

Se tiver qualquer deslize por parte deste ou daquele secretário, aquele deputado que tiver qualquer observação comunique o líder do Governo, comunique o líder do PMDB, comunique o líder do Partido do qual faz parte. Teremos imenso prazer de, na Comissão Fundiária aqui da Assembléia, solicitar a presença deste ou daquele funcionário ou cargo de comissão do Governo do Estado, para que preste quaisquer esclarecimentos.

Agora, não vamos aceitar que o governador Roberto Requião seja colocado aqui sob qualquer constrangimento de convocação deste ou daquele funcionário. A política que está sendo encaminhada na questão da terra e em outras questões, é a política que aachamos a mais correta. Não vamos fazer do Paraná um Estado sem governo! Os produtores rurais tenham paciência! O governo federal sabe o que está fazendo e vai corrigir as distorções que aconteceram nos últimos meses.

Muito obrigado!

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

Gostaria de dizer ao líder do governo que ninguém duvida que a atitude do governo seja a melhor possível na questão da reforma agrária.

Com esse requerimento queremos que o posicionamento do secretário seja de uma maneira um pouco mais tranqüila, porque eu ouvi declarações em jornais, ao vivo, ele falando que fazendeiros fizeram uma lista de dez nomes para assassinar sem-terra.

Isso é uma acusação grave feita por um secretário! É esse tipo de declarações que queremos que seja “maneirada”. Ele é um secretário do povo do Paraná, e não secretário de uma classe!

Queremos que o tratamento seja igual para todas as partes.

Somos a favor da reforma agrária. Somos a favor do MST. Aquele MST sério, que vem da terra de verdade. Queremos um tratamento também sério. E as declarações sejam feitas de modo tranqüilo e não de modo pesado, querendo confundir ou arrumar um culpado nessa situação, nesse problema que o Brasil passa, que não é desse governo e nem de outros; é de muitos anos.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Não sei falar aquelas palavras bonitas que só o nosso deputado Rafael Greca fala. Mas um dia ele falou daquela tribuna que: “às vezes a gente olha para um rio várias vezes, e o rio não é a mesma coisa”.

Acredito que, em não sendo aprovado esse requerimento que prima pela transparência, ao contrário do que o líder do Governo falou, que é um constrangimento. Constrangimento maior ainda é nós permitirmos que pai-rem dúvidas.

Acredito que, a partir de amanhã, as pessoas que olharem não vão ter mais a mesma visão dessa transparência que se prima.

Tenho certeza que o governador Roberto Requião, volto a falar, não o conheço tanto como muitos parlamentares aqui, mas o admiro, principalmente pela moralidade e pela transparência que está imprimindo em seu governo.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Gostaria de manter este requerimento e esclarecer ao líder do Governo, Ângelo Vanhoni, que a população paranaense vem desaprovando esse modelo utilizado pelo governo do Estado em relação à reforma agrária. Haveria de se respeitar o Paraná, que é o responsável por 25% da produção nacional de grãos e que o agronegócio sustentou a balança comercial e o PIB brasileiro nos últimos dois anos.

Justamente no Estado onde a alta tecnologia sempre foi primada, estamos vendo as invasões de terras, vendo fazendeiros sendo retirados de madrugada, de cuecas, com a instrumentalização, inclusive de algumas pre-

feitas, beneficiando a invasão de terras num Estado altamente produtivo.

Então, vamos manter essa proposta, mesmo que venhamos a ser derrotados. mas isso é simbólico para o governo do Estado, porque gostaríamos de colaborar com o senhor governador, chamando aqui às falas esses dois secretários.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Barbosa, Padre Roque não é culpado disso!

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria apenas de fazer uma pergunta aos deputados mais ligados à questão da terra e também aos que conhecem, que participam mais dessas negociações: quantas ocupações ocorreram no Paraná no ano passado?

O SR. ELIO RUSCH

Duas!

O SR. JOCELITO CANTO

E quantas ocorreram este ano?

O SR. BARBOSA NETO

Mais de noventa! O Paraná, hoje, é o segundo Estado do Brasil em invasão de terra! Só perdemos para Pernambuco!

O SR. JOCELITO CANTO

Só quero deixar claro que se houve duas invasões ano passado e houve sessenta ou trinta ou quarenta este ano está justo aquilo que falei agora há pouco: o governador dorme com o inimigo e não sabe! E mais, em time que está perdendo, se mexe, senão, não dá!

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, para que coloquemos ordem na Casa, cumpra-se o Regimento! Chega de discussão sobre matérias que não estão de acordo com o Regimento Interno e essas não estão, pois não conseguimos dar continuidade nessa discussão! Acatando o Regimento vota-se a matéria que está para ver votada!

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só quero dizer aqui que quando há interesse de alguns deputados de se tocar na ferida, eles querem que seja estendida inclusive essa votação, mas esta é uma Casa de Leis e deve ser a caixa de ressonância dos assuntos que estão em voga no Estado do Paraná ou o governo quer fazer vistas grossas em relação ao que está acontecendo?

Tem um secretário de Estado acusado de corrupção, tem outro acusado de conivência com invasão de terra, e agora vem invocar o Regimento Interno?

Desculpe-me, mas temos que tratar desse tipo de negociação: temos que pelo menos discutir, senhor deputado! Isso aqui é para ser discutido!

O SR. NATÁLIO STICA

Esse não é do Padre Roque.

Peço à Mesa que use o Regimento Interno!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação. Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. Rejeitado!

O SR. BARBOSA NETO

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Solicito ao deputado Bradock que proceda à contagem.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Gostaria que registrasse os nomes dos deputados que votaram favoráveis ao requerimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, V. Exa. que decline os nomes.

O SR. BARBOSA NETO

Favoráveis ao requerimento: deputada Arlete Caramês, deputados Ratinho Júnior, Reni Pereira, Jocelito Canto, Ribas Carli, Elio Rusch, Plauto Miró e o deputado Bradock, que infelizmente não pode se posicionar, mas nós agradecemos também o seu voto, por assinar este requerimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 103, 163, 164, 184, 188, 189, 260, 298, e 303/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 050/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA EM SESSÃO DO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2003.

“Simulação Diversionista”

Jornalista Nonato Cruz

D. Janete do Rocio Novakonski não sabe o risco que corre. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Administradoras de Bingo e Casa de Videoloteria do Estado do Paraná (fundado, apenas, em 21 de junho de 2003) ao declarar a doação de dinheiro para a campanha eleitoral do PMDB, incorreu em delito; os sindicatos são proibidos de contribuir para campanhas eleitorais e partidos políticos.

Desastradamente, ré confessa, usada por quem, se acovarda em formular claramente a acusação despida de verdade, tanto quanto de provas (doar para a campanha eleitoral implica um ritual: conta específica, declaração à Receita Federal etc.) D. Janete caluniou, injuriou e difamou uma autoridade pública, com os riscos inerentes à iniciativa. O ônus da prova é de quem acusa. Sabe disso, também, a antropofágica imprensa do Paraná, ao transformar a “trampa”, ilusoriamente, em fato, que provocou danos morais. Foi imensa a orquestração, a partir de fatos e meias-verdades.

Primeiro, aquele ex-secretário bingueiro apresentando gravação (ilegal) de fala do deputado Caíto Quintana (PMDB), durante a campanha eleitoral, pedindo votos aos profissionais dos bingos e promete lutar pela sua futura manutenção, através do cumprimento da lei. Isso, antes da sua reeleição (em 06.10.2002), quando os bingos eram legais (a MP que os amparava só caducou em 31.12.2002). Caíto continua a favor do funcionamento dos bingos (cuja competência para feitura da legislação é Federal) e do projeto de lei do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que os legaliza (e que, hoje tramita na Câmara dos deputados, em Brasília).

Já o governador Requião é contra o funcionamento dos bingos que, como o jogo-do-bicho, se transformou em instrumento de lavagem de dinheiro e “cash-flow” para o narcotráfico. Fechou-os, no Paraná, dando cumprimento à lei. O detalhe é que os bingos que estão funcionando em todo o País (sob estranha tolerância dos governos, polícia etc) descumprem as leis em vigor. Faz dos que jogam e, claro, dos que exploram o jogo, meros contraventores.

O que não tem sentido é o PFL-PR urdir a intriga (percebe-se suas pegadas na orquestração da calúnia), inconsistente e sem-provas, e a partir do fato gerador fajuto, apostar no imaginário popular crédulo, bombardeando com a “simulação diversionista” (Mac Luhan). Fantasia, que acaba acolhida pela mídia acumpliciada, dando em um primeiro momento, acústica à mentira, repetida

como falsa-verdade, cumprindo a função massificadora ilusória, ensinada pelo mago da propaganda nazista, Goebbels: “Repetir, repetir, repetir uma mentira, até que se transforme em uma verdade?”

E, cá para nós, ninguém acredita que, os bingos e bingueiros fossem financiar a campanha do PMDB-PR, quando o candidato ao governo, então senador Roberto Requião combatia seu funcionamento (já no Senado) e anunciava que os iria fechar. Só o advogado Walter Brunetta. Por razões óbvias.

No Paraná, nem a panfletagem, promovida pelas financistas da contravenção da era Tanigushi, angariou credibilidade às denúncias infundadas. Nem - muito menos - as vozes parlamentares, que se esgüelaram (tanto quanto se comprometeram) em defender o ilícito, caíram no ridículo. Mas, já se sabe quem-é-quem na “cultura” dos bingos. Defensores dos bingueiros.

Consagrado pelas urnas em 2002, o candidato do PMDB-PR, governador Roberto Requião, tem coragem suficiente para moralizar e reconstruir o Estado.

Quem responde na Justiça pelo uso do caixa 2 e recursos da Prefeitura de Curitiba na campanha eleitoral de 2000 é o prefeito Cássio Tanigushi, do PFL-PR.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/2003

Exonerar, a pedido, JAIRO GRAMINHO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

(Prot. nº 1000/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 102/2003

I - exonerar, a pedido, DEVONIR CUSTODIO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, RENATA PUPI MORAES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, MARIA JOSÉ DE ALMEIDA CESAR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, SHIRLEY BLOOT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na

base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, JOÃO FERREIRA DE FARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

VI - prover, EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo GP-3, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 103/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

JOÃO CARLOS XAVIER - DAS-2

ROSELI GUIMARÃES SALVADOR - DAS-5

VANESSA FERREIRA DE OLIVEIRA

LUDIMAR RAFANHIN

AUGUSTO GONÇALVES FRANCO

SOLANGE ELIANE TAVARES PESSATI

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/2003

I - exonerar, a pedido, MARLISE DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, ULISSES MILTON DO NASCIMENTO JÚNIOR, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/2003

I - exonerar, a pedido, CLAUDIA ELIANE KASPEHAK, junto ao gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, RONI APARECIDO RODRIGUES DE ARAÚJO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, MARIO LIBERATO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, COSME MARIANTE STIMER, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover, HEITOR FRANCISCO IZIDORO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/2003

Prover, LUCIANE ANDRETTA, para exercer o cargo de assessora da Comissão de Ecologia, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 107/2003

Prover, ELISIENE ADÃO SALES, para exercer o cargo de assessora da Comissão de Agricultura, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 108/2003

Prover, SILVANA MEDEIROS, para exercer o cargo de Assessora da Comissão do Mercosul, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 109/2003

Prover, CLAUDIA MARIA DE SOUZA, para exercer o cargo de Assessora da Comissão de Turismo, símbolo DAS-5, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/2003

I - prover, ANTONIO CESAR RUSSI, para exercer o cargo de Assessora da Comissão de Orçamento, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, MARILAY JACQUELINE ZACHESKY, para exercer o cargo de Assessora da Comissão de Segurança Pública, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, MAURICIO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o cargo de Assessora da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 111/2003

I - prover, LUIS HENRIQUE BIER, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, LEANDRO PANASOLO, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, THIAGO FADEL VIDA, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Bradock, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, RODRIGO NIESPRODZINSKI RIQUELME MACEDO, para exercer o cargo de Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Bradock, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 112/2003

I - prover, ANA TROVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do

deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, JOSIAS ISRAEL DIAS, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, CONRAD MOARES ROESEL, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, EURIPEDES MORAES ROESEL, para exercer o cargo de Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 113/2003

I - prover, DAIANA BERNADETE MAYER, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, SERGIO LUIZ RIBEIRO, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/2003

I - prover, MARCELO THOME DA SILVA MEDEIROS, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Alexandre Curi, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, JORGE LUIZ NACLI BASTOS, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Alexandre Curi, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 115/2003

I - prover, LEIDY MOTTIN, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, MAURICIO DE LARA PACHECO, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, ONESIO CUSTODIO JORGE, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 120/2003

I - prover, JOÃO BOSCO PIRES, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Carli, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, MARIELZA CRISSI HOHL, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 121/2003

I - prover, CHRISTIANE DONHA, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido INÊS SLOMUSZYNSKI, do cargo em Comissão, símbolo 4C, gabinete deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

III - exonerar, a pedido EDEMILSON VITORIO CEZAIKA, do cargo em Comissão, gabinete deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IV - prover, AMARILDA LETICIA ALMEIDA, para exercer o cargo de Comissão, junto ao deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover, CYNTHIA MARIA MANSUR COSTA, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - prover, ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VII - exonerar, a pedido ELIEUTON FRANCIS MAYER, do cargo em Comissão, junto ao gabinete deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

VIII - exonerar, a pedido RONALDO RAMON LIMA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IX - prover, RENATA PUPI MORES, para exercer o cargo de Comissão, junto ao deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

X - exonerar, a pedido, GIOVANI DE JESUS PESUSKI, do cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 122/2003

I - prover, SONIA MARIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, JEFFERSON DA SILVA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - prover, ROBERTO MARTINS GUIMARÃES, do cargo em Comissão junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, DENILCE INES CAPELETTO, para exercer o cargo em Comissão junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, JOÃO EVANGELISTA G. NETO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 123/2003

I - prover, MATEUS CAMARGO DO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança da Oposição, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, SIMONE SILVEIRA, do cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - prover, DARLENE BANDEIRA ARMSTRONG, do cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, JULIO CEZAR DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, MARIO EMILIO TSUNEO OGAMA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VI - prover, ROMANO AUGUSTO RODRIGUES TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 124/2003

I - prover, FERNANDO FERREIRA GREGUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS DE PAULA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - prover, VITAL DA SILVA GREGUI, do cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

IV - exonerar, a pedido, SILVANEI QUADROS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, RENAN ARANTES DE CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 125/2003

I - prover, ULISSES BRAGA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, DIONÍSIO FERNANDES RAMOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 126/2003

I - prover, MARCUS VINICIUS S. VIDAL, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de janeiro de 2003;

II - prover, JAIRO GRAMINHO DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003;

III - prover, ANDRÉ LUIZ PIOLI BERNASCKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003;

IV - prover, JURACI MARIA FORMIGHIERI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003;

V - prover, SERLI FERREIRA DE ANDRADE, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003;

VI - prover, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003;

VII - prover, CLAUDIA ANDREIA DE AZEVEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003.

(Prot. nº 838/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 127/2003

I - prover, JOSÉ APARECIDO CARRARETTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de janeiro de 2003.

(Prot. nº 999/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 134/2003

I - exonerar, a pedido, VALERIA COLOMBO, do cargo em Comissão junto ao gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, MATEUS CAMARGO DO AMARAL, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, LYDIA MONTANI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, JUAREZ LORENA VILLELA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover, VERA LUCIA DA SILVA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/2003

I - prover, DJENIFER DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, KATIA MELEGATTI TEIXEIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, ROSANGELA DELMAS CRUZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, ALESSANDRA DA SILVA SOARES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, Nanci APARECIDA GUIMARÃES SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VI - prover, LUIZ EDUARDO HOLMANN ARAÚJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 136/2003

I - exonerar, a pedido, BENEDITO MARQUES BEZERRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, SIMONE SILVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - prover, ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA KAFKA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, DARLENE APARECIDA BANDEIRA ARMSTRONG, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, JULIO CESAR DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VI - prover, MARIO EMILIO TSUNEO OGAMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VII - prover, ROMANO AUGUSTO RODRIGUES TEIXEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VIII - prover, HIROTOSHI TAMINATO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 137/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

JONIVAL DIAS DE PAULA
ROSE MARIA COLETTI
PEDRO PAULO DE DEUS FRANÇA
GLORIA MARTA MATTIOLI
POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 139/2003

I - exonerar, a pedido, ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

LEVINDO VIVI
GISLAINE RODRIGUES YACOTA
ANGELA MARTINS VIVI
ANA CRISTINA DA ROCHA NASCIMENTO
DANIELE CRISTIANE BOSQUILIA

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.03.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTARIO - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 023/2003 - DAT

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 12 da Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002.

R E S O L V E :

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905200	2000	000	2.500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903900	2000	000	1.400.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

33903700	2000	000	100.000,00
31901100	2000	000	<u>1.000.000,00</u>
			2.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.08.2003

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA

1º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala das Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Neivo Beraldin e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 284/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 292/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri - REJEITADO, com voto contrário ao parecer dos deputados Delegado Bradock, Duílio Genari, Neivo Beraldin, Doutor Luciano, e Antonio Anibelli; 03) Projeto de Lei nº 297/2003 de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri, sugerindo Indicação Legislativa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 273/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri, sugerindo Indicação Legislativa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 303/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Tadeu Veneri, relator, acata o parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 305/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 357/2003 de autoria das deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock, sugere-

rindo Indicação Legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 365/2003 de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. O deputado Elton Carlos Welter, relator requer a retirada de pauta da presente matéria - Deferido presidente; 09) Projeto de Lei nº 368/2003 de autoria do deputado Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 10) Proposição Veto nº 30/2003 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 125/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 31/2003 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 166/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. O deputado Elton Carlos Welter solicita vistas - Concedidas pelo presidente; 12) Proposição Veto nº 32/2003 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 176/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 318/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. O deputado Tadeu Veneri, autor, requer a retirada de pauta da presente matéria - Deferido pelo presidente; 14) Projeto de Lei nº 329/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado Delegado Bradock, solicita vistas - Concedida pelo presidente; 15) Projeto de Lei nº 274/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri, sugerindo Indicação Legislativa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 286/2003 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 32/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 164/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 184/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 212/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 298/2003 de

autoria do deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 419/2003 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 420/2003 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 434/2003 de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 429/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
02 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
27 de agosto de 2003

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Antonio Anibelli e com a presença dos seguintes deputados: André Vargas, Marcos Isfer, Nelson Justus, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto E Vanderlei Iensen. havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 491/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária